

VANILDES VIEIRA DA CUNHA

**COMUNICAÇÃO POLÍTICA
MEDIADA POR REDES SOCIAIS INTERATIVAS:
EDUCAÇÃO POLÍTICA DO SUJEITO
NA SOCIEDADE PÓS-MODERNA**

Orientador: Prof. Dr. Fernando Rui de Sousa Campos

Co-Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Aguiar Serra

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Departamento de Ciência Política, Relações Internacionais e Segurança

Lisboa

2014

VANILDES VIEIRA DA CUNHA

**COMUNICAÇÃO POLÍTICA
MEDIADA POR REDES SOCIAIS INTERATIVAS:
EDUCAÇÃO POLÍTICA DO SUJEITO
NA SOCIEDADE PÓS-MODERNA**

Tese apresentada para a obtenção do Grau de Doutor
em Ciência Política no Curso de Doutoramento em
Ciência Política, conferido pela Universidade
Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Rui de Sousa Campos

Co-Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Aguiar
Serra

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Departamento de Ciência Política, Relações Internacionais e Segurança

Lisboa

2014

RESUMO

Este trabalho abre uma discussão na área de ciência política, ao analisar os efeitos das mensagens veiculadas na manifestação popular, mobilizada por redes sociais interativas, em especial no dia 17 de junho de 2013, mês de junho, em que o movimento social teve seu ápice. Analisar o movimento popular ocorrido nesse dia e os fatores antecedentes que geraram uma comunicação política inovadora, mobilizada por meio das redes sociais interativas, constitui-se o objetivo deste estudo. A pesquisa teve abordagem qualitativa, com tratamento metodológico do estudo de caso, com sua narrativa e interpretação das mensagens compartilhadas entre os sujeitos participantes do movimento e como eles inferiram a realidade sociopolítica do país. As redes sociais interativas desafiam a comunicação política estruturada e inserem uma comunicação política construída pela iniciativa popular. Seus desdobramentos abriram um precedente para reconhecimento e legitimação da inserção das redes sociais interativas, como espaço público eletrônico, na comunicação política que emana do povo. Essa forma de comunicação política veiculada por RSI abriu uma nova forma de fazer circular os diferentes discursos políticos, a partir da realidade sociopolítica: pensar a sociedade em sua totalidade e preservar os direitos políticos, civis e sociais, contribuindo para a educação política do cidadão.

PALAVRAS-CHAVES: Comunicação política; redes sociais interativas; educação política do sujeito; ciência política; movimentos sociais.

ABSTRACT

This work opens a discussion in the area of political science, to analyze the effects of the messages set out in mass demonstrations, mobilized by interactive social networks, in particular on 17 June 2013, the month of June, in which the social movement peaked. Analyze the popular movements that day and background factors that generated an innovative political communication, mobilized through interactive social networks, constitutes the objective of this study. The research was qualitative approach with methodological treatment of the case study, with its narrative and interpretation of the messages shared between subject movement participants and how they inferred the socio-political reality of the country. The interactive social networking challenge the structured political communication and insert a political communication built by popular initiative. Its developments opened a precedent for recognition and legitimization of the integration of interactive social networks such as electronic public space, political communication that emanates from the people. This form of political communication conveyed by RSI opened a new way to circulate the different political speeches, from the socio-political reality: think society as a whole and preserving the political, civil and social, contributing to the political education of citizens.

KEYWORDS: Political communication; interactive social networking; political education of the subject; political science; social movements.

RESUMEN

Este trabajo abre una discusión en el ámbito de la ciencia política, para analizar los efectos de los mensajes expuestos en manifestaciones masivas, movilizadas por las redes sociales interactivas, en particular, el 17 de junio de 2013, el mes de junio, en la que el movimiento social alcanzó su punto máximo. Analizar los movimientos populares que día y los factores que generaron una comunicación política innovadora, movilizados a través de las redes sociales interactivas fondo, constituye el objetivo de este estudio. La investigación fue enfoque cualitativo con el tratamiento metodológico del estudio de caso, con su narración y la interpretación de los mensajes compartidos entre los participantes del movimiento del sujeto y cómo se infiere la realidad socio-política del país. La red social interactiva impugnar la comunicación política estructurada e inserte una comunicación política construida por iniciativa popular. Sus desarrollos abrieron un precedente para el reconocimiento y la legitimación de la integración de redes sociales interactivas como espacio público electrónico, la comunicación política que emana del pueblo. Esta forma de comunicación política transmitida por RSI abrió una nueva forma de distribuir los diferentes discursos políticos, de la realidad socio- política: pensar en la sociedad en su conjunto y la preservación de la vida política, civil y social , contribuyendo a la formación política de los ciudadanos.

PALABRAS CLAVE: comunicación política; redes sociales interactivos; educación política del sujeto; ciencia política; movimientos sociales.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	11
 CAPÍTULO I POLÍTICA E TECNOLOGIAS MIDIÁTICAS	21
1.1. Política, Estado e Democracia.	22
1.2 Globalização e Cultura.	34
1.3 Política Midiatizada.	43
1.4 O Cenário político midiático brasileiro.	52
 CAPÍTULO II COMUNICAÇÃO POLÍTICA NA PÓS-MODERNIDADE E A EDUCAÇÃO POLÍTICA DO SUJEITO.	62
2.1 Comunicação política na sociedade pós-moderna.	63
2.2 Comunicação política na sociedade pós-moderna.	65
2.3 A comunicação política nas redes sociais interativas.	83
2.4 Inferências sobre questões legais na comunicação política.	89
2.5 Educação política do sujeito e comunicação política cidadã.	92
 CAPÍTULO III OS MOVIMENTOS SOCIAIS: PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA COMUNICAÇÃO POLÍTICA.	102
3.1 Os movimentos sociais: conceito, tipologia, estrutura, funcionamento.....	103
3.2 Movimentos Sociais (MS): trajetórias, legitimação.	107
3.3 Movimento popular: ponto crucial de crise e democracia.	116
3.4 Movimento popular e mídias sociais na comunicação política.	120
 CAPÍTULO IV O CASO BRASILEIRO DE 17 JUNHO DE 2013.....	132
4.1. Narrativa do movimento popular mobilizado por RSI: antecedentes de situações motivacionais latentes.....	133
4.2 A comunicação política e a virtualidade da democracia participativa no Brasil.	142
4.3 Entre o discurso e a prática política.	171
4.4 Uma leitura institucional: a visão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF).	181
 CONCLUSÃO.....	185
BIBLIOGRAFIA	194

ÍNDICE DE SIGLAS

ABIN	Agência Brasileira de Informação.
ABL	Academia Brasileira de Letras.
ACL	Academia de Ciências de Lisboa.
AM	Amazonas.
CIA	Agência de Inteligência Central dos Estados Unidos.
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas.
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito.
CPLP	Comissão dos Países de Língua Portuguesa.
ES	Espírito Santo.
EUA	Estados Unidos da América.
FIFA	Federação Internacional de Futebol.
FM	Frequência Modulada.
FMI	Fundo Monetário Internacional.
G20	Grupo dos Vinte.
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística.
MERCOSUL	Mercado Comum da América do Sul.
MPL	Movimento Passe Livre.
MS	Movimento Social.
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil.
OEA	Organização dos Estados Americanos.
OCDE	Organização Comercial de Desenvolvimento Econômico.
OMC	Organização Mundial do Comércio.
ONG	Organização Não Governamental.
ONU	Organização das Nações Unidas.
PA	Pará.
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento.
PEC	Proposta de Emenda Constitucional.
PIB	Produto Interno Bruto.
MGS	Mato Grosso do Sul.

PE	Pernambuco.
PM	Polícia Militar.
PMDB-AL	Partido do Movimento Democrático Brasileiro-Alagoas.
PROUNI	Programa de Universidade Para Todos.
PT	Partido dos Trabalhadores.
RJ	Rio de Janeiro.
RS	Rio Grande do Sul.
RSI	Redes Sociais Interativas.
SC	Santa Catarina.
SE	Sergipe.
STF	Supremo Tribunal Eleitoral.
SUS	Sistema Único de Saúde.
TI	Tecnologia da Informação.
TS	Terceiro Setor.
TIC	Tecnologia da Informação e da Comunicação.
EU	União Européia.
UNASUL	União das Nações Sul Americanas.
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Dinâmica de funcionamento hierárquico do poder simbólico.	28
Figura 2: Representação do poder simbólico da mídia sobre os partidos e sociedade.	46
Figura 3: Funcionamento dos sistemas institucionais de captação de recursos políticos.	47
Figura 4: Inserção da mídia na política em alguns países da Europa.	50
Figura 5: Aspectos evolutivos dos meios de comunicação.	66
Figura 6: Mídias Sociais Tradicionais & Redes Sociais Interativas.	86
Figura 7: Tipificação antagônica entre políticas de identidades e identidades políticas.	111
Figura 8: Pressão antagônica entre ações coletivas e sociais.	112
Figura 9: Tematizações no novo milênio.	114
Figura 10: Formação de grupos sociais: da tradição sociológica a nova ordem social.	121 121
Figura 11: Fluxo da construção dos “sistemas simbólicos” como organizações estruturantes.	143
Figura 12: Movimento cíclico de “produção simbólica”.	144
Figura 13: O grito de guerra.	146
Figura 14: Rejeição aos partidos.	146
Figura 15: Acorda Brasil.	147
Figura 16: A participação política identifica novas gerações.	148
Figura 17: O poder da comunicação.	149
Figura 18: Agregação das categorias profissionais ao movimento popular.	149
Figura 19: Realimentação de chamada mobilizadora.	150
Figura 20: Produções simbólicas da realidade social.	151
Figura 21: Fluxo de comunicação política por RSI.	152
Figura 22: Abrangência do movimento popular.	153
Figura 23: A comunicação política e as RSI.	154
Figura 24: A política e os artefatos da internet.	155
Figura 25: Uma insatisfação consensual.	156
Figura 26: Acordar para mudar o Brasil.	157
Figura 27: Denúncias e posicionamentos.	161
Figura 28: A voz da população.	162
Figura 29: Educação política do cidadão.	163
Figura 30: A luta pela cidadania.	164
Figura 31: Que fazer?	165
Figura 32: Representatividade popular.	166
Figura 33: Abrangência e repercussão das mídias sociais no movimento popular.	167

Figura 34: Do facebook para as ruas.	168
Figura 35: Os Black Blocs.	169
Figura 36: Processos de comunicação.....	170
Figura 37: Cenário sociopolítico da sociedade civil brasileira em junho de 2013.....	183

INTRODUÇÃO

Com esta pesquisa abre-se uma discussão no campo da ciência política sobre a comunicação política que emana da iniciativa popular, veiculada pelas tecnologias midiáticas das redes sociais interativas (RSI), como poder midiático, possibilitando uma forma de educação do sujeito, na sociedade pós-moderna.

A informação na comunicação política tradicional feita pelos partidos políticos e governantes não atende às diferentes realidades culturais dos brasileiros. As distintas mídias interativas¹ reforçam a desigualdade, não apenas em relação à unilateralidade dessas mídias, mas principalmente frente à má qualidade dos conteúdos impostos por elas. Há descomprometimento dos aspectos que caracterizam o universo político, como democracia, poder, liberdade, direito e bem-estar social.

Incluir as tecnologias midiáticas como estratégias inovadoras de informação e de comunicação no "lócus" da prática política, na sociedade pós-moderna, contribui para ampliar o debate sobre o poder das mídias das redes sociais interativas na comunicação política, como fenômeno político. O intuito é estreitar o diálogo entre a pesquisa acadêmica e a sociedade frente aos novos avanços da comunicação tecnológica. Adriano Moreira afirma que há reconhecida relação entre "a mudança de paradigma da sociedade e do Estado e o regresso à redefinição da estrutura e função da Universidade como instituição dinamizadora da reinvenção da articulação e governança de ambas as realidades" (Moreira, 2007, p. 4).

Girardi Jr. (2007) fala sobre a definição central da identidade no campo da comunicação que não se restringe apenas na delimitação de seus métodos e teorias, mas principalmente no aspecto administrativo para circulação de produções teóricas e projetos de pesquisa. O campo da comunicação recebe contribuições nas múltiplas vertentes da linguística, da literatura, da semiótica, da sociologia, da antropologia, da ciência política e outras áreas de conhecimento. As propostas de pesquisa deparam-se com a dificuldade de diálogo no que tange às teorias que as fundamentam e o pensamento no campo da política e da comunicação midiática.

O estudo sobre a influência dos conteúdos veiculados nas mídias das redes sociais interativas como estratégias de comunicação política e educação do sujeito constitui-se um tema atual,

¹ Mídias interativas: terá o mesmo sentido nesta pesquisa os termos mídias digitais, mídias eletrônicas e mídias sociais que englobam todas as mídias de relacionamento e comunidades sociais eletrônicas: "Site", Blog, Facebook, Vídeo.

interessante, desafiador. Com a expansão do uso da internet² na comunicação política, o cidadão está sujeito a todo o tipo de informação. Sua eficácia não consiste apenas em apresentar alternativas para o acesso democrático às mídias sociais de comunicação, mas também, primar por seus conteúdos, de forma que contribuam para a formação política do sujeito, para que não seja vitimado pela manipulação, ideologia e hegemonia midiática.

Objetiva-se neste estudo discutir as relações de poder mediático e o direito do cidadão na participação da comunicação política, condição fundamental para o exercício pleno da cidadania.

Os avanços da mídia digital vêm estreitando cada vez mais a interação entre os indivíduos na contemporaneidade. As relações cotidianas entre as pessoas possibilitam interações coletivas com abrangências na sociedade civil, sob diversas perspectivas e podem provocar mudanças nos rumos políticos, nas decisões governamentais, jurídicas e em outros interesses da sociedade.

É importante salvaguardar o papel político do cidadão, aguçando-lhe o olhar crítico para as relações que são estabelecidas na comunicação política por meio das redes sociais interativas e o sentido da educação, mais especificamente da autoeducação do sujeito na sociedade pós-moderna. Entre as mídias sociais inovadoras da atualidade destacam-se as da telefonia móvel interativa, a televisão interativa e as redes sociais interativas. É sobre as redes sociais interativas, como representações sociais, que incide

o objeto desta pesquisa, como poder midiático, na comunicação política na sociedade pós-moderna. Entende-se que as mídias e redes sociais interativas que foram geradas na internet constituem-se contextos democráticos, com articulações formais e não formais, impostas pelas interações estabelecidas na interatividade.

As mídias sociais e em particular as redes sociais são constituídas por diversos tipos de interesses, tais como relações pessoais, relações de trabalho, lazer, estudo, relacionamentos, comerciais, transações financeiras, entre outros. Os conteúdos apresentados na internet sob diversas formas de expressão e linguagem vão desde a exposição pessoal, coletiva, à divulgação comercial, cultural, artística, educacional, política e à informação em diferentes áreas de conhecimento e interesse dos indivíduos.

² Internet: interconexão entre computadores através das operadoras de telecomunicações.

As demandas da informação na comunicação política têm sido ancoradas nas mídias e redes sociais atuais, de forma polêmica, mas que de qualquer forma bem inovadoras. As influências do avanço de mídias de redes sociais provocam transformações na sociedade, decorrentes da comunicação e da informação, gerando alterações nos padrões das relações sociopolíticas.

De forma abrangente, o presente estudo analisa a comunicação política, em função do uso de mídias sociais na contemporaneidade, fundamentando-se nas teorias que explicam os processos de constituição do poder midiático e dos meios de comunicação, identificados como instrumentos simbólicos estruturados que se refletem na realidade social. Examinam-se ainda os espaços midiáticos eletrônicos democráticos, em que a informação se estabelece na sociedade brasileira como práticas políticas relacionadas à comunicação política, como exercício da cidadania, dando especial ênfase ao movimento social ocorrido em junho de 2013.

Esse movimento popular ocorrido no dia 17 de junho de 2013 e os fatores precedentes geraram uma comunicação política inovadora, mobilizada por meio das redes sociais interativas. A fim de entender a dinâmica desse movimento objetivou-se: (a) analisar a narrativa do movimento popular brasileiro do dia 17 junho de 2013, com seus antecedentes motivacionais e prática política dos manifestantes, para fazer ouvir a sua voz, como aspecto de virtualização da democracia participativa e legitimação das redes sociais para a comunicação política cidadã; (b) identificar os aspectos intervenientes, que relacionam a política às tecnologias midiáticas, na perspectiva de construção do cenário político midiático; (b) discutir a comunicação política mediada por redes sociais interativas, como proposta de educação política do sujeito, para uma comunicação política cidadã, na pós-modernidade.

A comunicação política como fenômeno e a tecnologia midiática como instrumento político na sociedade pós-moderna, se bem estruturados, podem resultar em produções políticas, a partir da autoeducação do sujeito.

Problemas de pesquisa e hipóteses de trabalho

A situação problematizadora da pesquisa contém os seguintes vieses: (a) os conteúdos da comunicação política de até então, que não atendem à demanda da sociedade civil brasileira; (b) a mediação hegemônica do poder midiático na política; (c) o engessamento da

comunicação política, que impõe ao cidadão os seus ditames, dificulta a perspectiva o configuração ou reconfiguração do posicionamento político do sujeito.

Os desafios da pesquisa consistem em responder as seguintes questões: Que novas práticas de comunicação política podem trabalhar a educação política do sujeito, a partir da mediação das redes sociais interativas? Que ações coletivas podem incentivar a participação da sociedade civil para a democratização das redes sociais, como acesso interativo na comunicação política, que tenha por finalidade a educação política do sujeito? Que mudanças as redes sociais interativas provocaram na comunicação política cidadã?

Os fatos e fenômenos políticos, assim como as representações midiáticas foram discutidos, contextualizados e analisados na perspectiva multidimensional da comunicação política, a partir das seguintes hipóteses de trabalho: (a) o movimento social ocorrido no Brasil no dia 17 de junho de 2013 é uma demonstração imperativa do poder das redes sociais interativas na comunicação política. (b) no contexto da sociedade pós-moderna, o poder midiático afeta as conjunturas políticas e promove uma comunicação política inovadora, como resultado da autoeducação política do sujeito.

Metodologia

A construção da realidade social, segundo Berger & Luckmann (2010) se dá a partir do que fundamenta o conhecimento na vida cotidiana, a institucionalização e legitimação da sociedade como realidade objetiva e a interiorização, estrutura social, teorias, assim como organismos de identidade da sociedade como realidade subjetiva. Essas compreensões preliminares foram de importantes para a definição dos procedimentos metodológicos da pesquisa.

Adotou-se para esta Tese o enfoque da pesquisa qualitativa, visto que esta, como afirma Stake (2011), caracteriza-se como interpretativa, reunindo a visão crítica de autores que discutem explicitamente a temática, provocando a reflexão e a compreensão de uma visão mais holística da temática.

Para compreender o acontecimento de 17 de junho de 2013, optou-se pelo estudo de caso, pois este permite aplicar ao objeto de estudo: (a) uma visão ampla e integrada de ambientes de tecnologias midiáticas "lócus" da comunicação política na sociedade pós-moderna; (b) refletir

sobre o poder da comunicação política em situações da realidade brasileira; (c) contribuir para a reflexão sobre os problemas da comunicação política, no que se refere ao uso de mídias sociais na sociedade pós-moderna.

O campo político tem sua gênese nas ciências sociais, que incorpora campos de conhecimentos em suas múltiplas vertentes: as ciências humanas, ciências da natureza, a tecnologia e até as ciências exatas.

Considera-se que o poder da comunicação política veiculada nas redes sociais interativas, pode constituir-se estratégia de educação política do sujeito, para melhor entendimento da participação democrática do cidadão na política, na realidade sociocultural dos sujeitos como atores,

O exercício para configurar o estudo, direcionando-o ao enfrentamento das questões da pesquisa percorreu diferentes percursos trilhados por sociólogos e cientistas políticos, bem como estudiosos da tecnologia da informação e da comunicação.

Os acontecimentos sociopolíticos ocorridos no Brasil, em junho de 2013 e seu impacto no cenário político brasileiro, instaurados no dia 17 de junho de 2013, motivaram o estudo de caso situacional do uso da tecnologia midiática das redes sociais interativas, como mobilizadoras do movimento popular, e por outro lado, sinalizaram uma perspectiva de mudanças nas ações sociais, como um constructo de participação do cidadão.

Ao presenciar os acontecimentos de junho de 2013 percebeu-se o surgimento de um precioso objeto de estudo no campo da ciência política: a comunicação política não institucionalizada, mas diretamente emanada pela motivação do cidadão. Assim, optou-se por fazer um estudo de caso na tentativa de compreender o papel que as redes de comunicação interativas desempenharam nesse processo de mobilização e como esse fato poderia contribuir para o despertar político do cidadão comum, subvertendo então a função que deveria ser desempenhada pelos partidos políticos.

Para desenvolver este estudo de caso recorreu-se às reportagens veiculadas pela mídia escrita e televisiva, tais como: relatórios e registros jornalísticos, compreendendo o período entre 15/06/2013 a 25/06/2013; noticiário difundido pela rádio Bandnews FM; telejornais Bandnews da Rede Bandeirante de televisão, Globonews e Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão; reportagens dos jornais “online”, Correio Braziliense, Jornal do Brasil, O Globo e

Folha de S. Paulo; informações coletadas nas mídias sociais, nos períodos subsequentes ao ocorrido, entre 25/06/2013 a 30/11/2013.

Na coleta de dados privilegiou-se o registro do momento histórico por meio das mensagens contidas nos cartazes e faixas apresentadas nas passeatas, bem como das transcrições diretas das falas dos agentes sociais, reproduzidas nas tarjetas dos telejornais, das entrevistas veiculadas na televisão e ainda das notícias extraídas dos jornais “online”.

A interpretação de todas essas formas de comunicação objetivou compreender o recado que os participantes desse Movimento procuravam transmitir à classe política e aos governantes, nesse momento ímpar vivido pela democracia, ainda em processo de maturação, que o país vive.

O cenário da pesquisa

No Brasil os avanços das tecnologias midiáticas têm servido a vários setores da sociedade, tais como: diagnósticos médicos, organização da economia, do mercado, da área de segurança pública, preservação ambiental, na comunicação, na informação, estreitamento das relações internacionais e principalmente na política. A temática comunicação política, tecnologia midiática e educação política do sujeito na sociedade pós-moderna é um fenômeno recente na sociedade brasileira e desperta curiosidade em entender seu verdadeiro significado para a ciência política.

O estudo de caso situacional e experiencial se deu no contexto de mídias sociais, em particular as redes sociais, tais como: “Blog”³, “Facebook”⁴, “Twitter”⁵ e outros “sites”⁶, usados por brasileiros, como meios de comunicação interativa e virtual, em particular no caso de 17 de junho de 2013: um movimento popular mobilizado pelas redes sociais interativas que

³ Blog: site que permite comunicação com mensagens rápidas ou divulgação de ideias.

⁴ Facebook: é uma das maiores redes sociais do mundo que permite diferentes tipos de interações multimidiáticas (Telles, 2010, p. 79).

⁵ Twitter: Bauman (2011, p. 26-27) associa a metáfora do gorjear dos pássaros para referir-se ao Twitter considera “um serviço ideal para a comunicação e conexão entre amigos, parentes e colegas de trabalho pela troca rápida de respostas a uma única pergunta”.

⁶ Sites: sítios – páginas eletrônicas de hospedagem de arquivos, dados.

propiciou aos sujeitos-cidadãos, da sociedade civil brasileira, a apropriação das suas próprias experiências e interpretações, permitindo-lhes relacioná-las à construção de uma comunicação política, emanada de forma relativamente espontânea dos cidadãos comuns, contradizendo-se às tradicionais retóricas midiáticas e discursos políticos, de até então.

Os atores integrantes do estudo de caso desta pesquisa são os cidadãos comuns da sociedade civil brasileira, governantes, autoridades institucionais governamentais e não governamentais, que num momento ímpar, se tornaram visíveis em meio ao poder simbólico, imperativo, no estado democrático de direito, em junho de 2013. A caracterização populacional incluiu a diversidade de gênero, raça, cultura e classe econômica, envolvendo estudantes universitários, profissionais liberais, funcionários públicos e cidadãos comuns do Brasil como um todo.

Estrutura do trabalho

No desenvolvimento da pesquisa foram apresentadas duas abordagens amplas: uma sobre o contexto da política na sociedade pós-moderna e as implicações com o poder midiático.

O trabalho está distribuído em quatro capítulos para o desenvolvimento das temáticas, que podem ser assim sintetizados:

No capítulo um busca-se a relação entre política e tecnologias midiáticas e a sua relevância para a construção do pensamento político no Brasil, ao situar tanto a política como a mídia social, no contexto dos efeitos da globalização, da cultura, na sociedade civil, no Estado democrático de Direito, na composição do cenário político no Brasil.

No capítulo dois a ênfase do estudo centraliza-se sobre o contexto do poder da mídia social na política, na sociedade pós-moderna e as implicações com a tecnologia midiática, no momento em que as redes sociais interativas vêm provocando mudanças na política.

A comunicação política difunde informações tendenciosas, hegemônicas quer seja para captar a atenção do cidadão com a finalidade de persuadir os eleitores, quer seja como um capital para os políticos, governantes e instituições.

Com os avanços acelerados das mídias sociais é preciso pensar a relação sociedade, comunicação política e educação do sujeito, com ênfase nos direitos do cidadão, fundamentais ao exercício da cidadania, pela livre expressão, confronto de ideias, compartilhamento e

interações individuais e coletivas. É importante viabilizar mídias sociais e redes sociais interativas, no sentido de que transponham informação, alienação, hegemonia, competitividade e produzam conhecimentos sobre as questões de política, cidadania e democracia participativa.

Castells (1999a) traz um estudo sobre uma nova estrutura social, que se manifesta sob diferentes vieses, considerando as múltiplas culturas e instituições em todo o planeta. Para o autor, a “sociedade informacional” se baseia na interconexão de redes digitalizadas em diversas formas de comunicação de abrangência ilimitada, com a inclusão de diferentes representações culturais, promovendo um intercâmbio de “cultura da virtualidade real”, que imprime um novo sistema de comunicação.

O terceiro capítulo traz uma discussão sobre como os movimentos sociais são constituídos. Pensar a dimensão política da sociedade implica pensar o homem com sua identidade como sujeito que é constituído também de identidade social. Sujeito das relações que se constroem com suas ações políticas, culturais, sociais, que legitimam a sociedade civil e a política. Os movimentos sociais tornaram-se inovadores, uma vez que estão sendo construídos por mediação de redes sociais interativas, com inferências políticas, legitimando uma comunicação política, também inovadora, a que emana do povo.

Conceituam-se movimentos sociais, identifica a sua estrutura e funcionamento. Registra as trajetórias e legitimação da educação do sujeito social em uma democracia participativa. Sinaliza o ponto crucial de crise dos movimentos sociais. Faz uma abordagem sobre os movimentos sociais no Brasil e o diferencial do movimento popular instaurado nas manifestações mobilizada pelas redes sociais interativas no caso brasileiro de 17 de junho de 2013, com inferências na política.

O quarto capítulo traz um estudo analítico do caso brasileiro identificado como movimento popular de 17 de junho de 2013, uma vez que as mídias sociais e as redes sociais interativas podem inferir nos rumos da sociedade pós-moderna por meio da comunicação política que emana do povo. Por outro lado, o sentido dos conteúdos veiculados nas redes sociais interativas podem fornecer perspectivas de autoeducação do sujeito.

Na análise são considerados os conceitos da ciência política que se aplicam à comunicação política na sociedade pós-moderna como fenômeno político e os fundamentos da tecnologia midiática como fato político, como atividade para a educação política do sujeito. A análise também buscou a compreensão do poder da mídia, para entender a natureza, os fundamentos, o exercício, os objetivos e efeito do poder na sociedade (Friede, 2002).

Na conclusão são apresentadas as considerações sobre os resultados de uma comunicação política que emana do povo, realizada por redes sociais interativas. Incluir as redes sociais como estratégias inovadoras de comunicação, como “lócus” de discurso político, no contexto na sociedade pós-moderna, poderá contribuir para ampliar os debates sobre a influência de mídias sociais interativas na comunicação política, como fenômeno político para estreitamento entre a pesquisa acadêmica e a realidade político-social.

CAPÍTULO I

POLÍTICA E TECNOLOGIAS MIDIÁTICAS

1.1. Política, Estado e Democracia.

O estudo da relação entre política e tecnologias midiáticas elenca uma diversidade de vieses, o que torna complexo a abordagem do tema. A política midiática suscita discussões nas ciências políticas, no intuito de construir teorias que respondam de forma significativa às suas questões.

Neste capítulo, tento identificar conceitos imbricados e articulados, tanto na política como nas tecnologias midiáticas, como, Estado, democracia, globalização e cultura. Tais conceitos facilitarão o entendimento de que são preponderantes para construir o cenário político e midiático brasileiro.

Weber (2003) trata a política como atividade autônoma multidirecional e a identifica como Estado. Em sua obra “Ciência e política: duas vocações” destacam-se dois aspectos para o exercício da política – “Viver para a política ou viver da política” que são antagônicos: viver para política objetiva a justiça social da coletividade e viver da política é uma posição avassaladora do poder cujos interesses são exclusivamente financeiros.

O sociólogo alemão entende que política e Estado podem ter o mesmo significado. Assim o Estado é um agrupamento político que se estabelece pela coação física para participar ou influenciar o poder nele próprio ou entre estados.

A dominação entre os homens é legitimada pela violência, sendo assim, o Estado tem com instrumento a força e a violência. Bourdieu (2010) identifica como “violência simbólica” as tensões coercitivas do campo político.

Há evidências para Carnoy (1988) da estreita relação entre desenvolvimento capitalista e Estado. No entanto, o papel do Estado nas sociedades capitalistas, no século XIX, era significativo, mas limitado, cerceado pelo elo capitalismo privado, que traçava os rumos da economia e das mudanças sociais.

Os resquícios do mercantilismo e da revolução industrial e do imperialismo da esfera privada na sociedade civil levaram alguns anos para que novas teorias fossem desvendando a complexidade do papel social do Estado. É o que afirma Carnoy (1988).

Encontra-se na análise de Castells (1999b), o argumento de que o que representa na atualidade ameaça para o Estado são os fluxos globais de capital, produtos, serviços, tecnologia,

comunicação e informação. O legado histórico do Estado constituído pela tradição e identidade nacional dá lugar às múltiplas identidades de sujeitos autônomos, nas redes globais, o que compromete a sua soberania. O impasse mundial dos Estados que vivem hoje para preservar suas soberanias, está na superação do desafio frente ao poder das redes globais e a imposição das identidades singulares, como universo simbólico.

À semelhança entre Castells (1999b) e Carnoy (1988) está no aspecto histórico no sentido de que o Estado não terá seu fim porque há uma dependência da competitividade econômica, proteção das multinacionais, desenvolvimento de recursos humanos na delimitação de cada território nacional.

Ohmae (1999) argumenta que há três ações primordiais para o Estado garantir a ordem social: intervenção pela regulação e pela ação produtiva, como por exemplo, a geração de emprego; participação da economia; e promoção do bem-estar social, com a compensação da desigualdade social, que é o maior problema do Brasil, por exemplo.

O Estado contemporâneo é representado pela comunidade humana que se estabelece em um território pelo monopólio da violência física, como preconiza Weber (2003). O homem político é o que exerce a política com um fim específico de poder ou por anseios pessoais. O Estado tem como características: a burocracia estatal, com o poder centralizado e institucionalização sob gestão do agrupamento de dominação, por meio de monopólio da violência física legítima, demarcada em um território.

Bobbio (2010) esclarece que o poder é a ação comum entre o Estado e a política. No aspecto filosófico do poder, Bobbio (2007) apresenta três teorias fundamentais: a “substancialista”, que correspondem à posse de algo, sobre o qual o sujeito tem livre arbítrio para usá-lo; a teoria “subjativa”, que consiste na capacidade do sujeito provocar certos efeitos sobre alguma coisa ou ter soberania para influir em determinada situação; e, a teoria “relacional”, que significa a relação que se estabelece entre dois sujeitos, sendo que um cerceia a liberdade do outro.

Três formas de poder são identificadas por Bobbio (2007): o “poder econômico”, exercido pelo apoderamento de bens, por um sujeito que impõe a outro sujeito que não o possui, a adquiri-lo pela força do trabalho; o “poder ideológico” está no sujeito detentor de saber, doutrinas, conhecimentos, informações, código de conduta, que induz outros sujeitos a

realizarem ou não uma ação; e, “poder político”, manifesto pela dominação sobre os dominados pelo uso da força, da subserviência.

Bourdieu (2001) dá importantes contribuições em suas análises sobre a política e a economia. Em uma ocasião na Europa, em um dos seus discursos⁷, Bourdieu (2001) argumentou sobre o dualismo na relação entre a política e a economia, em que a divisão de classes evidenciava dicotomia na Europa em duas grandes classes: a dos poderosos do patronato e as dos dominantes trabalhadores. Na sua visão crítica, a construção da Europa era por uma destruição social: a imposição do Banco Central (BC) no domínio da moeda, a desconsideração com os programas sociais, como aposentadoria, habitação, saúde e adesão à globalização como critério norteador da política. Atribuiu à política social, a historicidade do movimento social europeu como estratégia civilizatória para a economia de mercado, e a inércia dos sindicatos, frente aos desafios no enfrentamento dos discursos midiático-político da globalização.

Ao fazer uma intervenção⁸, Bourdieu (2001) tece críticas analíticas, ao afirmar que o elo integrador das políticas econômicas em todos os países do mundo estaria na imposição da hegemonia americana ao tripé: Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio e Fundo Monetário Internacional. Denuncia a influência americana na Europa, quanto à autonomia econômica, com leis naturais e universais, o mercado operacionalizando a produção, os intercâmbios nas sociedades democráticas e a globalização, como regulador do Estado, quanto ao domínio dos direitos sociais, emprego e segurança social.

O sociólogo crítico entende que as regras interessariam ao individualismo americano que estava imerso nas seguintes situações: uma nação enfraquecida pelo ultraliberalismo dos presidentes Regan e Clinton; a impregnação do capitalismo do cotidiano da sociedade; instauração de um pensamento econômico essencialmente individualista em detrimento das ações coletivas; a competitividade com a rigidez do modelo europeu gerado pela insegurança social, com atomização metódica dos trabalhadores e dissociação do trabalho assalariado; e uma sociedade individualista que se mostra solidária, mas com características bem

⁷ Discurso publicado em “Le Monde Diplomatique”, Paris, junho, 1999, p.1, 16-17 (Bourdieu, 2001).

⁸ Intervenção no Colóquio “Raisons d’Agir-Loccumer Kreis”, Loccum-Alemanha, 16-17 out, 1999 (Bourdieu, 2001).

diferenciadas das sociedades europeias, estruturas nos movimentos sociais e das práticas cognitivas (Bourdieu, 2001).

Em uma convenção⁹ Bourdieu (2001) atribuiu aos pesquisadores, intelectuais e cientistas sociais a iniciativa de intervirem no mundo político, mesmo que não se tornassem políticos. Afirmou que a intervenção deve partir de uma crítica negativa à dominação, “poder simbólico” ideológico, e uma crítica positiva para uma construção coletiva da política.

Em conferência¹⁰ e posterior palestra, Bourdieu (2001) descreve uma política global, uma “nova economia” global com domínio internacional, policultural, praticada por políglotas; uma política imaterial, com a circulação de objetos imateriais, de informação e produtos culturais; apresenta-se como “economia da inteligência” em que os pobres não merecem ser escolarizados porque são imbecis, incapazes e idiotas, intelectualmente.

Em seus discursos Bourdieu (2001) faz uma análise sobre a poder invisível dos que detêm o poder ilegítimo sobre os trabalhadores. No seu entendimento, o mercado financeiro e a economia exercem pressão coercitiva, “violência simbólica” sobre os trabalhadores e que o “capital cultural” com seus instrumentos pode mobilizar a ação do capital financeiro. Considera a distribuição desigual do “capital cultural”, como resultado da divisão do trabalho. Chama atenção sobre a característica da “nova economia” que tem visibilidade nos “costumes sociais da informática”, porém não responsabiliza a tecnologia da informática como geradora de uma “nova economia”, mas aos “costumes sociais econômicos” e os condicionamentos que eles impõem na sociedade. As tecnologias midiáticas vêm sendo usadas no mundo com objetivo comum: promover campanhas políticas.

Como expressão do “poder político”, que embute os poderes econômicos e ideológicos, podem-se citar os partidos políticos que se valem de teorias substancialistas, subjetivistas e relacionais para o exercício da dominação na sociedade civil.

As referências que Weber (2003) traz sobre os partidos referem-se às lutas partidárias conflituosas para controlar a apropriação e distribuição de empregos. Ao referir-se à

⁹ Convenção: “A scholarship with committmente”. Pour um savoir engage”, Convenção da MLA-Modern Language Association of America” – sobre “Scholarhip ande committmente”, Chicago, dez 1999 (Bourdieu, 2001).

¹⁰ Conferência “Pour une Europe sociale”, organizada pela União dos Sindicatos Suíços, Zurique, Rote Fabrik, 18 mai 2000; palestra aos estudantes da Humboldt Universitat, Berlim, 10 jun 2000 (Bourdieu, 2001).

representação política no “campo político”, Bourdieu (2010) faz uma crítica aos profissionais da política ao produzirem e acumularem saberes específicos, como “produções simbólicas”: teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, acontecimentos, programas, análises, comentários, e produtos políticos de forma geral para serem consumidas a título de crédito, pelos cidadãos. Como representantes dos partidos e associações, as relações com cidadãos comuns facilitam as relações políticas pela persuasão discursiva.

Essa engrenagem de iniciação, de domínio prático e submissão aos ditames dos partidos impõem discursos políticos, para a oferta do mercado político e continuidade de uma formação com base na competência desejada para a formação ideológica, manutenção de burocracias políticas de profissionais, produtores de esquemas de pensamento, expressão do mundo social. Isso reproduz e se propaga de geração em geração como produtos mercadológicos com suas marcas em longo prazo.

A competência para a política está na paixão, no sentimento de responsabilidade e no senso de proporção, como entende Weber (2003). Isso implica qualidade psicológica fundamental do homem político, recolhimento, calma interior do espírito e, manutenção da distância entre os homens e as coisas. Weber (2003) observa que se exerce o poder quando há probabilidade um determinado grupo ser subserviente a certo comando de conteúdos específicos. Arendt (2009) entende que a política surge da relação entre os homens. Assim, a política baseia-se na “pluralidade dos homens” e “trata da convivência entre diferentes” Os partidos políticos, por exemplo, são agrupamentos políticos que coercitivamente impõem filiação a seus seguidores, cooptados nas campanhas, sob promessas de bem comum.

Afinal, o que são partidos políticos? Os partidos políticos constituem “organizações burocráticas que visam à conquista do Estado e buscam legitimar esta luta pelo poder através da ideologia da representação e expressam os interesses de uma ou mais classe ou fração de classe existente.”, considera Viana (2003, p. 8-12).

Viana (2003) trata os partidos políticos como fenômenos modernos, típicos da sociedade capitalista e identifica três tipos de partidos políticos: partidos burgueses ou partidos de direita; partido bolchevista ou partido comunista; e partido socialdemocrata ou partido socialista ou de esquerda.

Duverger (1980), na obra “Os partidos políticos”, delimita a estrutura e os sistemas dos partidos. “A Estrutura dos Partidos” trata da organização moderna, das formas de articulação que podem ser centralizadas ou descentralizadas. Os Sistemas de Partidos podem ser sistemas proporcionais com favorecimento do multipartidarismo ou sistemas distritais que atendem ao bipartidarismo. O pesquisador francês entende que há dois tipos de partidos políticos: o “partido de massa” e o “partido de quadros”. Sua relevante contribuição foi sobre a tese da democracia moderna que incide sobre os partidos, pois, a representação através dos partidos garante a efetiva participação do povo na eleição de seus governantes e a definição das políticas públicas. Para Duverger (1980), o partido não se trata de uma comunidade, mas de um conjunto de comunidades, de reunião grupal que se propaga nos países por seções, comitês, associações locais. A democracia pós-moderna é uma democracia de partidos.

Campos (2011) fala sobre a importância dos partidos políticos na atualidade e a sua relevância para a democracia, por representar a vontade da população. O autor entende que o partido político é “veículo aglutinador dos interesses sociais que são postos em jogo” (Campos, 2011, p. 156) apresenta programas e ideologias para os cidadãos, articula interesses sociais e formação de governantes.

Campos (2011) destaca pelo menos três aspectos que caracterizam os partidos políticos: campo simbólico ideológico; apropriação, exercício e manutenção do poder político, a partir da competência eleitoral; e competitividade político-eleitoral nas interações nos sistemas de partidos.

A constituição de partido tem que ser “plural e congregadora” não só de pessoas que defendem uma só força política instituída, mas de todos aqueles que pensam também de forma diferente do partido dominante, assim afirma Campos (2011). O poder dos partidos pode ser expresso por suas próprias funções, como se pode conferir em Mair (2003) que enumera cinco funções dos partidos políticos: (a) função clássica dos partidos políticos nas democracias que é representativa e envolve mobilização dos cidadãos dentro dos próprios partidos; (b) a representatividade dos partidos políticos que visa articular e agregar a demanda dos interesses sociais e políticos da sociedade como um todo; (c) o binômio representativo e processual, competindo aos partidos políticos à formulação das políticas públicas; (d) o recrutamento por parte dos partidos políticos de líderes e funcionários para os cargos públicos; (d) atribuição aos partidos da organização do parlamento e do governo.

Bourdieu (2010, p. 8) fala em “poder simbólico”, que é um “poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe” Isso significa que há um movimento de operações de crédito em que os agentes conferem a uma pessoa ou objeto, como é o caso da representatividade dos partidos políticos.

A ação dos agentes se dá no movimento dinâmico no interior da estrutura do “campo”. A dinâmica se processa na interiorização do exterior e na exteriorização do interior. A esse movimento Bourdieu (2010) denomina de “habitus”: conhecimento adquirido, um capital , que dá sentido ao fazer ver, crer, confirmar, transformar a visão de mundo. O “habitus” na ação dos sujeitos dos grupos dominantes desfigura a identidade nacional e implanta um nacionalismo configurado de unidade internacional fictícia, mas agregado a um mercado imperativo.

O “habitus” pode estar relacionado à intenção, a historicidade de determinada classe social, determinismo tecnológico. Não resta dúvida de que o desenvolvimento tecnológico contribui para mudanças sociais e econômicas, mas seu efeito interessa a hegemonia econômica e social de seus produtores, afirma Bourdieu (2010). O “poder simbólico” não é neutro. Constituído por sistemas simbólicos, representados por agentes especialistas que agem no campo sociopolítico para exercer dominação. (Figura 1):

Figura 1: Dinâmica de funcionamento hierárquico do poder simbólico.



Fonte: elaborado por Vanildes Vieira da Cunha, com o uso de elemento gráfico eletrônico “SmartArt”.

O poder simbólico é objetivado no interior de determinado campo, pela consciência de subjetividades introjectadas no mundo social. As tensões criadas no campo político, pela retórica e estratégias de “marketing” constituem-se “violência simbólica” e “lutas simbólicas” discurso científico, objetivado e subjetivado, embute representações que regionaliza o conhecimento e delimitam fronteiras do saber, dicotomias inevitáveis no campo social que se constituem dominação simbólica e lutas regionais, no mercado dos bens simbólicos, nas lutas de uma política hegemônica, com um diferencial: a autonomia de usar “forças simbólicas” para a libertação do monopólio do “poder simbólico”.

O “campo social” com suas vertentes, como o capital econômico, associado ao “capital simbólico” e o “capital social” configuram o mundo social, que pode ser estruturado ora na percepção objetiva ora na subjetiva, sob a égide da luta política.

O “campo político”, espaço social de “lutas simbólicas” ‘impõe uma ordem simbólica unilinear, homóloga, que monopoliza e descaracteriza a realidade do mundo social. “A política é o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, *ação* que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos” (Bourdieu, 2010, p. 159).

O “campo político” para Bourdieu (2010, p. 164) pode ser um espaço para simultaneamente, configurar “campo de força” e “campo de lutas”: lugar de manifestações competitivas entre “os agentes, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos” que como “produtos simbólicos” são oferecidos aos consumidores, cidadãos comuns.

O cenário social para a competência social e técnica com vistas a participação política ativa implica despojamento econômico e cultural. A intencionalidade da política está imbricada de técnicas de ação e de expressão do jogo político, num movimento que vai do implícito ao explícito, da subjetividade à objetividade, à manifestação pública num discurso ou ato público que se institucionaliza como forma de oficialização e legitimação (Bourdieu, 2010).

O monopólio da “produção política” é seguido por um pequeno grupo de profissionais da política, desprovidos de competência social e vinculados à fidelidade do mercado da política. O “capital político” é um “capital simbólico” que circula como operações de crédito, ou seja, o sujeito confere aos profissionais da política um crédito, do “poder simbólico”. Os profissionais da política produzem suas próprias ações e opiniões políticas e fazem os

cidadãos reféns de seus partidos, aos quais estão vinculados até quando seus próprios interesses os permitem, em uma preparação doutrinária de militantes e eleitores. Com essa dinâmica as ações e pensamentos no “campo político” são constituídas pelo “habitus” no “campo” de saberes específicos, como “produtos simbólicos” (Bourdieu, 2010).

Bourdieu (2010, p. 194-196) considera “capital político” como forma de “capital simbólico”. O “capital político” é representado por mandatários sindicais e de partidos que exercem o papel social de “banqueiros de homens” com competências para prever, dar crédito, firmar contratos, atrair clientes massivos e os investidores.

O “capital político” se institucionaliza através de instituições permanentes, materializadas em “máquinas políticas”, que funcionam com postos e instrumentos de mobilização que se reproduzem de forma mecânica e estratégica. A objetivação do “capital político” se dá na institucionalização de postos a ocupar no empreendedorismo político para mobilizar de forma crescente, duradoura e reprodutora, o “poder simbólico” na política, considera Bourdieu (2001).

O “poder político” mobiliza-se competitivamente, o que resulta na profissionalização da política e na burocratização dos partidos que ocorrem em dois níveis: “capital político” detenção dos profissionais políticos na elaboração e difusão dos “produtos políticos” (Bourdieu, 2010).

O “campo político” para Bourdieu (2010) é o lugar de enfrentamento de tendências e interesses divergentes exercidos por partidos sob a lógica do aparelho que funciona no antagonismo entre alienação cultural e fidelidade, historicidade do “capital político” defesa de suas conquistas, posição de luta e imposição mobilizadora, minimização do capital econômico, cultural e dependência da permanência de seus membros e de seus quadros.

As posições ambíguas no “campo político” impõem uma função mobilizadora e mecânica, do aparelho que desloca a lógica dialética da pluralidade dos homens para a uniformidade objetivamente orquestrada instaurada pelas relações sociopolíticas da adesão, cumplicidade ratificada pelo monopólio, autoritarismo dos mandatários.

Weber (2003) faz uma crítica sobre as lutas partidárias, no sentido de que as lutas partidárias não objetivam alcançar determinadas finalidades, mas disputar para controlar e garantir tais benefícios de acesso à distribuição de empregos.

Enquanto Weber (2003) denuncia um sistema democrático imposto pelo apoio dos comitês eleitorais locais, aos partidos, Duverger (1980) defende o que denominou de “origem exterior dos partidos”, que significa que os partidos políticos têm origem parlamentar eleitoral.

Mair (2003) em seus estudos sobre os partidos políticos e a democracia anunciou a crise dos partidos políticos e afirmou que as organizações políticas ameaçam a renovação da democracia. O autor apresenta três aspectos na sua pesquisa: sobre as mudanças atuais que afetam os partidos, que desviam o foco do cidadão para a esfera governamental; as consequências de tais mudanças, que são a despolitização dos políticos e a indiferença dos cidadãos em relação à política; a previsão de um futuro, àquela época (2003), que são também, evidenciados nos dias atuais: ausência de propostas que resgatem os sólidos fundamentos que estruturam os partidos na sociedade e, pela defesa de desenvolvimento de identidade partidária, que garanta a legitimidade.

A competência para a política está, pois, no compromisso com a democracia e a cidadania, na responsabilidade e sensibilidade de alcançar as reais necessidades de defender os interesses dos cidadãos para o seu bem-estar social. Isso implica qualidade do homem político e postura ética na representatividade dos partidos políticos, como exercício do na política.

Gohn (1997-2010) identifica a democracia, com as variantes participativa e deliberativa. A versão mais elaborada de democracia deliberativa na América Latina está em Habermas (1992-2003). Santos (1985) levanta a discussão de que a democracia não se legitima com o voto, mas diante discussões e decisões coletivas dos membros da sociedade. Habermas (1992-2003) entende que democracia deliberativa implica a vontade expressa nos espaços institucionais (como os conselhos gestores no Brasil) e nos espaços extra institucionais (opinião pública, grupo de interesse, sindicatos, associações culturais). Santos (1985) articula democracia deliberativa aos movimentos sociais; abre debate no meio acadêmico sobre multiculturalidade (igualdade e diferenças); e, geopolítica que parte da visão de que quem produz, em que contexto e para quem se produz o conhecimento.

Chomsky (2000), linguista e ativista político, dedicou seus estudos aos meios de comunicação de massa e temas políticos. O pesquisador traz uma discussão sobre a democracia, os mercados e os direitos humanos, no sentido de serem vitimados por pressões das democráticas indústrias de ponta e da hegemonia americana, com a falsa promoção dos mercados livres. O autor denuncia uma ameaça constante ao funcionamento da democracia proporcionada pela

prepotência marcante de governos americanos, ao deixarem suas marcas de cerceamento da liberdade e abalo as soberanias das nações, com a alegação de autodefesa: “protecionismo” científico, tecnológico e mercadológico. O Brasil é um exemplo histórico como foco de especulações, exploração e expansão de política americana, fundamentada no modelo capitalista do milagre econômico brasileiro.

Dahl (2001) argumenta que a existência de governos populares não significou a constituição de organização política democrática, uma vez que: (a) a desigualdade continuava evidenciada; (b) os parlamentos ou assembleias não diluíam as monarquias; (c) o povo se fazia representar apenas por minoria de homens livres burgueses; e (d) as restrições dos conceitos políticos limitavam processos educativos que incentivassem a participação e liberdade de expressão de todos. Dahl (2001) defende a democracia como uma forma de organização política que não se impõe por sua historicidade, mas pelas construções e ações contextualizadas na contemporaneidade.

Dahl (2001) aponta cinco critérios para instituição do processo democrático: (a) participação efetiva; (b) igualdade de voto; (c) entendimento esclarecido; (d) controle do programa de planejamento; (e) inclusão dos adultos. Justifica que os critérios são necessários para dar tratamento político igualitário aos membros da sociedade.

Além dos critérios, Dahl (2001) enumera dez consequências desejáveis para uma efetiva democracia: (a) evita a tirania; (b) dá direitos essenciais; (c) permite liberdade geral; (d) promove autodeterminação; (e) permite autonomia moral; (f) proporciona desenvolvimento humano; (g) protege os interesses pessoais essenciais, (h); favorece a Igualdade política; (i) busca pela paz; (j) promove a prosperidade.

A partir das ideias de Dahl (2001) entende-se que Estado, governo e democracia se inter-relacionam: o Estado como instituição, o governo como agente e democracia como ação. Dahl (2013) aponta perspectivas desafiadoras para o futuro, àquela época, que a sociedade hoje busca superar: as múltiplas complexidades de ordem econômicas, a internacionalização, a diversidade cultural e os desafios para o cidadão atingir sua competência. Na realidade do Brasil, tais perspectivas desafiadoras podem ser alcançadas com o exercício da democracia que compreenda um conjunto ações compartilhadas com as diferentes formas e abrangências, que considere o aspecto situacional para as perspectivas mescladas da participação, deliberação e representação, conforme Souza (2010) pontua.

Castells (1999b) afirma que o marco da política em todo o mundo no final do milênio está na contradição de que o triunfo internacional, movido pela globalização, minimize a representatividade das bases políticas nacionais. Com a perda da soberania no mundo estratégico, os Estados se superam como participantes ativos, que mesmo destituídos de poder, podem encontrar novos rumos na crise da democracia.

Os esclarecimentos de Carnoy (1988) sobre as concepções de sociedade civil e as abordagens de teorias políticas apontam para as origens da teoria política norte-americana e as suas implicações em relação ao pluralismo e ao corporativismo dominantes e abrem uma discussão sobre as diferentes interpretações de democracia, Estado e sociedade civil, quanto ao aspecto econômico. Articula também, a visão do Estado e da sociedade civil, sob a abordagem das teorias marxistas tradicionais, diferenciada da norte-americana, que incide na luta de classes e transformação social.

Em sua abordagem Carnoy (1988) fala sobre o crescimento da política na pós-modernidade: sociedades capitalistas que impulsionam o crescimento econômico para a maximização da produção se vêm diante de problemas econômicos mais pontuais, como o significado de produção, o que se produz e o poder decisório da política de desenvolvimento.

A expansão da política de desenvolvimento dá ao Estado novas competências e novos objetos de estudo para os cientistas sociais, que buscam compreender a dinâmica do desenvolvimento econômico da sociedade, nos aspectos da economia e suas implicações políticas, a ideologia das mídias de comunicação, na educação, segurança, nos programas de saúde, entre outros.

O que Wolkmer (2001) aponta como alternativa para uma nova forma, de se fazer política está em não abandonar ou excluir a democracia representativa com as suas formas de partidos políticos, ação de maioria, voto e outros fatores. Mas, propõe uma democracia direta cuja prática está na participação comunitária, no posicionamento dos cidadãos e na representação vinculada aos interesses do poder exercido pelos cidadãos, no espaço público.

A expansão da política de desenvolvimento dá ao Estado novas competências e novos objetos de estudo para os cientistas sociais, que buscam compreender a dinâmica do desenvolvimento econômico da sociedade, nos aspectos da economia e suas implicações políticas, a ideologia das mídias de comunicação, na educação, segurança, nos programas de saúde, entre outros.

1.2 Globalização e Cultura.

Na realidade mundial das recentes transformações políticas e econômicas, no debate da globalização, Jamason (2000), crítico literário marxista norte-americano, traz a sua contribuição ao analisar os efeitos do pós-modernismo sobre a cultura - historicizada na realidade socioeconômica - e a sociedade contemporânea, numa “lógica cultural do capitalismo tardio”. A cultura na visão do autor é a própria lógica do sistema da organização social. Com esse sentido, entende o pós-modernismo como uma realidade social totalizante, que não se dicotomiza, mais é movimento integrador da literatura, do vídeo, do cinema, da música.

Por sua vez, Ohmae (1999) traz a visão do mundo sem fronteiras na década de 90 e antecipa um cenário para o início do século XXI que configura a convergência do pensamento-ação cosmopolita. A formação de uma comunidade mundial tem como perspectiva oferecer qualidade de vida para as novas gerações, e também, estabelecer uma economia global.

Quanto aos indicadores desafiadores e determinantes do mundo sem fronteiras, Ohmae (1999) aponta os denominados quatro “is”: (a) o investimento, com a abundância de dinheiro dos países desenvolvidos nos fundos de pensão, programas de seguro de vida, por exemplo, que ultrapassa as fronteiras nacionais para aproveitar as oportunidades econômicas; (b) a indústria com uma visão mais global voltada para a ampla expansão de capitais, substituindo o foco do governo, pelas perspectivas futuras pautadas na tecnologia e no gerenciamento; os (c) indivíduos como consumidores individuais, com acesso à informação e sem se submeterem às restrições do governo, por possuírem melhor nível de exigência na qualidade e valor dos produtos do que nas suas origens; e (d) a informação que veicula a participação transacional sem fronteiras, no sistema dos negócios, que gira em torno das empresas de tecnologia da informação (TI).

O investimento, a indústria, os indivíduos e a informação são aspectos necessários ao desenvolvimento da economia mundial e uma vez que a demanda de interesses econômicos não tem fronteiras, haverá o enfraquecimento do papel mediador do Estado.

O pensamento sociológico de Bourdieu (2001) atribui à globalização um efeito essencialmente econômico, mas como política deliberada e consciente e com resultados inconscientes. Uma “política de despolitização”, elaborada nas reuniões de organismos

internacionais, como as empresas multinacionais: Organização Mundial do Comércio¹¹ (OMC) e União Europeia, que submetem governos e cidadãos às forças econômicas e sociais, enfraquecendo o poder das forças econômicas dos países no seu conjunto ou isoladamente.

Em conferência na Universidade Keisen, em Tóquio, no ano 2000, Bourdieu (2001) fala sobre o duplo sentido de globalização: um que traz o significado de unificação ou extensão do campo econômico mundial e outro que dá significado normativo jurídico-político para uma política econômica que objetiva unificar o campo econômico.

Chomsky (2000) chama atenção sobre a crise econômica global que se justifica por dois fatores há quase uma década e meia e que perdura na pós-modernidade: um refere-se à globalização da produção, promovida por empresários versus o retrocesso das conquistas dos trabalhadores, em relação aos direitos humanos, tais como: perspectivas de emprego, salários justos, jornada de trabalhos adequados. Outro fator é o catastrófico capitalismo de Estado que empobreceu a população mundial, submetida à explosão financeira, sob alegação de estabilidade econômica¹² internacional, representados pelo FMI e BM.

Globalização econômica não é mecanização das leis da técnica ou economia, conforme assevera Bourdieu (2001), mas um “produto simbólico” de uma política imposta por agentes e instituições com fim específico de liberação e regulamentação do comércio, em escala mundial.

Bourdieu (2001) atribui à globalização a um modelo dissimétrico, de mão única, dominante. O efeito da globalização na pós-modernidade, ainda perdura sob influências dos Estados Unidos: Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional Organização Mundial do Comércio. Os mercados estão longe de atender às políticas sociais nos Estados Democráticos de Direito.

¹¹ OMC: A Organização Mundial do Comércio teve um representante brasileiro, incorporado a ela em 2013.

¹² O economista que recebeu o prêmio Nobel James Tobin em 1978, então presidente da Associação Americana de Economia, sugeriu levantar impostos que suplantassem os fluxos especulativos que direcionavam o mundo para uma economia decadente, salários baixos e elevadíssimos lucros (Chomsky, 2000, p. 74).

Stiglitz (2002) economista americano, prêmio Nobel de Economia¹³ em 2001, descreve os efeitos maléficos da globalização, enquanto os benefícios globais ficaram no plano da promessa:

“A distância cada vez maior entre os que têm e os que não têm vem deixando um número bastante grande de pessoas no Terceiro Mundo num estado lamentável de miséria, sobrevivendo com menos de um dólar por dia” (Stiglitz, 2002, p. 31).

Stiglitz faz referência a Bourdieu quanto à necessidade dos políticos adotarem uma postura mais acadêmica, no sentido de debaterem fatos e evidências científicas. Faz críticas aos acadêmicos que ao elaborarem recomendações políticas, se politizam, distorcem as evidências e se submetem às ideias dos poderosos. Stiglitz defende a posição de que uma boa política gera um bom sistema econômico: a economia não é neutra e as políticas econômicas adequadas podem exercer poder para transformar a vida dos menos favorecidos. Tece críticas acirradas à falta de transparência do FMI, a sua ideologia, às ações inadequadas e desatualizadas que submetem as nações em desenvolvimento, mais desfavorecidas. Denuncia que os resultados desastrosos e antidemocráticos vitimam os países com seus problemas complexos, levando-os ao desequilíbrio econômico.

Associado à posição de Chomsky (2000) e Bourdieu (2001), Stiglitz (2002) denuncia que os processos políticos corrompidos fizeram da globalização estratégia para empobrecimento da população, desemprego, desintegração social, violência urbana, discriminação étnica, entre outras consequências catastróficas.

No mundo, a situação do campo econômico está estrategicamente polarizada, submetida às vantagens econômicas, especulativas da valorização do capital financeiro, reduzindo as ações do poder político, diplomático e do Estado Nacional, como considera Bourdieu (2001).

Ianni (2010) sintetiza cinco características advindas de estudos e interpretações da sociedade global: (a) a fundamentação nas teorias das ciências sociais, tais como, evolucionismo, funcionalismo, sistêmica, estruturalista, weberiana e marxista; (b) a ênfase em aspectos específicos da sociedade global, como: econômicos, financeiros, tecnológicos, informáticos, culturais, religiosos, políticos, geopolíticos, ecológicos, sociais, históricos, geográficos; (c) as

¹³ Stiglitz trabalhou no Conselho de Consultores Econômicos no governo do presidente Bill Clinton e no Banco Mundial, como economista-chefe e vice-presidente sênior (Stiglitz, 2002, p. 12).

perspectivas convencionais, como: um aspecto do cenário mundial, situações de classes, categorias como religião, mídia, etnias; (d) aspecto comparativos geográficos, históricos, sociais, econômicos, políticos, culturais; (e) a pouca penetração na questão da desterritorialização, por ser um campo ainda bastante novo.

No pensamento sociológico de Ortiz (2007), globalização emerge da redefinição do velho pela emergência do novo. O sociólogo vê a diferenciação entre globalização que identifica como realidade técnica e econômica e mundialização, que se refere à cultura. Não comunga com os que defendem a constituição de uma “sociedade global”. Entende que uma situação se totaliza internamente por um elo comum, a globalização.

Stiglitz (2002) afirma que “a globalização em si não é boa nem ruim”. Sugere um sistema de “governança global sem governo global”, que dê voz a todos, ricos e pobres, para proporem mudanças nas regras que direcionam a ordem econômica mundial, gerenciada com imparcialidade, com direito dos países opinarem sobre as políticas que lhes implicam, direcionada para a criação de uma economia global justa, sustentável e igualitária.

A globalização é, pois, um termo polêmico que surgiu em meio a situações dos desafios políticos, econômicos e sociais entre as nações, que frente à imposição do poder hegemônico americano, direcionou suas alternativas de solução para as situações-problemas, com submissão aos ditames econômicos de quem detinha o poder.

Na visão dos críticos da globalização, como Chomsky (2000), Bourdieu (2001), Stiglitz (2002), Ortiz (2007), Ianni (2010) e Kocher (2011) há pontos comuns no evento da globalização: o enfrentamento ao capitalismo, em muitas situações sem sucesso; as relações sociopolíticas estreitas entre as nações no que se refere à intercomunicação, mediadas por tecnologias midiáticas.

Os efeitos podem ser positivos ou negativos. Contudo, a oportunidade de integração internacional em questões humanitárias e assuntos de interesse dos povos e dos Estados têm encaminhado algumas soluções como discussões nas questões de conflito, solidariedade nas catástrofes, consenso em tomada de decisões, que implicam segurança, privacidade, saúde, educação, entre outras.

Em meio a todo esse processo de globalização, de miscigenação, como fica a questão da diversidade das culturas nacionais?

Santos (2006) traz uma abordagem conceptual sobre a temática cultura que, principalmente, nos dois últimos séculos tem motivado os estudiosos que buscam compreender as sociedades, que ao longo do tempo vão desaparecendo ou perdendo as suas características originais em virtude da miscigenação cultural, assim como, as sociedades pós-modernas, que vêm construindo as suas culturas, a partir das aproximações, nem sempre amistosas, entre as nações. O autor desenvolve algumas considerações sobre cultura: concepções, como a cultura se desenvolve, a relação entre cultura e nação, as preocupações da cultura.

Santos (2006) apresenta duas concepções básicas de cultura: a primeira remete a todos os aspectos de uma realidade social e a segunda trata o conhecimento, as ideias e crenças de um povo, com mais especificidade. A cultura como realidade social engloba as características comuns, a organização, a forma de produção de sobrevivência e a concepção de mundo de um determinado povo que o diferencia dos outros povos.

A partir do século XIX, a hegemonia europeia, com o poderio industrial e de novos mercados sobre o mundo, e ainda a ruptura da influência do cristianismo levou as ciências humanas a dar tratamento sistemático ao sentido da palavra cultura. Mesmo assim, a palavra cultura ainda suscitava interpretações generalistas: diferenciar populações humanas entre si e o humano de outras formas animais. As convergências das preocupações com a cultura estiveram associadas aos avanços científicos do século XIX e à expansão política e econômica das sociedades industrializadas, em suma, com as relações internacionais de poder.

A relação entre cultura e nação é exemplificada por Santos (2006) com os casos: da Alemanha, que politicamente não tinha unidade comum, mas buscava uma cultura unificada; dos Estados Unidos da América do Norte e da América Latina, cujas realidades são o processo de nações modernas em que estão constituídas com a incorporação de povos de nações ao redor do mundo, que foram influenciadas pelas conquistas europeias e da Rússia do século XIX, constituída pela diversidade de povos, que buscaram uma realidade cultural comum, mesmo depois da revolução comunista de 1917.

Ohmae (1999) chama atenção para o fato que não é a cultura que diferencia os Estados, mas sim as suas atividades econômicas entre nações, principalmente, quando elas são mediadas por tecnologias e informação. No entanto, esse autor reconhece que as influências da tecnologia midiática aproximam mais adolescentes e jovens de nacionalidades diferentes do

que gerações diferentes da mesma nacionalidade, como por exemplo, vestimentas, linguagens e entretenimentos comuns.

As experiências multimidiáticas vivenciadas cada vez mais por tecnologias inovadoras têm consequências que transcendem as questões superficiais do gosto e de suas implicações para a cultura, mas afeta as questões fundamentais do processo de pensamento, da mentalidade (Ohmae, 1999).

A informação veiculada por tecnologias midiáticas pode trazer, conforme observa Ohmae (1999), implicações e mudanças nas fronteiras políticas e econômicas, uma vez que os fluxos de atividades econômicas e de ações políticas podem ser moldados pelas informações que veiculam nas mídias sociais interativas.

A crítica que Bourdieu (2001) faz, por exemplo, à televisão é no sentido que, sob alegação da melhoria na qualidade e quantidade dos “bens culturais”, as “inovações econômicas” exercem um poder persuasivo sobre as tecnologias inovadoras atrelando-as a satisfação dos consumidores, no que se refere a demanda da informação, como mercadoria, produto, sujeito a lei do mercado.

No Brasil e na América Latina a cultura é tratada à margem das culturas nacionais e são agregadas a elas como os aspectos particulares, sejam dos nativos ou imigrantes, por meio de suas representações como, por exemplo: nomes, comidas, roupas, lendas, música, linguagem.

Santos (2006) se refere à cultura dominante como marca da própria civilização ou a qualquer cultura, como a falta de domínio da língua escrita, falta de acesso à ciência, à arte, à religião da cultura das camadas dominantes.

Tradicionalmente, cultura ora remetia aos aspectos materiais ora aos imateriais e confundia-se com civilização, que representa sociedades mais prósperas e influentes. Nas discussões contemporâneas sobre cultura prepondera-se a dimensão não material da sociedade sobre a dimensão material.

Santos (2006) faz uma relação entre as duas concepções básicas de cultura: a que considera a realidade social nos seus diferentes aspectos, concepção que foi sedimentada a partir do século XIX; e a que agrega conhecimentos, ideias e crenças de um povo, concepção trazida desde os primórdios da humanidade. A articulação entre estas duas concepções é que suscita estudos nas sociedades contemporâneas.

Operacionalizar a cultura na totalidade das características de um povo é muito complexo, pois, por um lado as realidades sociais diferem-se nas experiências, no legado histórico, na organização da vida social; por outro, a tendência de formação de uma civilização mundial, gerada pela necessidade de interação entre povos, nações e culturas minimiza a possibilidade de totalidade cultural.

As relações que se estreitam entre povos por conta da interdependência de suas economias, padrões internacionais de qualidade de vida e superação de desigualdades internas são alguns aspectos que vêm transformando os significados de cultura: as duas concepções básicas de cultura que, historicamente, tiveram suas práticas isoladas, no percurso dos tempos caminharam juntas e na pós-modernidade, se mesclam numa visão de sociedade totalizadora, através do conhecimento codificado nas diferentes formas de expressão: na arte, tecnologia, religião, ciência, política, nos esportes entre outras. É esse sentido totalizador da cultura na realidade social que Jamason (2000) identifica no pós-modernismo. A cultura permite que os conhecimentos, as informações e as experiências acumuladas sejam transmitidos e transformados por processos de simbolização.

No entendimento de Santos (2006) a cultura é um processo global no interior da sociedade. A cultura está associada a conhecimento, a qual tem uma característica fundamental: o de ser fator de mudança social, de servir não apenas para descrever a realidade e compreendê-la, mas também para apontar-lhe caminhos e contribuir para sua modificação.

A cultura gera conflito de interesses nas sociedades pós-modernas, até mesmo pelo controle ou benefícios que imprime. Ela se associa a outras preocupações de estudo da sociedade como um todo, como: as relações de poder e a dimensão do conhecimento que a constitui.

Entende-se especificamente, que a cultura dá uma dimensão social na sociedade, como produto coletivo, uma construção histórica, um processo dinâmico e criador, um território de lutas sociais para superação da opressão e desigualdade, com diferentes expressões do conhecimento.

Encontra-se em Larraia (2001) uma visão antropológica sobre cultura, seus determinismos biológicos e geográficos. O autor explica que a cultura depende da visão do homem que a constrói, segundo diferentes fatores históricos, situacionais, relacionais, motivacionais e interesses, num processo dinâmico. Para Larraia (2001), o determinismo biológico é marcado

por diferenças físicas e biológicas, direcionadas pelo aprendizado de comportamentos específicos. As diferenças ambientais e geográficas condicionam as diversidades culturais.

O homem cultural tem possibilidades e limites e que a cultura é dinâmica, seletiva e construída com lógica. O homem não dá conta de abarcar toda diversidade da cultura, então sua participação no processo cultural é limitada. No entanto, a cultura se desenvolve simultaneamente, com os aspectos biológicos do homem e por sua necessidade de deslocamento geográfico. Assim, vale-se da linguagem como um produto cultural e da comunicação com processo cultural (Larraia, 2001).

Bourdieu (2001) alerta que a cultura está em perigo, no sentido de sua comercialização, a serviço do consumo.

“O que está em jogo é a perpetuação de uma produção cultural que não seja orientada para fins exclusivamente comerciais e que não se submeta aos vereditos daqueles que dominam a produção midiática de massa, sobretudo através do poder que detêm sobre os grandes meios de difusão” (Bourdieu, 2001, p. 85).

A cultura é, pois, um sistema dinâmico que se processa pela adaptação da organização social, através de instrumentos tecnológicos, como a linguagem oral, escrita, iconográfica, pictórica, gestual, sonora e as mais recentes inovadoras tecnologias midiáticas e que deve distanciar-se dos interesses econômicos.

Encontram-se semelhanças no pensamento de Bourdieu (2010), Santos (2006), Larraia (2001) e Ohmae (1999), uma vez que: (a) não desprezam a influência de tecnologia na construção da cultura desde os primórdios, como a linguagem e comunicação; (b) compreendem que há miscigenação cultural nas pluralidades dos homens nos diferentes pontos do planeta, o que não significa que cada nação destitua sua identidade cultural; (c) defendem a posição de que a cultura pode minimizar a desigualdade social, uma vez que a retrata; (d) entendem que cultura engloba todos os aspectos da realidade social: conhecimento, aprendizagem, ideias, crenças de um povo e implica realidades socioeconômicas comuns e distintas; (e) aceitam que a cultura implica em relações de poder, lutas sociais, desigualdade e pode se manifestar na economia, no espaço geográfico, na política, na educação.

Na visão de Castells (1999a), a ideia de cultura acrescentar-se-ia a de “cultura da virtualidade real”, como uma nova cultura que desafia os padrões culturais civilizatórios.

A “cultura da virtualidade real imprime um pensamento simbólico em um ambiente simbólico construído pela prática comunicacional”. O capital cultural da linguagem, imagem, som, movimento, vão tecendo redes que agregam a experiência e ao real.

As características como intemporal, desterritorizado, hipertextual, virtual, síncrono e assíncrono dão significados tão específicos, que fazem com que a cultura, construída sob um conservadorismo em “campos simbólicos” delimitados, se torne experiências comunicacionais virtualizadas, intemporais e sem fronteiras, com o movimento globalizante das tecnologias midiáticas. A globalização é um “poder simbólico” que traz substanciais implicações políticas na sociedade civil.

Bourdieu (2001) traz em sua obra “Contrafogos”¹⁴ uma análise crítica sobre os efeitos da globalização, que a caracteriza como perversa. Faz um convite aos intelectuais, sindicalistas, pesquisadores, profissionais da mídia, críticos do liberalismo, do neoliberalismo, no sentido de enfrentamento aos ditames das forças econômicas como imposição da globalização para reivindicar um movimento social europeu unificado.

Aproximadamente, 13 anos após o lançamento de Contrafogos, o pensamento neoliberal que combateu nos seus discursos, continua presente na sociedade, em diferentes países do mundo, contrapondo-se à luta de alguns governos eleitos, na ruptura como o modelo neoliberal, como no caso do Brasil, com os dois mandatos do governo Luis Inácio de Lula da Silva e a continuidade de seu governo com a presidente Dilma Rousseff, e nos Estados Unidos da América (EUA), nos dois mandatos do governo Barack Obama,

Bourdieu (2001) faz uma alerta sobre os efeitos da globalização sobre a cultura: a ameaça à autonomia e internacionalismo. A partir da descrição e análise do processo de autonomia, nos campos literário, científico e artístico, de alguns países ocidentais, mostrou que eles possuem independência e estão desvinculados do mundo social desterritorizado, que, principalmente, as artes e a literatura não se expressam historicamente sob pressão de lucro financeiro. No entanto, na contemporaneidade sofre ameaças do lucro do comércio, resultado do mundo desenvolvido. O sociólogo atribui aos atores da cultura, da arte e da literatura, o papel de

¹⁴ Contrafogos: A obra escrita em 115 páginas, incluindo o prefácio está composta de oito textos, com características peculiares, no final de cada um deles: consta local e data. O livro reúne uma coletânea de textos inéditos, publicados em mídia impressa renomada, alguns inéditos, publicados em diferentes jornais, como o “Le Monde Diplomatique”, o “Libération” , e em declarações públicas, em sua maioria, dirigidas a estudantes e trabalhadores em conferências, fóruns e outros eventos. (Bourdieu, 2001) Bourdieu morreu aos 71 anos, no dia 23 de janeiro de 2002.

influir nas posições econômicas, culturais, políticas e midiáticas, que geram tensões na sociedade.

Em suma, Bourdieu (2010), Santos (2006), Larraia (2001) e Ohmae (1999) sinalizam que o diferencial entre as nações não é propriamente a cultura, mas são as atividades socioeconômicas globalizadoras, exercidas pela informação e pela comunicação de forma implícita ou explícita. Ohmae e Bourdieu tecem críticas sobre as possíveis influências maléficas das tecnologias midiáticas, sobre os efeitos da globalização na economia das nações.

1.3 Política Midiatizada.

Recorre-se a Castells (1999b) para uma apresentação de modelos de fazer política nos Estados Unidos, na Europa e na Bolívia.

O modelo norte-americano no percurso de três décadas estabeleceu uma transformação política por três processos inter-relacionados: (a) o declínio dos partidos políticos; (b) a diversidade de meios de comunicação eletrônica flexível que se ancoram à televisão; (c) o “marketing” político que se utiliza de pesquisa de opinião associada à difusão nas mídias e aos recursos da informática, como mala-direta (Castells, 1999b).

As transformações do sistema político motivadas por tendências socioculturais deram lugar as manifestações pelas transformações das reformas eleitorais: método convencional para eleição de candidatos, formas de captação de fundos de campanha.

Essas tendências deram reforço à mídia, levando-a ao privilégio de intermediar os candidatos e o público, como também fez com que os candidatos buscassem doadores para o fundo de campanha, na esfera privada e nos comitês de mobilização política apartidários, para as dispendiosas campanhas e publicidades, orientadas pelas mídias.

Os aspectos tecnológicos e organizacionais da mídia foram decisivos, para o desenvolvimento do seu papel político, nas últimas três décadas, afirma Castells (1999b). Considera que o marco das mudanças na relação entre mídia, pesquisa e política, se deu na campanha do ex-presidente John Kennedy, que investiu em pesquisas e estratégias televisivas, levando-o à vitória, em 1960. Esse evento deu à televisão um reinado sobre a agenda política dos

candidatos norte-americanos, o que a levou pela estratégia da audiência representativa, a inferir nas tendências da opinião pública para sua confirmação ou mudança. As mídias funcionavam como um sistema integrado, os jornais relatavam e analisavam os eventos, a televisão fazia a divulgação para o público e o rádio oportunizava a participação do cidadão (Castells, 1999b).

O papel político central que a televisão exerceu trouxe como resultado: o alto investimento que os políticos fazem em publicidade, nas campanhas políticas televisivas e a logística dos eventos políticos, promovidos por assessores de candidatos, como por exemplo, na: forma de condução participante e na relação de manutenção “tempo assunto” nos debates.

No pensamento de Castells (1999b, p. 376), “a mídia vem se tornando arena das principais batalhas políticas”. O “marketing político” e a integração do sistema de mídia em tempo real têm mudado o papel político da mídia. “A introdução de computadores na tabulação das pesquisas, no final da década de 60, trouxe um novo conceito de pesquisas com fins estratégicos”, é o que registra Castells (1999b, p. 376).

Nos anos 70 e 80, pesquisas sociais sobre formadores de imagem e dos profissionais de propaganda política destacaram a intermediação de campanha entre candidatos, cidadãos e meios de comunicação, desenvolvimento de temas, plataformas, políticos para verificação de tendências políticas com “feedback”¹⁵, o que tornou o processo de reportagem midiática flexível, rápido e de expressiva aceitação para intervenção em tempo real nas informações e cronogramas de eventos políticos.

Contudo, a ação dos pesquisadores e formadores de imagem é antagônica, pois ao mesmo tempo em que usam as pesquisas para sinalização de tendências políticas para levar políticos ao “pódio”, podem se constituir adversários dos políticos e destroná-los, levando-os a derrota.

Na década de 90, evidenciaram-se a diversificação e descentralização na mídia e no seu campo de atuação, assim como ampliação de sua influência decisiva nas atitudes e comportamentos políticos. Nas redes locais de televisão a cabo, as entrevistas foram estratégias para a abertura do diálogo entre políticos e ouvintes do rádio, com participação direta de eleitores. Os videocassetes facilitaram a distribuição de mensagens nos eventos comunitários e em residências, enquanto a difusão da internet na mesma década de 90

¹⁵ Feedback: opinião, realimentação.

viabilizou a propaganda de campanha, através de interconexão nos fóruns e integração desta com a televisão e divulgação de endereços para melhor integração.

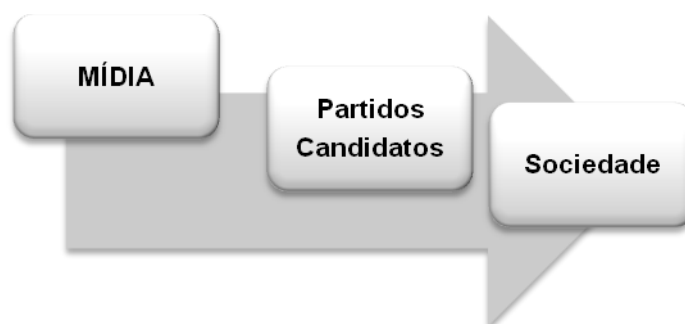
A política incorporada ao ambiente eletrônico de uma mídia interativa provoca certas contradições, entre elas: (a) a delimitação espacial do processo de imagem e resultados, em contrapartida ao verdadeiro propósito da mensagem; (b) a busca pela audiência e competitividade com o entretenimento, credibilidade independente de discursos contra os interesses políticos na coletividade, no consenso, na justificativa; (c) o jogo estratégico da mídia fazendo da política um evento personalizado, em que os políticos são protagonistas, vilões, atores, que expressam mensagens e atitudes negativas em oposição aos projetos políticos, propostas de governo, preservação da imagem e luta pelo acesso ao Estado.

As denúncias de corrupção, na década de 90, deram indicativos a uma sociedade democrática e com liberdade de expressão. As mídias na realidade devastaram alguns fatos da macro política: posturas positivas pessoais dos políticos e ações institucionais dos partidos e altos escalões do governo, que abalaram a confiança dos cidadãos e a personalização política que incide sobre caráter dos líderes políticos.

Um novo cenário político foi formado pela falta de consistência da economia global, por fatores geopolíticos que concentravam interesses entre países próximos no espaço territorial, o que contribuiu para a vulnerabilidade da corrupção nos sistemas políticos (Castells, 1999b).

A interdependência entre mídia e política converge para a inserção da política no espaço da mídia e a mídia como estratégia tecnológica, financeira e política. A mídia reúne um conjunto de aspectos que a leva exercer certa vantagem sobre a dominação do poder da política: no que tange à comunicação permite o alcance global e formação de redes, tem autonomia frente ao poder político, é fonte de informação, tem liberdade na realização de reportagens investigativas e formação de opinião. A mídia impõe certo domínio unilateral informacional na sociedade. (Figura 2):

Figura 2: Representação do poder simbólico da mídia sobre os partidos e sociedade.



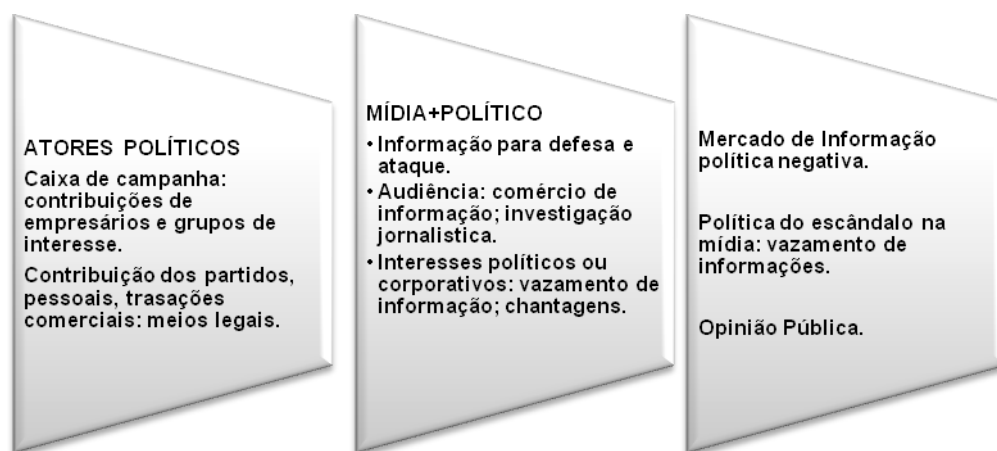
Fonte: elaborado por Vanildes Vieira da Cunha, com uso do “Software” SmartArt.

O movimento hegemônico linear da política informacional midiática, também, exercida por partidos políticos e candidatos, como detentores de um poder, impõe seus ditames à sociedade. Até mesmo porque dispõem de recursos financeiros para lançar o alto custo de suas atividades: realização de pesquisas, publicidades, “marketing”, análises, construção de imagens e processamento de informações para atingir a sociedade (Castells, 1999b).

Os sistemas de captação de recursos podem ser feitos por meios legais e ilícitos manipuladores, em comum acordo com mídia, políticos, partidos e autoridades do poder judiciário. Os atores políticos que se constituem de políticos, profissionais da mídia e publicitários se valem da audiência e do mercado de informações para manipular os conteúdos informativos para atacar e defender candidatos em forma de chantagens, vazamento de informações, e enfim, da política do escândalo da mídia. O principal objetivo de tais ações é a formação da opinião pública, assim analisa Castells (1999b).

Em síntese, os sistemas de captação de recursos para a política funcionam como sistemas institucionais. (Figura 3):

Figura 3: Funcionamento dos sistemas institucionais de captação de recursos políticos.



Fonte: elaborado por Vanildes Vieira da Cunha, com uso do “Software” SmartArt.

O modelo europeu de fazer política mediada pela tecnologia midiática, segundo a análise de Castells (1999b), assemelhava-se ao modelo americano no que tange aos conteúdos. Os sistemas europeus são estruturados com base nos partidos políticos que preservam a tradição histórica, cultural e a estabilidade da sociedade civil.

A visão de Bourdieu (2001) sobre uma Europa autônoma, no aspecto econômico e político, capaz de desempenhar um papel político mundial e uma Europa euro-americana, sob o domínio dos Estados Unidos, foi abordada como retomada dos eixos principais de uma intervenção, apresentada em Viena, em novembro de 2000. Na ocasião, o autor afirmou que a política da globalização reforçava o triunfo do neoliberalismo, destruía o Estado social e desmaterializava a ação política nacional ou europeia ou mundial.

Ressalta-se aqui, uma contribuição de Stiglitz (2002) que entre as críticas sobre os efeitos da globalização no mundo, destacou o Fundo Monetário Internacional – FMI – e o Banco Mundial – BM – que em meio aos conflitos e tumultos nas reuniões apresentavam supostas soluções para as situações financeiras, econômicas e comerciais dos países, prometendo-lhes crescimento mais acelerado, mas que na realidade trouxeram prejuízos para as nações que não aceitaram as propostas e até mesmo para as que as adaptaram as suas realidades.

Na interpretação de Stiglitz (2002) o FMI e o BM orquestraram problemas mundiais como justificativa para superar déficits dos países, como exemplo, os países latinos americanos, na

década de 1980, como a privatização acelerada que transformou indústrias e empresas estatais em privadas, o que acarretou maior custo para o consumidor e o trabalhador, impondo-lhes altas taxas de juros, encargos, demissões com a ilusão temporária do seguro-desemprego. Os países ricos do Ocidente, liderados pelos Estados Unidos, sobrepujavam-se nos privilégios financeiros, econômicos e comerciais, em detrimento dos prejuízos dos países a eles subordinados pela economia internacional dos mercados.

Quanto ao modelo europeu com o uso de tecnologias midiáticas para as práticas políticas observa-se o predomínio das redes de televisão europeias que até o final da década de 80 era de controle estatal, o acesso político à televisão era regulamentado e a propaganda política paga proibida. Os meios de comunicação, principalmente a televisão, são fontes de informações políticas e opiniões de massa de grande vulto para a política informacional.

Destacaram-se os conteúdos enfáticos da propaganda política, no final da década de 80: respeito à privacidade, no caso da França e Reino Unido. A Grã Bretanha tinha o controle estatal das redes de televisão, proibição de campanhas pagas, auto-regulamentação para preservar a credibilidade política com personalização (Castells, 1999b).

Entre as mídias radiofônicas, jornais, a televisão constituiu-se o principal veículo de comunicação política no Reino Unido. Na Rússia adotou-se a combinação de antigas e novas mídias. A Espanha aderiu às novas técnicas de política informacional. Na Itália a ascensão do poder de Silvio Berlusconi teve uma ligação direta com o desempenho da mídia na política.

A Espanha foi o país que mais se aproximou do modelo político norte-americano, no sentido do uso de temas políticos midiáticos para denegrir candidatos, uso de pesquisas de opinião e veiculação de programas partidários.

Introduzem-se neste ponto, aspectos sociopolíticos relevantes de Portugal, como modelo de um país de menor potência, que caminhou mais lentamente quanto ao uso da tecnologia midiática na propaganda política.

A hierarquia internacional dos Estados posiciona Portugal como pequena potência, contudo é um Estado privilegiado por sua localização geográfica e ligações históricas e culturais com o Atlântico Sul, como afirma Fernandes (2000).

Os desafios e oportunidades de Portugal na nova ordem internacional no mundo contemporâneo, nos anos 90, foram registrados por Sousa (2000). Portugal, estado integrante

da União Europeia – UE –, vivenciou todos os resultados da globalização como uma economia considerada forte nos anos 90. Mesmo considerado menos desenvolvido entre os países europeus, possui um legado homogêneo na língua, religião, com uma forte identidade cultural. Sousa (2000) levanta questões que mostram sua preocupação em relação aos desafios que Portugal tenta superar frente ao internacionalismo global, tais como o aproveitamento de tecnologias da informação; internacionalização da economia, estreitamento das relações com a China, Brasil, EUA, Norte da África e Europa, como um todo.

Assemelham-se a Sousa (2000) as perspectivas de Mendes (2000) ao apontar desafios e estratégias para o novo milênio, tais como a participação ativa para o reforço na construção do espaço da língua portuguesa, a promoção da internacionalização da economia; e a reforma do Estado para uma competitividade qualitativa.

Em relação ao sistema mundial, Santos (1985) considerou a sociedade e o Estado português em situação semiperiférica. A dominação estatal portuguesa, com os resquícios da sua formação social está sob a condensada e tensa articulação entre dois mundos: o da produção e o da reprodução. A desconexão entre os dois mundos faz sobrepujar o mundo social em detrimento do mundo capitalista. As formas de dominação estatal são objetivadas pelos padrões de um Estado formal e de um Estado informal. O dualismo estatal se dá pela não aplicação, por conta do desuso da lei; pela aplicação seletiva da lei em situações em que os interesses sociais são diferenciados, antagônicos; pela instrumentalização da lei, que está na dependência da vinculação ou não das práticas sociais e políticas às quais as originaram.

A inserção da tecnologia midiática na política em Portugal se deu de forma mais lenta, quase pela imposição da globalização, do avanço das tecnologias de comunicação social, da democratização da política e pela própria exigência dos eleitores. Somente em 2005, as técnicas de “marketing” político encontraram espaço nos partidos políticos (Caetano, Simões & Gravelho, 2012). Os profissionais do “marketing” político criaram imagem do candidato que melhor atenderia aos objetivos persuasivos das campanhas eleitorais.

A inserção da mídia na política europeia foi diferente da americana em alguns países e em aspectos pontuais: A França, Grã-Bretanha e Reino Unido tiveram maior controle sobre a mídia televisiva. A Rússia mesclou novas e antigas mídias. A Espanha e Itália com enfoques diferenciados foram mais diretos com o uso da mídia na política e Portugal fez uso da mídia com mais cautela. (Figura 4):

Figura 4: Inserção da mídia na política em alguns países da Europa.

Inserção da mídia na política europeia: ênfase de conteúdos	
França	Televisão principal veículo; preservação à privacidade.
Reino Unido	Televisão principal veículo; preservação à privacidade.
Grã Bretanha	Controle estatal das redes de televisão; proibição a campanhas pagas, auto-regulamentação para preservar a credibilidade política com personalização.
Rússia	Televisão combinado com antigas e novas mídias.
Espanha	Adota novas técnicas de política informacional: temas políticos midiáticos para denegrir candidatos, pesquisas de opinião e programas.
Itália	A ascensão do poder de Silvio Berlusconi teve uma ligação direta com o desempenho da mídia na política.
Portugal	Apropriou-se dos novos sistemas informacionais com tons mais informativos de publicações de partidos.

Fonte: elaborado por Vanildes Vieira da Cunha com dados sintetizados a partir dos estudos de Castells (1999b).

Nos anos 90, os países europeus, em sua maioria, vivenciaram o declínio dos partidos políticos, causado por problemas financeiros, rigor na regulamentação e dificuldades na adaptação tecnológica. Ao mesmo tempo em que se iniciou um novo momento de inserção da mídia, em particular, a computadorizada, na comunicação política. A especificidade institucional cultural e histórica da política europeia não tem sido obstáculo para a expressão política informacional, na sociedade em rede.

Por sua vez, o modelo boliviano de inserção midiática na política imprime importações do modelo norte-americano. A Bolívia é um país de identidade indígena que adotou uma política populista, que mais resistência teve quanto à globalização da cultura e em que todos os partidos defendem a ideologia nacionalista.

Os atores sociais provêm dos sindicatos, constituídos de mineiros e camponeses, mais conscientes e melhor organizados da América Latina. A construção de uma política tensões sociais e políticas foi feita por sucessivos golpes militares, envolvimento de militares de alta patente no tráfico de drogas, na década de 70, e posterior reestruturação política, mas sem muita abertura para uma política informacional. Por política informacional entende-se a inserção de “novas tecnologias da informação no debate político e nas estratégias de busca de poder” (Castells, 1999b, p. 366). A política informacional exerce poder através das tecnologias midiáticas da informação, no sentido de transformar os processos democráticos e políticos da sociedade globalizada, em rede.

O cenário político da Bolívia sofreu uma radical mudança a partir do movimento político liderado por Carlos Palenque. Sem tradição política, o ex-artista de música folclórica, de origem humilde se tornou apresentador de programa de rádio e televisão, depois proprietário de rede de comunicação, líder do movimento “Consciencia de Patria” e realizou algumas atividades artísticas e de comunicação no período de 1968-1989, que foram decisivas na sua candidatura e eleição, como registra Castells (1999b).

Observa-se que as atividades de Palenque giravam em torno de apresentações artísticas no rádio e na televisão, o que facilitou a sua popularidade, aproximação com a população, técnicas persuasivas de audiência até a criação de partido e influências decisivas nas eleições.

Os cinco aspectos estratégicos fundamentais da comunicação adotada por Palenque, segundo Castells (1999b), foram (a) veículo de comunicação associada à mensagem direcionada à experiência dos cidadãos; (b) respeito à identidade cultural, religião, linguagem e costumes populares; (c) ajuste da economia local e integração á economia global, com as reais necessidades dos desempregados, dos que precisam ser recolocados e controle de impostos justos e indispensáveis; (d) voz dos que não têm direito à palavra; (e) uso da mídia como plataforma em consonância com o partido.

Para Castells (1999b), a política da mídia não precisa valer-se do poder hegemônico de grupos privilegiados ou de interesse de partidos políticos para manutenção de monopólio através da tecnologia midiática.

Os estudos de Camargo (2006) registram que a transformação do cenário político na Bolívia ocorreu no governo do presidente Sanchez de Lozada, no período de 1993 a 1997, com a

Reforma Constitucional, reconhecimento institucional da Lei de “Participação Popular”, institucionalidade da realidade “multiétnica” e “pluricultural” do país e participação política efetiva dos grupos indígenas na Bolívia.

A manutenção do universo político e sociológico dos grupos indígenas objetivou a valorização da etnicidade como capital político e a afirmação de identidade étnico-cultural. O processo político boliviano, a partir das conquistas dos indígenas, não diluiu a desigualdade marcada pela oposição geográfica entre ocidente andino e oriente amazônico-platino, pelos fatores sociais, socioeconômicos, pela pobreza, e complicadores ideológicos tradicionais.

As transformações políticas e sociais na Bolívia têm incidido sobre a estabilização de sua economia, a comercialização internacional, como exemplo, do gás, no Brasil, a minimização das tensões políticas e econômicas, internas e externas, com relação à produção da cocaína, frente às raízes étnicas indígenas dos bolivianos.

A Bolívia busca historicamente a construção de um Estado que respeite suas especificidades étnicas, multiculturais, demográficas, mas que tenha efetiva participação indígena no poder é o que analisa Camargo (2006).

Como se pode depreender seja nos Estados Unidos, na Europa ou na América Latina, a mediação da política é um fato inexorável, que veio para ficar, adaptando-se apenas às revoluções tecnológicas que ainda advirão.

1.4 O Cenário político midiático brasileiro.

Para entender a construção do pensamento político brasileiro e a inserção de mídias na política é preciso contextualizar os aspectos histórico-culturais e sociopolíticos que contribuíram para a construção do povo brasileiro.

Gilberto Freyre (2006) antropólogo brasileiro retrata na obra “Casa Grande & Senzala”, de forma crítica, objetiva e radical, o enfoque cultural da formação da família brasileira na história do Brasil. Em sua análise, atribui à formação do povo brasileiro um equilíbrio de antagonismos: culturais, entre legados europeus, indígenas, africanos; econômicos, como agricultura, pastoril, mineira; religiosos, como católicos, hereges, jesuítas; sociais, incluindo

fazendeiro, bandeirante, senhor de engenho, bacharel, analfabeto. Sendo que, o mais marcante foi o antagonismo do senhor e do escravo, como ressalta Freyre (2006).

Esse antagonismo tão relevante na formação da sociedade brasileira foi impresso não tanto pela colonização portuguesa, mas pela formação de uma sociedade civil, fundada no mercantilismo, organizada sob uma economia agrícola, escravocrata no século XVI. O índio resistia ao trabalho imposto e foi considerado de cultura inferior. O negro, pela imposição da escravidão, não tinha alternativa, a não ser constituir-se mão-de-obra na produção agrícola do açúcar, principalmente. O negro e o açúcar garantiam um desenvolvimento econômico surpreendente, como registra Freyre (2006).

A formação racial foi feita pela miscigenação do português com a mulher indígena e a mulher africana. Hoje o povo brasileiro tem marcas africanas na sua genética que denuncia a sua formação, mesmo entre as pessoas de pele branca: além de estar introjetada de forma imaterial nos ícones musicais, na fala, no andar, na crença, nos apetrechos coloridos.

Estão presentes capitais culturais característicos da herança ameríndia e impressos na cultura moderna dos brasileiros, na sociedade atual, tais como: alimentos (mandioca, caju, milho, coco, pimenta, moqueca); lazer (banho de rio, descanso na rede, bola de borracha); animais (tartaruga); costumes (ficar de cócoras, pé descalço).

O historiador Sérgio Buarque de Holanda, em sua obra “Raízes do Brasil” pontua algumas mazelas da vida social, política e afetiva do brasileiro, inclusive a incapacidade para separar o espaço público do privado. Ao mesmo tempo em que reconhece herança da nação ibérica na sociedade brasileira, não atribui a Portugal e à Espanha o maior legado cultural e social para a formação do povo brasileiro. Contudo, no saldo dos antagonismos, a presença de aspectos da cultura portuguesa em especial, é significativa na cultura brasileira.

A colonização portuguesa no Brasil não se fez sob forma organizada de construção coletiva. O sentimento entre o homem trabalhador e aventureiro causava perturbações nas relações entre colonizador e colonizado, como imprevisibilidade nos mecanismos sociais, mas as circunstâncias permitiram que os portugueses absorvessem costumes dos índios e recriassem alternativas de vida.

As tribos indígenas encontradas no território brasileiro, embora com linguagens diferentes, mas aproximadas, se alimentavam dos frutos silvestres, viviam da pesca, da caça, da

agricultura de subsistência, como o cultivo da mandioca e do milho, “não conheciam a utilidade dos metais, não domavam animais que lhes poderiam ser, domesticados, úteis, e usavam, intensamente, o fogo, produzido, rudimentarmente, pelo atrito”, como conferem os estudos de Souza (2000, p. 164).

A extensa área tropical e geográfica, rica em hidrografia, geobotânica, animais exóticos, com solos produtivos para a agricultura e outros fatores físicos contribuíram com as perspectivas civilizatórias.

A pré-colonização permitiu migração para assentamento do homem na terra, aproximação cultural, religiosa e investimento de capital para a estruturação de atividades econômicas compatíveis. As atividades predatórias e extrativas do pau-brasil no litoral brasileiro e as atividades comerciais se tornaram valiosas no mercado internacional, especialmente a extração de madeira e a utilização da mão de obra escravocrata, como marcos predominante.

A colonização se efetivando gradativamente, paralelamente à miscigenação étnica, o avanço geográfico se fez do litoral para o interior do Brasil, com diversas expedições que não modificaram a estrutura colonial fundiária e posteriormente, com as capitânias hereditárias com a demarcação territorial, que gerou mais fracasso do que progresso levou à instalação do governo geral.

Houve momentos áureos do plantio da cana e fabricação do açúcar, com tecnologias importadas de Portugal, que se destacava como maior produtor mundial, associados à pecuária. Com incentivos e privilégios, deformações e sequelas, o açúcar foi protagonista agrícola no processo socioeconômico na vida colonial brasileira.

A escravidão, um trabalho herdado e que trouxe muitas tensões para os nativos indígenas do Brasil, instigou o movimento abolicionista, que numa trajetória de pressão externa, do conservadorismo interno, da corrupção, do tráfico de negreiro, mas com sucessivos avanços de movimentos anti escravocratas, aboliu a escravidão com a Lei Áurea, à revelia dos mandatários. Dos negros, os brasileiros herdaram a força para o trabalho, os hábitos alimentares e de vestuário, estilo de vida, crenças, o desejo e estratégia de liberdade, entre outras contribuições socioculturais.

A contribuição das atividades econômicas da pecuária e do movimento dos “bandeirantes”, à procura do ouro e pedras preciosas foram decisivas para o povoamento do Brasil.

As constantes ameaças comerciais externas da Espanha, da França, da Holanda e da Inglaterra contribuíram para que os brasileiros construíssem um cenário internacional e estrutura administrativa, militar, judiciária, tributária interna, em favor da independência do Brasil, mesmo em meio às lutas e conflitos.

A contribuição cultural colonial para o desenvolvimento na sociedade brasileira se fez por conta dos mecanismos de produção materiais, dos avanços técnico-científicos, das artes plásticas, da filosofia, da literatura e da música.

Os movimentos contestatórios e libertários contra o colonialismo e a escravidão demarcaram momentos de avanços políticos, sociais, econômicos, culturais, tais como: a luta dos quilombos¹⁶, a guerra dos mascates¹⁷, a guerra da Emboadas¹⁸, a insurreição em Minas Gerais, denominada de “Sedição de Vila Rica” e subsequente Inconfidência Mineira, com o martírio de Tiradentes, outras inconfidências, como a do Rio de Janeiro, da Bahia que tiveram caráter libertário, republicano e abolicionista.

Os fatos e acontecimentos precedentes à Independência do Brasil, tanto no interior da nação, como no seu exterior, permitiram progressos, ganhos em alguns momentos e retrocessos, perdas em outros momentos, contudo, explícita ou implicitamente, os movimentos para a emancipação do Brasil foram sendo contornados, permitindo a organização estrutural da sociedade para a sua independência, proclamada em 15 de novembro de 1889.

A necessidade de dominação no que julgavam ser promissora, a importação dos negros, passou ser “capital simbólico” de grande significado para o enriquecimento da economia dos colonizadores. Todo esse cenário que se instalou fora da área urbana foi recebendo novas

¹⁶ Quilombos: pequenos grupos de escravos que escapam na calada da noite, dos engenhos, minerações, charqueadas e dos latifúndios. Escondiam-se nas matas, cavernas e altiplanos, locais de difícil acesso, mas seguros, que se expandiram em todo o país. Dedicavam-se a caça, pesca, a agricultura, atividades artesanais e na captura de outros escravos. Os quilombos objetivam alcançar a liberdade nas regiões fronteiras do interior do Brasil. Entre os quilombos destacou-se o mártir Zumbi dos Palmares (Souza, 2000, p. 656; 660).

¹⁷ Guerra dos mascates: requereu sangue de heróis, com insurreição nativista em Pernambuco, localizada ao nordeste do Brasil: por um lado a capital Recife, com o olhar para o futuro em oposição Olinda, presa a ostentação do passado (Souza, 2000, pp. 668-669).

¹⁸ Guerra dos Emboadas: a disputa pela posse, extração e comercialização das minerações gerou muitos conflitos, contrabandos, invasões, culminando com a guerra, por um lado mais permitiu com a descoberta do ouro que fossem estabelecidas as primeiras vilas e criada a Capitania de Minas Gerais (Souza, 2000, pp. 674-7030).

configurações a partir da abolição da escravatura. A origem das cidades se deu pelos efeitos da dominação. As formas de governo monárquica, imperial e republicana foram heranças da luta da burguesia contra os aristocratas, com a incorporação de ditames tradicionais.

Buarque de Holanda (1995) afirma que a democracia no Brasil foi sempre um mal-entendido, que os movimentos de reforma sempre partiram de cima para baixo, com lutas intelectuais e sentimentais.

Carvalho (2010) descreve o longo caminho da cidadania no Brasil que aconteceu diferentemente da Europa e dos Estados Unidos, em que os direitos sociais e civis foram implantados antes dos direitos políticos, dificultou o processo de construção da cidadania. Os direitos políticos garantem a participação do cidadão no governo através do voto, das representatividades dos partidos políticos. Os direitos sociais implicam entre outros, o gozo de “capitais simbólicos”: educação, trabalho, saúde, aposentadoria, salário justo. Os direitos sociais reduzem as desigualdades e promovem o bem-estar comum.

Da colonização portuguesa até a independência (1500-1822), os direitos políticos fundamentavam-se no absolutismo e os direitos civis só existiam na Lei. No período entre 1930-1964 houve acelerada mudança, com o marco divisor na história do Brasil, levando a grandes avanços dos direitos sociais entre 1930-1945, como a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Sader & Garcia (2010) reúnem em sua obra “Brasil entre o passado e o futuro”, uma coletânea de estudos de pesquisadores em que identificam marcos na evolução política da sociedade civil brasileira: do Estado Novo (1930), com Getúlio Vargas e garantias dos direitos sociais; no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) o desenvolvimento prioriza o nacionalismo, a concentração de trabalhadores oriundos do nordeste nas indústrias paulista e fortalecimento do movimento popular influenciados pelos sindicatos. O Governo e renúncia de Jânio Quadros (1961); o governo de João Goulart que retoma o projeto de Getúlio Vargas. O golpe militar de 1964, com total cerceamento da democracia foi um retrocesso para o Brasil. Daí a sucessão de governos militares, tendo como o último o general João Batista Figueiredo, que iniciou a redemocratização do Brasil. Com avanços e retrocesso os direitos civis, políticos e sociais até então, foram vitimados pela prevalência do continuísmo burguês, pela hegemonia política e econômica, representados por governos civis, entre eles Collor de Melo que sob

impeachment”¹⁹ não chegou ao final do seu governo. O governo de Fernando Henrique Cardoso adotou o modelo neoliberal, combateu a inflação e estabilizou a moeda.

Em 2003, um acontecimento marcante na história política do Brasil se dá com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, para Presidente da República. Militante do Partido dos Trabalhadores – PT - procurou beneficiar as áreas sociais, em um programa de redistribuição de renda que o tornou um dos presidentes mais populares do país. Em 2010, foi eleita a presidente Dilma Rousseff que procurou dar continuidade ao governo petista e que nos dois primeiros anos de governo desfrutou de popularidade nacional e internacional.

No entanto, a partir de 2013 instalou-se uma crise econômica, em decorrência até mesmo da crise mundial e em diversas áreas dos direitos sociais, civis e político. Deflagrou-se uma situação-problema que teve sua face mais visível no caso brasileiro de 17 de junho de 2013, que será estudado analiticamente no capítulo quatro desta tese.

Jessé Souza (2009), sociólogo brasileiro, argumenta que a classe dos excluídos pode perceber os problemas brasileiros, a partir das relações internas entre os indivíduos na própria sociedade. O sociólogo afirma que a desigualdade social é o maior problema brasileiro, associado a outros adventos da modernidade como o preconceito regional, étnico, o trabalho informal e a segurança pública.

Souza (2009), como Castells (1999a) e Bourdieu (1997), analisa a mídia como conservadora e detentora de interesses econômicos. Teceu críticas aos sociólogos reconhecidos na literatura brasileira como Fernando Henrique Cardoso (ex-presidente do Brasil), Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda, que sustentam o mito da “brasilidade”.

O sociólogo Souza é rigoroso na sua avaliação sobre a ausência da autocrítica da sociedade, a fragmentação do debate científico e a abstinência das lutas coletivas, para as transformações políticas e sociais.

Souza (2010) identifica uma nova e moderna classe social, que denomina de “ralé”, situada entre as classes média e alta. Caracteriza a “ralé” como classe produtora de bens e serviços

¹⁹ Impeachment: o processo de impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello foi o primeiro no Brasil, como resultado da decepção do povo com as propostas do governo, confisco das cadernetas de poupança, que levou o povo as ruas em expressiva manifestação popular. Agência Brasil. Acedido em 3/07/2013, em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-09-29/ha-20-anos-fernando-collor-de-mello-foi-primeiro-presidente-do-brasil-sofrer-processo-de-impeachment>.

valorizados, incluída no sistema econômico: a “ralé” consome de forma crescente bens duráveis e serviços que privilegiavam a classe média e alta.

O autor refere-se à nova classe trabalhadora brasileira como emergente e dinamizadora do capitalismo no Brasil e no mundo, na última década. Um novo modo de produzir mercadorias e gerar trabalho, dando forma a um novo capitalismo que provoca mudanças sociais (Souza, 2010). O novo capitalismo, contemporâneo, imaterial, é legitimado no tempo, no processo de acumulação de capital simbólico que mobiliza ideias, prestígios e poder simbólico, com penetração social em determinado contexto, objetivado por atividades econômicas.

A obra de Magalhães et al. (2010), “Os anos Lula: Contribuições para um balanço crítico no período entre 2003-2010”, reúne uma coletânea de textos de escritores que retratam a herança que o governo Lula recebeu do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e dá visibilidade às ações governamentais do ex-presidente Lula. Magalhães et al. (2010) quando falam das estratégias e modelos de desenvolvimento do governo do ex-presidente Lula, consideram que há um consenso entre especialistas sociais, políticos e econômicos para o fato de que há uma política de desenvolvimento vinculada a uma estratégia econômica plausível.

O Brasil consolidou de forma surpreendente a democracia, nos últimos 17 anos: com o resgate dos princípios democráticos, iniciado pelo governo neoliberal de direita, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Com Luis Inácio de Lula e Silva (2003-2010), governo mais à esquerda, recebeu uma herança política e econômica neoliberal e a estabilidade monetária. A segunda gestão foi marcada pelo Plano de Aceleração do Crescimento - PAC - e na política social pelo “Bolsa Família”.

A continuidade no governo do mesmo partido com a presidente Dilma Rousseff, para o mandato 2011-2014, com a proposta de continuar preservando os princípios democráticos teve relevância nos dois primeiros anos do governo, oscilou em 2013, devido às expressivas manifestações populares, no entanto, apesar de todos os problemas enfrentados, ela conseguiu se reeleger em 2014.

Na perspectiva dos resultados positivos das ações governamentais subsistem os desafios quanto às reformas, ao desenvolvimento científico e tecnológico, difusão da educação e do ensino, revisão interdependente dos campos econômico, político e social, no Brasil. Têm sido relevantes as ações constitucionais para a construção de uma sociedade democrática, voltada

para desenvolvimento humano sustentável, para a redução das desigualdades sociais e com a erradicação da pobreza, na preservação do bem comum.

No Brasil o movimento de globalização da economia, a expansão do conhecimento e os avanços da tecnologia midiática, não significam que o acesso ao computador e à internet seja uma realidade em todo o país. Em 2005, o governo implantou um programa governamental de inclusão digital, cujo objetivo foi permitir acesso às tecnologias de informação e comunicação, como estratégias para ampliar os conhecimentos e a integração social dos brasileiros.

A instituição de uma consultoria profissional de “marketing” político no Brasil tem ressaltado a imagem, o discurso de candidatos e minimizado seus aspectos negativos. Os brasileiros acompanharam nos anos 90, a candidatura de Fernando Collor de Mello, com a imagem e discurso persuasivo na televisão. Fernando Henrique Cardoso se expôs menos na televisão, mas apoiado pela Rede Globo e como Ministro da Fazenda que foi, antes de candidatar-se, conseguiu conter a inflação, alcançou a credibilidade do povo e foi eleito (Caetano, Simões & Gravelho, 2012).

O “marketing” político da presidente Dilma Rousseff ficou por conta da imagem, da valorização da mulher e dos programas sociais de que foi mentora, na gestão do ex-presidente Lula. Estas foram as repercussões nas mídias sociais, na propaganda política, que os brasileiros tiveram oportunidade de acompanhar. Passou a ideia de uma mulher forte, que combateu os militares, foi presa e torturada e que, por isso, desfrutava de credibilidade, para mesmo sem ter experiência nas urnas, disputar uma eleição presidencial. Abalizada pelo presidente Lula, vendeu a ideia que ela detinha qualidades gerenciais ímpares, pois como Ministra das Minas e Energia e posteriormente como Ministra da Casa Civil, soube gerenciar projetos e cobrar resultados. Sua imagem na televisão era reforçada por seu vestuário sóbrio, de mulher executiva, usando poucos adereços para manter a marca feminina, mas mostrando uma postura resoluta, de mulher com capacidade de decisão. Também estava presente nas redes sociais e no twitter e dialogava diretamente com seus possíveis eleitores.

Ao usar as tecnologias midiáticas para a construção de uma imagem do candidato eleitoral para persuadir os eleitores, o Brasil assemelha-se aos países europeus e aos EUA. As campanhas televisivas e radiofônicas são consentidas pelo governo em horários obrigatórios diários, três vezes ao dia, em todos os dias da semana. As mídias da televisão promovem

debates entre os candidatos, e as redes de rádio fazem entrevistas, as mídias impressas divulgam os cronogramas e acompanham as atividades de campanha dos candidatos.

A visão geral do cenário político no mundo e no Brasil, como também as implicações das tecnologias midiáticas como poder simbólico constituem pano de fundo para descortinar os aspectos sociopolíticos na construção do pensamento político no Brasil.

É interessante fazer uma rápida abordagem sobre a governança mundial, pela implicação que as tecnologias midiáticas exercem sobre a política internacional. A tendência do século XXI, da chamada governança mundial está representada “Grupo dos Vinte” (G20)²⁰, em nome de palavras de ordem como crise, mudança, transição, informação, comunicação, desenvolvimento sustentável, paz, segurança, pactos, acordos, principalmente, discute a sociedade civil global em plena dinâmica da crise na pós-modernidade, gerados pela mixagem de situações-problemas em nível nacional, que refletem internacionalmente e situações-problemas internacionais que têm implicações no interior dos Estados: as implicações financeiras, econômicas, sociais, políticas, comunicacionais, culturais e informacionais.

Um exemplo de situação-problema ocorreu nos Estados Unidos e implicou outras nações foi o caso do ex-funcionário técnico da Agência de Inteligência Central dos Estados Unidos – CIA -, Edward Snowden. Ele denunciou ao mundo em “junho de 2013”, a espionagem americana, em que Barack Obama, presidente dos Estados Unidos invadiu os dados eletrônicos de diversos países, O ex-funcionário pediu exílio a alguns países, inclusive da America Latina, o que levou presidentes do continente latino-americano ao diálogo para acordarem decisões, não só em torno da questão da denuncia de invasão à privacidade das nações, como também em relação ao aceite ou não do pedido de exílio. A questão foi amplamente divulgada e debatida nas mídias sociais, o que levou a discussões sobre o poder midiático da informação e à relevância da segurança da comunicação midiaticizada.

²⁰ G20: o Grupo dos Vinte (G20) é o principal fórum para a cooperação internacional sobre as questões mais importantes da agenda econômica e financeira global. Os objetivos do G20 referem-se a: 1. Coordenação de políticas entre os seus membros, a fim de alcançar a estabilidade econômica global, o crescimento sustentável; 2. Promover a regulamentação financeira que reduzam os riscos e prevenir futuras crises financeiras; 3. Modernização arquitetura financeira internacional. O G20 reúne os ministros das finanças e governadores dos bancos centrais de 19 países: Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, República da Coreia, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos da América, mais a União Europeia, que é representada pelo Presidente do Conselho Europeu e pelo chefe do Banco Central Europeu. O G20 foi formalmente criada em setembro de 1999, quando os ministros das finanças e governadores dos sete principais países industrializados (Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos) de bancos centrais se reuniram em Washington, no rescaldo da crise financeira crise de 1997-1998 ... Acedido em 16/ 09/ 2012 em http://www.g20.org/docs/about/about_G20.html.

O caso citado implica em decisões políticas, sociais e civis de ordem internacional, em que mais uma vez, observa-se a hegemonia americana, com o diferencial da sociedade moderna; a globalização da informação para beneficiar o dominador. Mesmo que haja lacuna entre teoria e prática nas decisões políticas, a participação e opinião da população devem ocupar espaço nos rumos políticos nacionais e internacionais. A abertura, o conhecimento e transparências das ações políticas e governamentais são essenciais para que os direitos dos cidadãos sejam atendidos, nas sociedades midiaticizadas e caracterizadas como estado democrático de direito.

É importante observar o enfrentamento, a luta constante dos países, como opositores de uma política cerceadora da liberdade de expressão e que se contrapõe aos princípios democráticos. A preservação dos direitos nacionais quanto ao acesso à informação levou o Brasil à discussão sobre a necessidade de um “marco civil da internet”, o que levou a presidente Dilma Housseff a sancioná-lo em 23/04/2014.

No âmbito da política mundial, no entanto, há evidências nos fatos, que a crise está longe de ser superada: a falsa crença que os EUA não exercem a supremacia mundial e deixaram de invocar o exercício do unilateralismo, exemplifica um fato. Entre progressos e retrocessos, o histórico das crises no mundo trouxe resultados negativos: na política, com o desgaste gerado pelos conflitos, degeneração de valores, que tornaram o costume, as identidades culturais suscetíveis à inserção dos avanços políticos, como benefício individual, lucro material em detrimento dos interesses comunitário da humanidade (Moreira, 2010a).

Os efeitos da globalização, objetivados pelos avanços tecnológicos e científicos, impressos na sociedade civil, no exercício do poder simbólico da política, sob os riscos e ameaças globais, não suplantam a ação unitária de superpotências.

A questão da governança mundial pressupõe uma discussão conjunta, mas não hegemônica de assuntos pertinentes a uma política de segurança, política econômica, de combate à criminalidade, a doenças, a discriminação, educação, acesso à informação, respeito aos direitos humanos, preservação ambiental e outros que garantam o bem-estar da Humanidade.

CAPÍTULO II

**COMUNICAÇÃO POLÍTICA NA PÓS-MODERNIDADE E A EDUCAÇÃO
POLÍTICA DO SUJEITO.**

Este capítulo traz uma discussão sobre a forma tradicional de comunicação política, que pode dar lugar a uma nova comunicação política, a partir da crescente incorporação das redes sociais interativas. A proposta de uma comunicação política cidadã reúne características de uma educação política do sujeito, no formato de uma autoeducação, construída na pós-modernidade. A potencialização de mídias interativas na comunicação política, sujeitas as inferências legais já está legitimado como um novo espaço público.

2.1 Comunicação política na sociedade pós-moderna.

Falar em pós-modernidade implica primeiro em definir o que se entende por modernidade, uma vez que como o prefixo indica está-se falando de algo que se situa depois da modernidade, pressupondo-se igualmente que essa tenha chegado ao fim.

A modernidade, segundo Giddens (1991, p. 11), “refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”. Esse modo de vida transformou as relações sociais e mudou a percepção dos sujeitos sobre si mesmos, produziu um mundo sobre o qual não se tem controle, graças aos avanços tecnológicos e a mundialização e circularidade do conhecimento. Se o sujeito moderno se sente perdido, desorientado nesse mundo descontrolado, não há muito que fazer. Ele não tem como se esquivar das consequências e, portanto, produz-se nele um constante sentimento de mal-estar.

Nesse sentido, pode-se compreender a pós-modernidade como a continuidade da modernidade, uma vez que ambas operam a partir de dados empíricos semelhantes, afinal na atualidade ainda não se superou a contradição entre capital e trabalho, tão identificado com o sistema capitalista, que ora se apresenta muito mais fragmentado, mas igual em sua essência.

No que se refere ao sujeito pós-moderno, Hall (1992), o caracteriza como não tendo uma identidade fixa, que se transforma continuamente, interpelada pelos sistemas culturais que o cerca, assumindo identidades cambiáveis de acordo com as situações e as circunstâncias. Assim, não há uma coesão entre as identidades, que podem se manifestar sob formas contraditórias.

Todos os sistemas de representação se assentam nas dimensões de espaço e tempo. Assim tem sido desde remotas eras, em diferentes culturas. Com o advento da globalização e das inovações tecnológicas, o ordenamento racional dessas coordenadas subverteu essa ordem. O “aqui” e “agora” se relativizaram. O espaço geográfico e o tempo cronológico perderam sua fixidez. Em consequência, as identidades nacionais parecem ter sido enfraquecidas, pois outros modelos culturais são trazidos para o dia-a-dia do sujeito, para dentro de sua casa, propagando valores diferentes ou dando sentidos diversos a valores comuns.

No entanto, se por um lado houve afrouxamento dessa identidade nacional, por outro, estimulou e fortaleceu as identidades locais e regionais, em especial, o conceito de cidadania e a consciência de ser portador de direitos legais.

O fenômeno da globalização permitiu o descortinamento de estilos de vida, lugares, imagens e comportamentos que inspiraram o desejo de tornar-se igual ou até mesmo de não deixar acontecer consigo o que era visto nesse mundo midiaticizado. Dessa forma, o global favoreceu o local. E esse deslocamento da identidade para um nível comunitário tornou possível a agregação dos sujeitos, que até então, em nível nacional, existia como abstração e fez dele um portador de reivindicações e desejoso de mudanças.

O Movimento de junho de 2013, no Brasil, mediado pelas redes sociais, tornou possível esse encontro entre o local e o global. Se na Primavera Árabe, por exemplo, a população reunida na praça, impunha uma nova ordem política, a sua comunidade poderia fazer o mesmo e certamente contagiaria toda uma nação. E assim, esse sujeito da pós-modernidade ou de uma modernidade reconfigurada encontrou uma maneira de fazer valer seu vínculo de pertencimento.

A configuração ou reconfiguração dessa identidade na sociedade pós-moderna não pode ser entendida sem se considerar a interação humana, uma vez que não se existe individualmente, só se compreende na relação com o outro e a comunicação e a informação dão nova substância a essa função na sociedade globalizada, quer seja no âmbito privado ou no espaço público.

2.2 Comunicação política na sociedade pós-moderna.

Os avanços tecnológicos relacionados à comunicação e à informação têm papel relevante na sociedade mundial e em cada Estado. O jornal, a telefonia, a câmera, o rádio, a televisão, o computador e a internet com seus artefatos vêm revolucionando o mundo de forma acelerada. Em tempo real, a comunicação e a informação chegam independentemente das fronteiras geográficas, de norte a sul, de leste a oeste, com abrangência mundial.

“Hoje, o conjunto dos media penetra capilarmente em todas as esferas da sociedade, está em todos os lugares, do mais recôndito lugarejo até às maiores metrópoles. Nada lhe escapa. Como um permanente estado de assédio informativo, numa sociedade da abundância informativa.” (Santos, 2012, p. 189).

Berlo (2003) traz abordagens teóricas e práticas sobre a complexidade da comunicação. Afirma que a palavra comunicação tornou-se popular e que hoje é usada na relação entre empregador e trabalhador, nações, pessoas, no meio universitário, em contextos profissionais, no entretenimento e em outros contextos, o que exigiu o aprimoramento e diversificação de suas competências. O autor delimita quatro aspectos que devem permear o objetivo da comunicação: ser coerente com os seus fins; concentrar-se no comportamento humano; ser específica; ter coerência com os meios comunicacionais de quem os utiliza.

A difusão da comunicação na história da humanidade, no percurso dos tempos, teve marcos significativos. Briggs & Burke (2006) na obra “Uma História Social da Mídia de Gutenberg à internet”, aborda a comunicação no contexto da Europa e sobre sua expansão, focalizando aspectos como: a comunicação oral usada nos primórdios dos tempos, como nas falas, discursos públicos; a comunicação física como fluxo do comércio; a comunicação entre os grandes impérios; a comunicação transatlântica, em que os navios levavam também, cartas, livros e jornais; a comunicação escrita; a comunicação visual, que incidia mais na linguagem gestual; a comunicação multimídia que associava olhos e ouvidos para as mensagens verbais, não verbais e musicais.

Há fatos que tiveram ampla repercussão, que romperam as barreiras de tempo e espaço, com a veiculação da informação em diferentes mídias. Novos avanços tecnológicos midiáticos foram agregados à comunicação tanto no rádio, na televisão como na mais recente e inovadora – a internet. Esses avanços interconectados mudaram o cenário da comunicação social, estreitaram mais os espaços interacionais e o intercâmbio político, social, cultural, econômico

e a socialização de conhecimentos nas diferentes áreas, no século XX, que foi marcado pela convergência das comunicações midiáticas e das telecomunicações, destacando-se os satélites e computadores que trouxeram novas perspectivas para a comunicação em suas múltiplas aplicações, em escala mundial.

Os estudos sobre comunicação foram influenciados por problemáticas, com ênfase na audiência, na propaganda doutrinária, ideológica e no domínio da opinião pública. Entre os séculos XV e XXI aos meios de comunicação tradicionais foram sendo agregadas as mídias inovadoras: (Figura 5):

Figura 5: Aspectos evolutivos dos meios de comunicação.

Períodos	Aspectos evolutivos sobre comunicação
A partir do século XV	Redes de serviços postais. Desenvolvimento da imprensa. Lutas simbólicas em novos espaços: nas relações sociais, comerciais, de trabalho, na política. Gabriel Tarde (1992) - os jornais proporcionaram o surgimento de um tipo de público peculiar: com opiniões, produções simbólicas desterritorizadas.
A partir do século XVII	Formação de um novo espaço público: importância dos jornais; debate livre e público entre a burguesia sobre negócios, religião e Estado na busca de um consenso.
No século XIX	O movimento de produção da tecnologia da comunicação e informação foi bem intenso. Beniger (1986) considerou a crise de controle com desterritorização como resultado do surgimento de “novas condições de produção, circulação e consumo em massa”. Desenvolvimento acelerado em certo período em grande escala de tecnologias de comunicação e informação.
No século XX	As mídias de comunicação exaustivamente usadas a partir do início do século.
No século XXI	A virtualização das tecnologias midiáticas sociais usadas em tempo real.

Fonte: Dados sintetizados a partir dos estudos de Girardi Jr. (2007).

Bourdieu (2010) considera a comunicação como “campo social”, comparando-a a um jogo, que em seu interior envolve aspectos como a mobilização de capital, experiências, encantamento, estratégias, táticas, posições, tomadas de decisões, integração, negociação, inclusão, exclusão e outras formas de poder e “violência simbólica”.

Assim, à comunicação foram sendo dados outros sentidos e significados e agregados alguns conceitos, como cultura de massa, indústria cultural, consciência coletiva, mídia eletrônica, mídia global, intelectual orgânico, globalização dos meios de comunicação e outros. MacLuhan (2007) entendia os meios de comunicação de massa como extensão do homem, com potencial de afetar sua vida física e mental. Transpondo o mundo linear, mecânico para um mundo “audiotátil” e “tribalizado” da era eletrônica. Nesse sentido, com as inovadoras mídias de comunicação e perspectivas de aperfeiçoamento do século XXI, Carrera (2012) propõe a complementaridade das mídias e a interação entre os sujeitos comunicadores.

O avanço das mídias de comunicação vem favorecendo o crescimento de acesso à informação e trazendo mudanças nas fronteiras sociais, nas decisões políticas, econômicas e nos rumos da sociedade. Castells (1999a) em “A Sociedade em Rede”, discute a sociedade, a economia e cultura na “era da informação” identifica o cenário do ciberespaço²¹ globalizado, como uma “sociedade informacional

Para (Castells, 1999b, p. 427) “a sociedade em rede, como qualquer outra estrutura social, não deixa de ter contradições, conflitos sociais e desafios de formas alternativas de organização social”.

A “sociedade interativa” ou “sociedade em rede”, assim caracterizada por Castells (1999a), mostra a realidade social que pode delimitar fenômenos sociais, relacionados à área da ciência política, no sentido da aplicação social das mídias de comunicação e a veiculação da informação, para situar os impactos sociais, culturais, econômicos e avaliar o significado político, que permeia a análise do tipo e grau de organização, assim como as demandas, articulações, trajetórias históricas e experiências vivenciadas pelos cidadãos, na construção política da sociedade. A mídia permite:

“mediação orgânica da *relação cognitiva* do cidadão com o real e da *sociedade civil* com a *sociedade política*, enquadrada

²¹ Ciberespaço: Pierre Lévy (2003, p. 92) define ciberespaço como “espaço de comunicação aberta pela interconexão mundial de computadores e das memórias dos computadores”.

por um ‘esquema normativo de referência’, no interior do qual os media devem operar categoricamente e onde se funda, juntamente com a sua dimensão estrutural-funcional, e sua legitimidade.” (Santos, 2012, p 37).

Há semelhança entre os argumentos de Santos (2012) e de Castells (1999a) no sentido do desencadeamento da estreita relação entre sociedade civil e sociedade política, como também entre o cidadão e a sua realidade. Relação essa mediada por sistema de comunicação e de informação, como a rede da internet, que permite a comunicação aperfeiçoada pela inserção de multimídia.

“O paradigma da tecnologia da informação não evolui para seu fechamento como um sistema, mas rumo à abertura como uma rede de acessos múltiplos. ... As novas tecnologias da informação estão integrando o mundo em redes globais de instrumentalidade. A comunicação mediada por computadores gera uma gama enorme de comunidades virtuais”. (Castells, 1999a, p. 113).

No contexto da pós-modernidade é relevante compreender a dinâmica da comunicação política, que perpassa pelas mídias sociais e perceber como elas desafiam a estrutura, organização da comunicação política hegemônica de até então.

Para Santos (2012, p. 9), “os media detêm, hoje, um efectivo poder de mediação imperativa da relação do cidadão com o poder e com o próprio real. Imperativa, no sentido etimológico originário do comando, ordem, poder”. Nos processos comunicacionais houve um deslocamento da mediação tradicional para a mediação midiática.

“Hoje, os media, dispondo dos saberes e meios técnico-científicos e tecnológicos quer de levantamento do estado da opinião pública e dos diversos mercados (sondagens e pesquisas de mercado) quer de intervenção simbólica sobre estes (comunicação e marketing), desempenham um papel de tal modo poderoso que até já deram lugar a novos conceitos de democracia que traduzem esta nova situação: democracia do público, democracia de opinião, democracia pós-representativa”. (Santos, 2012, p. 46).

O processo comunicacional da política, no entender de Santos (2012, p. 38), caracteriza-se por uma fase pós-orgânica que surge com uma modificação significativa “na natureza do espaço público, que se desloca da geografia urbana para os cenários comunicacionais, designadamente para os cenários dos meios de comunicação audiovisuais e eletrônicos e para a Rede.”

A democracia permite a circulação horizontal e vertical da informação, o que confere aos meios de comunicação relevância para o sistema. A democratização dos meios de comunicação universaliza a informação e a torna pública, global. Daí surge o que Santos (2012) identifica como “democracia do público”, que:

“é uma nova democracia em que os grandes protagonistas são os media, não só porque eles conheceram uma poderosa evolução tecnológica e uma expansão universal que não tem precedentes na história, mas também porque os processos se globalizaram e as sociedades conheceram uma forte diferenciação interna.” (Santos 2012, p. 81).

Habermas (2003) traz à discussão os significados de “público” e “esfera pública” dando-lhes múltiplos sentidos, ao serem tratados numa visão histórica e sociológica. O autor destaca que o marco da modernidade foi à separação entre as esferas pública e privada, com a autonomia da sociedade burguesa.

Com o poder do Estado, a burguesia da esfera privada busca a sua autonomia nas cidades e no comércio, contrapondo-se à esfera pública, o que a fez perder espaço na esfera pública, mas se fortaleceu como classe.

Com as significativas mudanças, as ações coletivas dos cidadãos são deslocadas para as ações públicas da sociedade civil. A cultura legitimada exerce bastante influência na configuração das instituições da esfera pública.

Habermas (2003) faz uma crítica aos filósofos franceses que se preocupavam com a religião, a literatura e a arte em detrimento da política. Contudo, os intelectuais com prestígio social, com a ocupação de cargos no governo, foram mentores de uma imprensa política que se tornou referência na Europa.

Os conceitos de ideia e ideologia na esfera pública burguesa são abordados por Habermas (2003) que os articula com o conceito de opinião pública. Observa que na multiplicidade opiniões, a produção conceitual de uma obra requer consideração, respeito e validação da opinião do outro. Considera o outro como autor da opinião, contrapondo-se à opinião pública advinda da discussão pública.

Habermas (2003) ressalta que há uma depuração nas concepções de opinião até o significado de opinião pública, termo que dá sentido ao discurso político de um público pensante, reflexivo, crítico.

A abordagem de Habermas (2003) sobre esfera pública expressa uma diversidade de ideias subjetivas, que ratificam o sistema de mercado das desigualdades, dominado pela burguesia.

Em síntese, a mudança na sociedade civil é resultado da mudança política. De acordo com Habermas (2003) a mudança na estrutura social da esfera pública se dá nas tensões entre Estado e sociedade. A nova forma de exercer a política na esfera pública e na sociedade civil implica nas forças sociais, imbuídas de autoridade pública. O poder público dá lugar ao poder social, num processo síncrono, dialético e socializado entre o Estado e a sociedade civil.

Esteves (2003), ao discutir o espaço e democracia, concebe que espaço público nas sociedades modernas não representa uma instituição social, mas pode institucionalizar no processo de seu desenvolvimento. Público no contexto da modernidade imprime duas novas formas de sociabilidade: o deslocamento físico dos públicos, que permite a formação de redes interdependentes à distância, sem conhecimento prévio e seu atributo simbólico, mobilizado por interesse, curiosidade que convergem juízos entre membros do público. No processo de comunicação, o público e a opinião pública estão elencados ao processo democrático. A democracia funciona como organizadora e reguladora do sistema. “A democracia moderna é um regime laico, supõe uma clara diferenciação interna dos vários subsistemas que integram o sistema social e a livre autodeterminação dos indivíduos no interior do sistema.” (Santos, 2012, p. 88).

O conceito de opinião pública para Habermas (2003) pode ter dois significados: a publicidade exercida pelo poder político e social e a recepção relacionada à publicidade. Segundo esse autor, na opinião pública, a publicidade envolver criticidade, manipulação, subjetividade, por estar relacionada a circunstâncias fatuais e eventos. Aponta os movimentos sociais como estratégias para impulsionar fluxos comunicativos na esfera pública.

Habermas (2003) afirma que a mudança estrutural da esfera pública pode inferir na construção conceitual da opinião pública, de forma que atenda a uma comunicação política relevante em dois aspectos: um externo ao público, com opiniões informais, pessoais; outro, institucional, com opiniões formais consentidas. Uma opinião pública só se estabelece pela intermediação da “publicidade crítica” dos dois setores da comunicação: o formal e o informal. Para que a formação de uma verdadeira opinião pública aconteça, há um caminho: a garantia do poder público pelo direito do cidadão à liberdade de expressão. A opinião pública

legítima, pois, o poder político, a partir de um processo de comunicação crítica (Habermas, 2003).

A comunicação pública tem sido exercida por diversas formas de interação interpessoais pelos meios midiáticos. A dicotomia entre a esfera pública e a esfera privada, a inserção do terceiro setor no percurso histórico, social e político da sociedade, têm dado nova configuração à esfera pública e à própria comunicação na pós-modernidade, redesenhando o estado democrático de direito.

Percebe-se que uma nova democracia representativa está sendo construída pela organização estratégica e reivindicatória dos cidadãos como forma de poder expressos nas eleições, nas políticas públicas, nos representantes governamentais e políticos. A força política que tem visibilidade em diferentes formas de manifestações vem crescendo e ganhando espaço e voz através principalmente das mídias interativas, como novo espaço público.

Brandão (In Duarte et al., 2009) vê a comunicação pública como recurso legítimo da vida política, como resultado do poder do cidadão em se organizar e se constituir na sociedade civil. A comunicação política é tida como:

“o processo de comunicação que se instaura na esfera pública entre Estado, governo e sociedade e que se propõe a ser um espaço privilegiado de negociação entre os interesses das diversas instâncias de poder constitutivas da vida pública no país.” (Brandão In Duarte et al, 2009, p. 31).

A comunicação pública é constituída de diferentes agentes como cidadão, jornalista, funcionários do governo, representantes do Estado, entre outros agentes, cada um exercendo seu papel específico na sociedade civil e com diferentes possibilidades de atuação. Matos (In Duarte et al., 2009, p. 56-57) afirma que “comunicação pública é política de inclusão informacional”: ... “diminui o descompasso cognitivo”; “produz-se e aloca-se conhecimento”; “é política pública para a democratização do saber”. Para a autora, a comunicação pública viabiliza a circulação de informação na rede social de interações informativas, na medida em que gera o debate e a tomada de decisões participativas, e que, em função disso, promove valores que aumentam a coesão social, aproxima a prática da comunicação pública do conceito de capital social (Matos In Duarte et. al., 2009).

Os meios de comunicação convencionais como, o rádio, televisão, jornais impressos desde suas invenções estiveram subjugados às trocas simbólicas entre o Estado e a esfera privada.

Daí, todo o controle de regulamentação e legislação se processou numa relação bilateral entre as esferas públicas e privadas: o discurso, a organicidade, o tempo, o espaço, os consumidores ouvintes, telespectadores e leitores, os conteúdos temáticos seletivos. Mesmo com tentativas de maior proximidade entre os personagens da comunicação e o público consumidor, no decorrer dos tempos a comunicação se estabeleceu unilateral, uma vez que o público quando tinha oportunidade de participar, o fazia por trocas simbólicas, controle de palavras, da imagem, por exemplo.

Os fundamentos que Castells (1999b) defende em relação à crise da democracia na “sociedade em rede” se referem a “política informacional”, começando pelo desafio da definição de cidadania na esfera política na pós-modernidade, por conta de vários aspectos: a desterritorização do Estado, a ausência do poder centralizado, como controle social a expansão das diferentes formas de comuna, em detrimento da representatividade, como forma de expressão política democrática; a limitada ação do Estado em relação ao controle do capital, como garantia da lei e ordem em favor do cidadão; a perda do controle político e administrativo sobre os problemas globais, em função do poder local: o isolamento do interesse individual por conta da minimização do contrato social interdependentes: capital, trabalho e Estado.

Castells (1999b) acredita que a incapacidade do Estado no cumprimento de suas finalidades, frente ao domínio, procedimentos e objeto da cidadania, como Estado de bem-estar social, em restabelecer a sua legitimidade. A legitimidade política no Estado de bem-estar social depende, entre outras manifestações, da historicidade de cada sociedade. Todo esse contexto remete a um novo conceito de cidadão, uma vez que a cidade torna-se universal e virtual. O cidadão é um sujeito político que pertence ao novo espaço eletrônico, que se tornou público na rede social eletrônica, legitimada pelo Estado.

Frente à corrosão da soberania nacional, as complexidades dos problemas, as características singulares do povo, o pluralismo cultural, social, as tensões econômicas, financeiras, comerciais, o Estado tem como função legitimar o espaço público nas sociedades pós-modernas, a partir da definição de critérios de organização e funcionamento das sociedades.

Em suma, a comunicação pública envolve rede social, interação, debate, tomada de decisões participativas e capital social. Abrange um conjunto de ações coletivas, de questões de

interesse comum e de valores sociais compartilhados, num ambiente de confiança e cooperação entre os envolvidos.

Lima (In Duarte et al., 2009) afirma que a comunicação e a política são mutáveis e estão sujeitas à história da sociedade brasileira. O autor traz à discussão a transitoriedade da política e da comunicação na sociedade contemporânea, bem como a implicação da política com outros territórios.

Às tecnológicas foram se agregando à economia, política, ciência e ao convívio social, de tal forma, que uma informação mediática gera importância em situação mundial, mobilizando e sensibilizando a coletividade humana.

Na pós-modernidade, a nova forma de sociedade informacional preconizada por Castells (1999a), se constitui a partir dos avanços das mídias interativas e deve ser compreendida sob as novas perspectivas em que se estrutura e como se organiza. É mister entender os significados e sentidos que a informação como comunicação política pode ter para a construção da cidadania. Com as mídias sociais e redes sociais, as interações entre os indivíduos geram um comportamento e pensamento coletivo. A educação política do sujeito poderá promover iniciativas para intervir, fiscalizar, propor e provocar mudanças em diversas áreas da vida humana e em particular na área da comunicação política.

O público, que estava geograficamente próximo, hoje se aproxima à distância, mesmo estando fisicamente longe. Isso é possível como resultado dos avanços dos meios de comunicação midiáticos interativos, principalmente com o advento da internet. Há estreita relação entre comunicação e política como processo democrático, em que a diversidade de informações e pluralidade de opiniões devem sempre nortear tal processo.

A partir do final século XX os avanços da tecnologia, das telecomunicações, da informática, viabilizaram novas formas de convivência e aproximação das relações sociais entre os homens. Entre as novas formas, as de escrita, de leitura, de comunicação instigaram o desenvolvimento de inteligências individuais e coletivas e a novas formas de acesso à informação.

Com os avanços das tecnologias midiáticas e dos sistemas da informática, a política informacional em todo mundo vem sendo reconfigurada. Castells (1999b) argumenta que a reconstrução da democracia, com base nas práticas das sociedades, em meados da década de

90, tem tendências relevantes para o futuro da política informacional, como a recriação do Estado local a partir da ação conjunta, descentralizada nas comunidades e compartilhada pelos cidadãos, junto aos governos regionais e locais.

A internet tem favorecido ao “marketing” político por associar principalmente a imagem, a postura do movimento e som por meio dos vídeos e ao discurso falado e escrito, que no conjunto dos instrumentos de comunicação midiática difundem o poder explícito ou implícito para influenciar a massa populacional.

A mídia tem caráter ambivalente, ora funciona como instrumento de manipulação, ora como formas de resistência. Está sob tensão quando inserida no espaço público ou na opinião pública. Dotada da estrutura de poder, ameaça o espaço público com sua complexidade técnica, política e econômica. No entanto, a mídia, na sociedade democrática e deliberativa, tem função comunicacional de formação de identidades sociais, pautadas na ética e na moral cujo poder da mediação simbólica da informação possa permear a visibilidade, a credibilidade e se distancie da reprodução mercadológica da sociedade (Esteves, 2003).

Esteves (2003) analisa o significado político da internet em pelo menos duas dimensões: (a) capacidade comunicacional, com sua potencialidade para o armazenamento de dados, com a disponibilidade de alcançar todos os cidadãos, a virtualidade, velocidade, facilidade e economia com que se processa a informação, o que permite na democracia deliberativa a socialização da informação obter perspectivas para atender a igualdade social; (b) capacidade interativa das tecnologias da internet para a democratização da informação, as interações coletivas e individuais, nos espaços sociais, a universalização da linguagem eletrônica, entre outros compartilhamentos.

O poder da mídia e da comunicação cerceia as perspectivas de regulamentação e controle nacionais. As mídias têm aperfeiçoado o poder do Estado no controle das informações, entretenimento, opiniões e imagem, impondo ao Estado três grandes desafios que se inter-relacionam: (a) globalização em detrimento da exclusividade de propriedade; (b) flexibilidade e capacidade de penetração da tecnologia; (c) autonomia e diversidade da mídia (Castells, 1999b). As bases de defesa da regulamentação representadas pelo controle de satélites e o computador conectado à linha telefônica foram abaladas, a partir dos anos 90, por tecnologia que diversificou os meios de comunicação, com a integração de meios multimidiáticos dando origem à mídia interativa (Castells, 1999b).

Dentre os eventos que marcaram o impasse entre o poder do Estado e o poder dos avanços da mídia, estão: a expansão das telecomunicações e dos sistemas transmissão a cabo, que maximizaram o poder de transmissão e difusão de informações; as empresas da esfera privada, com “megafusões” que movimentaram o capital em escala mundial para adentrarem no setor de comunicação usufruir de benefícios econômicos, culturais e políticos. Tais eventos trouxeram como resultado diversas formas de pressão sobre os governos nacionais, na década de 80, como aponta Castells (1999b).

A política simbólica ou poder simbólico deu à esfera privada ampla ação à opinião da elite como novo sistema de comunicações. Com exceção da China, Singapura e o mundo islâmico fundamentalista, os países abarcaram a estrutura institucional e comercial da mídia, entre meados dos anos 80 e meados dos anos 90. Houve a privatização das estações de rádio e televisão e aproximação entre as redes oficiais e rede privadas pelo elo da programação vinculada aos índices de audiência e às pressões publicitárias. Assim também aconteceu com os jornais consorciados com os grupos financeiros, com a globalização da mídia, com o apoio do capital, talentos e tecnologias empresariais, que exerceram dominação simbólica sobre o Estado (Castells, 1999b).

Loureiro (2005, p. 53) registra que “nos anos setenta, são avançados novos modelos para compreender a relação entre os meios de comunicação social e a audiência”. A audiência das mídias sociais não está sendo substituída na contemporaneidade, mas agregada aos acessos participativos dos cidadãos nas redes sociais interativas. O pensamento social pela audiência era verificado pela estatística, hoje as RSI, além de verificar o quantitativo de acesso, tornar possível avaliar e verificar a adesão pela qualidade de seus conteúdos (Loureiro, 2005).

A audiência no percurso dos tempos se associa à “indústria cultural”. Na atualidade a circulação e recepção da informação, mediadas por tecnologias de comunicação, como as mídias sociais e as redes sociais interativas, vêm abrindo novos horizontes e novas formas de interação social midiática.

Damásio (2011) aborda os conceitos de audiência, como posicionamento do sujeito frente a um “medio”; de atividade, ora como audiência, ora desprendida da interatividade com o

“medio”. E ainda, com a relação da atividade com a comunicação, como podem ser vistas as comunidades virtuais geradoras de interação “online”²² e suporte à tomada de decisão.

A expansão das mídias sociais com a difusão das RSI como bens simbólicos autônomos envolve uma variedade de profissionais em diferentes gêneros midiáticos que são responsáveis pelos seus planejamentos e gestão. A funcionalidade e desenvolvimento, em alguns casos são abertos, mas requerem permissão de seus criadores e desenvolvedores de sistemas da informática. Nesse sentido, é interessante pensar em comunicação política midiaticizada não apenas como poder simbólico para instrumentalizar a produção política, mas como campo sociopolítico para a educação política do cidadão.

A internet ao dinamizar as mídias interativas, integrando-as com outras mídias, transformou-as em multimídias sociais interativas. O movimento cíclico unilateral, antes feito pela televisão deu lugar ao tempo real das mídias interativas multimidiáticas e multidimensionais. A maximização de acesso às redes sociais faz crescer a audiência televisiva e radiofônica, na pós-modernidade.

As mídias interativas têm sido meios decisivos para a divulgação de notícias sobre a política e, os políticos, que por sua vez, têm lançado mão de mídias e RSI para difundir suas ações, ideologia e propagandas de suas plataformas.

Pierre Lévy (1993) traz um estudo sobre “as tecnologias da inteligência” em que discute os mecanismos técnicos da inteligência para a produção do conhecimento num processo comunicacional, como objeto de interação com as pessoas num movimento de permanente transformação.

As abordagens de Lévy (1993) sobre realidades identificadas como tecnoeconômicas, tecnopolíticas, sociotécnicas, tecnocientífico, tecnocosmo, tecnodemocracia associam-se ao movimento acelerado das mudanças da tecnologia, que resultam numa visão de mundo transformadora, com o desenvolvimento de novas competências nas áreas de conhecimento. O autor discute a estruturação das experiências dos membros de uma determinada coletividade, a partir dos avanços tecnológicos da informática, mas preserva a valorização humana.

“Toda criação equivale utilizar de maneira original elementos preexistentes. Todo uso criativo, ao descobrir novas possibilidades, atinge o plano da criação. Esta dupla face da

²² Online: conexão via internet em tempo real.

operação técnica pode ser encontrada em todos os elos da cadeia informática, desde a construção dos circuitos impressos até o manejo de um simples processador de textos.” (Lévy, 1993, p. 58).

Lévy (1993) entende que o computador conectado à internet é um dispositivo técnico que permite perceber a realidade do mundo numa visão empírica e transcendental, uma vez que a experiência pode ser estruturada em um grande hipertexto, mediado por tecnologia informacional e comunicacional.

“O conjunto das mensagens e das representações que circulam em uma sociedade pode ser considerado como um grande hipertexto móvel, labiríntico, com cem formatos, mil vias de canais.” (Lévy, 1993, p. 185).

Concorda-se com Lévy (1993), na questão das mensagens serem compartilhados entre os pares, em processos sociotécnicos do hipertexto, que podem transformar a comunicação política e consequentemente a realidade sociopolítica.

Uma mídia social ou rede social como bem simbólico, produzido pelo artefato cultural, pode-se constituir pela capacidade de difusão, divulgação e o poder de circular a informação, com suas implicações de apropriações adequadas ou indevidas, pelas convergências e divergências das relações do público real e o ideal, pelo senso, contrassenso e consenso ideológico e ideário, pela singularidade e multiplicidade de ideias. Nas trocas simbólicas, o metafórico mercado do poder, o ajuste entre produtor e receptor nem sempre dependem de homologia entre as produções e o gosto pelo consumo.

Concebe-se que o poder midiático pode ser revelador de uma comunicação política que emana da vontade popular e da participação ativa do cidadão. Na pós-modernidade, às praças públicas para os debates, aos espaços geográficos patrimoniais foram agregados o ciberespaço, as redes sociais virtualizadas, as relações sociais que aproximam pensamentos e constroem ideias políticas.

Há críticos sociais que percebem o avanço das tecnologias midiáticas, como a internet, como uma ameaça à cultura de uma geração informatizada. Contudo, não há dúvidas que as tecnologias computacionais têm servido para a preservação do patrimônio escrito, imagético, sonoro e que já está incorporada à cultura, à história da Humanidade e tem estimulado a criatividade, a construção da memória coletiva e a preservação da memória social.

O mais relevante é a “transformação, as consequências diretas das novas tecnologias da informação no debate político e nas estratégias de busca de poder” (Castells, 1999b, p. 366), o que resulta o que o autor identifica como “política informacional”. O que não quer dizer que o poder tenha sentido sistêmico, tecnicista.

Na pós-modernidade, os avanços das mídias e redes sociais interativas têm permitido que a comunicação política, na busca do poder as utilizem em grande escala, nem sempre de forma muito adequada. Esteves, (2003) preconiza que poder tem um novo sentido comunicacional, associado à solidariedade, nas inter-relações, na interdependência social, no reconhecimento do outro, nas interações que o indivíduo estabelece com o outro na vida cotidiana, no entrelaçamento entre política e poder.

Em pleno movimento do século XXI testifica-se que os avanços das tecnologias da informática e da internet, interconectadas às tecnologias midiáticas vêm se acelerando, aperfeiçoando a comunicação eletrônica e estreitando as relações sociais inter e entre nações em escala mundial.

A relação mídia e poder é compreendida por Santos (2012) no sentido da centralização dos media no sistema social, como movimento provocativo de transformação da democracia representativa.

A política é inerente ao cidadão e implica poder. Para Loureiro (2005, p. 35)

“a comunicação é importante em dois níveis: na origem do poder, já que os processos que legitimam a autoridade necessitam de comunicação; e no exercício do poder porque apenas na medida em que são conhecidas, as decisões podem ser cumpridas.”

A “comunicação política envolve declarações verbais ou escritas e também todo o conjunto de sinais visuais que possuam significado quando procuramos entender a totalidade da mensagem política.” (Loureiro, 2005, p. 36). O autor esclarece que na comunicação política é possível estudar sua mensagem, ações de comunicação, processos políticos, mediação realizada pelos meios de comunicação social. A comunicação política requer diálogo entre os sujeitos implicados no processo de comunicação e da política. Exerce função mediadora entre as instituições, governo e cidadãos.

Loureiro (2005) identificou três elementos de comunicação política: (a) agentes e organizações políticas, representados pelos partidos políticos, organizações públicas, grupos de pressão, organizações terroristas e governos. Esses representantes objetivam influenciar na tomada de decisões; (b) meios de comunicação social que funcionam como mediação das mensagens entre cidadãos e os políticos; (c) cidadãos-eleitores, a quem são direcionadas as mensagens políticas, no sentido de persuadi-los.

A comunicação política potencializa a circulação da informação no sistema político, de forma que:

“para funcionar com eficácia, o poder precisa de informar e ser informado, pelo que é decisivo que os circuitos de informação entre o poder e os cidadãos e os cidadãos e o poder existam e não se encontrem bloqueados.” (Loureiro, 2005, p. 45).

Uma das funções da comunicação política é exercer influência para suscitar ideias, valores, alterar posições, comportamentos, de forma que estreite a relação entre o poder político e os cidadãos. O uso da mídia é fundamental nessa relação para tomada de consciência e motivar os cidadãos, para manter o consenso. “Por tudo isto, os media devem ser olhados como importantes actores políticos.” (Loureiro, 2005, p. 51).

A sociedade midiaticizada imprime poder na informação elencada à comunicação, permitindo a democratização da política, o que não significa que a política e as mídias se relacionem sempre harmoniosamente.

O domínio da mídia na esfera pública, na análise de Habermas (2003), faz da propaganda estratégias para as decisões eleitorais. A relação entre sociedade e Estado, não é uma participação política, mas uma posição apolítica. Na pós-modernidade, a postura eleitoral da população é cerceada pela esfera pública que assume funções legislativas e desenha o perfil dos eleitores. Há crescimento da demanda dos políticos e partidos políticos por inclusão digital com o uso de redes sociais, “de uma comunicação política hegemônica.

Para Rubim & Colling (2006), o que configurou uma situação de “Idade Mídia” no Brasil foi o fortalecimento e dominação ideológica de bens culturais e do mercado capitalista. Daí nasceu, na década de 70, um Sistema Nacional integrado de Comunicação em rede: a rede de televisão. As situações antagônicas no Brasil, entre desenvolvimento promovido pela

sociedade midiaticizada e a interdição da política no Brasil, entre 1964-1984, cercearam os avanços nas relações entre política, eleições.

Uma nova configuração midiática na política e no processo eleitoral se efetiva em 1989, com a eleição do presidente da República, embora haja registros precursores nas “Diretas Já”, em 1984 e nas eleições de 1985. O cenário socioeconômico precedente às eleições de 1989 incidiu sobre 67% da população que se tornou urbana e a duplicação em 93% da população economicamente ativa, agregado ao crescimento do Setor Secundário da economia em 263% e Terceiro Setor, em 167%, o que caracterizou o Brasil como país urbano, industrial e de serviços. (Rubim & Colling, 2006),

O ano de 1989 foi marcado pela eleição isolada do presidente do Brasil, após o fracasso do “Plano Cruzado”, em 1986, no governo Sarney, sob alegação de combate à inflação, bem como pela herança hegemônica de lideranças políticas da ditadura militar e finalmente, pela promulgação da “Constituição Cidadã” de 1988.

O “marketing” eleitoral de Fernando Collor de Mello, a promessa de “caça” aos “marajás”, denominação para aqueles que tiravam vantagens indevidas do Estado, associado ao descrédito dos políticos tradicionais e sob a perspectiva de mudanças política, em meio às alternativas extremas, levou a vitória de Collor. Hoje considerado, um equívoco midiático, exercido pelo poder de comunicação e monopólio da informação de Rede Globo de Televisão, que direcionou a campanha para uma política de direita, com Fernando Collor e de esquerda, com seu adversário Lula (Rubim & Colling, 2005).

Rubim & Colling (2005) afirmam que a expansão tecnológica da mídia televisiva no Brasil, na época da campanha de Collor, atingia 235 emissoras e 25 milhões de receptores de redes nacionais para alcançar 94% da população, que acompanhavam os acontecimentos políticos pela televisão, como divulgou uma pesquisa por amostragem nacional, realizada em 1989 e 1990. A cultura da mídia televisiva exercia o poder simbólico integrador, para a população brasileira associada ao futebol, telenovelas e à música.

Castells (1999b) refere-se ao estreitamento que a comunicação eletrônica propicia à participação política, de forma horizontal entre os cidadãos e as discussões na literatura e na mídia. O que Castells (1999b) explica é que a comunicação e a informação, com acesso “online”, mediado pela internet, propiciam a difusão e a recuperação de informações no fórum

eletrônico, por meio da interação, do debate, o que pode contribuir para a formação de um campo político flexível, adaptável, democrático. Não há dúvida a respeito da contribuição que a tecnologia informacional, via internet, tem dado ao “marketing” da política.

Destaca-se a observação de Castells (1999b) sobre envolvimento da política, no sentido da mobilização em causas não-políticas, via eletrônica ou por outras mídias. A “política informacional” contribui como instrumento de mobilização para grupos locais e globais e organizações não-governamentais, movidas pelo consenso temático, não propriamente vinculado a partidos políticos, mas muitas vezes com seus apoios informacionais, tais como causas humanitárias. Os políticos encomendam a construção de “sites” para divulgarem seus conteúdos políticos. No entanto, qualquer cidadão pode dar funcionalidade a uma rede social eletrônica, não precisa ter conhecimento técnico de informática, bastam noções básicas, saber interagir com o computador e ter acesso à internet.

Castells (1999b) tece algumas críticas sobre a fragmentação do Estado pelo processo de localismo, sobre o fórum eletrônico que pode se tornar em “democracia ateniense”, tanto em nível nacional como internacional, ao levar a elite minoritária, a reunir características de educação informal e acesso às mídias inovadoras de informação, bem como à maior participação política. Ressalta ainda que a maioria dos cidadãos, a massa, pode ser excluída por dificuldade de acesso à educação informal, quanto aos conhecimentos da informática e aos meios interativos de informação eletrônica, ratificando o distanciamento de uma participação política, ameaçando o exercício da cidadania; e o monitoramento e controle que os meios de comunicação exercem sobre seus conteúdos, principalmente a televisão. Concorde-se com o crítico, com a ressalva de que no caso da mídia da internet, o controle é minimizado, pois é uma tecnologia aberta, flexível à participação do cidadão.

Rubim & Colling (2005) analisam a relação entre mídia, cultura e eleições presidenciais no Brasil contemporâneo, em 1989 a 2002, no contexto sociocultural e político midiático. Com os atributos globais como informação, rede, informática, comunicação, mídia, entre outros, a sociedade contemporânea vem sendo organizada em relação às novas estruturas sociais, ambientação cultural e política que a caracteriza como “Idade Mídia”.

Os autores identificam a existência de um ator político com papel decisivo nos rumos das eleições, na atualidade. No cenário sociopolítico, o espaço eletrônico, configurado na mídia em rede, induz ao deslocamento da política e das eleições dos locais geográficos de lutas

políticas e eleitorais, como as ruas, praças, parlamentos, para os espaços societários dos ambientes midiáticos eletrônicos, desterritorizados. Entendem que as dicotomias entre realidade contígua e tele realidade, convivências e tele vivências (alternativas de vivências à distância com o uso de redes), espaços geográficos e espaços eletrônicos, global e local trazem nova relação entre mídia, política e eleições, na sociedade contemporânea (Rubim & Colling, 2005).

As interações contemporâneas entre política e mídia foram interrompidas entre 1964-1984, período em que a partir do golpe militar o Brasil viveu sob controle da informação e comunicação. Após a abertura política, em 1985, gradativamente a mídia, política e eleições foram ganhando espaços simultâneos, com ações isoladas ou integradas sendo dinamizadas.

Nas sociedades democráticas pós-modernas e em especial na realidade brasileira, as eleições ocorrem em ocasião especial do momento político, como produto de construção societária, em que se reúne um conjunto de valores, práticas, teorias e predisposições.

Na análise de Rubim & Colling (2005), a partir da modernidade, as eleições nas sociedades democráticas legitimam seu sistema político, elegem seus representantes do poder legislativo e executivo, atribuindo-lhes poder e recursos para legislar e governar. Ressaltam que nos anos 50 e 60 surgiram, primeiro nos EUA e posteriormente na Europa, novas configurações culturais, políticas e eleitorais. Enquanto que no Brasil não isto não aconteceu no mesmo no mesmo período, por conta da ditadura militar, deflagrada em 1964.

O campo cultural no Brasil, no período da ditadura militar, de forma autoritária, criou patamares sócio-tecnológicos para o desenvolvimento da mídia, em uma lógica de Segurança Nacional, construída sob alegação de defesa do Estado contra “inimigos” externos e internos, afirmam Rubim e Colling (2005).

O novo cenário das eleições de 1989 teve como eixo de campanha o horário eleitoral gratuito na televisão, associado às sondagens de opinião, que deram sentidos e formatos diferentes aos contatos diretos dos eleitores nos comícios, passeatas, nas caravanas, carreatas, uma aproximação significativa entre a rua e a tela, mesmo que o social eletrônico retratasse a realidade das ruas, com a cobertura dos acontecimentos locais, como consideram Rubim & Colling (2005).

Rubim & Colling (2005) esclarecem ainda que a mídia televisiva potencializou o campo político de forma metodológica significativa, mas não menos conflituosa. Os críticos pós-modernos da política e da mídia buscam encontrar pontos convergentes e divergentes entre política e comunicação midiática, não em confronto em campo de força, mas contextualizando-as em situações e momentos histórico-social, passíveis de tensões interdependentes.

Caetano, Simões, & Gravelho (2012) entendem que atualmente a imagem é um marco da comunicação da “Era Visual”. A imagem complementa a informação. A opinião pública, vinculada à comunicação política, quantifica a audiência, através de sondagens, inquérito e se aplica ao poder dos meios de comunicação de massa e ao poder político. A comunicação no mundo globalizado funciona como poder diferenciado, desde a necessidade de comunicação entre governantes e governados, até a comunicação interpessoal entre os indivíduos no mundo.

Na comunicação política midiática circulam conteúdos que movimentam um jogo de poder, com imagens, textos e multimídias que nem sempre se constituem troca simbólica, mas os símbolos estão imbuídos, em via unilateral, de poder, monopólio de ideias e ideologias, que identificam as instituições e os representam como partidos políticos.

2.3 A comunicação política nas redes sociais interativas.

Considerando os estudos de Castells (1999a), as “redes” são novas formas de dominação, de materialização da estrutura social. As estruturas sociais são construídas no percurso histórico das ações humanas no mundo, a partir das experiências, exercício do poder, práticas culturais e que nos dias de hoje estão sendo transformadas em “rede”.

As “redes” ganham significados diferentes de acordo com o contexto que as objetivam: rede financeira na economia; rede de tráfico na criminalidade; rede de lojas no comércio; rede de pescar; rede como cama, objeto de descanso; na comunicação, rede de televisão, de jornais e de rádio; rede elétrica; rede ferroviária; rede de telecomunicação; rede de interconexão como os artefatos tecnológicos da informática, como intranet, internet.

O significado de “rede”, como interconexão com os artefatos tecnológico da internet, pode ser entendido como: “estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação” (Castells, 1999a, p. 566). O conjunto de nós conectados, um dinâmico movimento de sistema aberto que possui equilíbrio e desequilíbrio por estar suscetível a inovações e virtualizações.

O sistema de “redes” na informática permite a reorganização das relações de poder, implica em inovação, globalização, descentralização, flexibilidade, adaptabilidade, instantaneidade, suplantação de espaço e tempo. Em suma, os conectores detêm o poder diversificado, codificado, orientado e desorientado, como afirma Castells (1999a).

A sociedade em “rede”, na visão de Castells (1999a), é uma sociedade capitalista, formatada pela primeira vez pelo modo capitalista de produção por relações sociais planetárias. O sociólogo entende que as tecnologias da informação organizam uma nova economia em torno de “redes” globais como produtividade, competitividade, divisão de trabalho, que são palavras de ordem para a circulação do capital financeiro.

No capitalismo da sociedade em “rede” não há precedentes históricos. A articulação concreta entre o modo capitalista de produção e o modo informacional de desenvolvimento ocorre pela dependência que o capital financeiro tem e do conhecimento da informação, gerado e aperfeiçoado por tecnólogos da informação.

A nova realidade social constituída pela difusão das tecnologias da informação, caracterizadas pelas “redes” da informática e suas conexões, move um capital financeiro de grande monta, e ao mesmo tempo, circula na dimensão global do mundo, sendo limitado por capitalistas que detêm o domínio do mercado, o monopólio do controle do trabalho individualizado e operado pelo grupo de inteligências virtuais. A sociedade em “rede” provoca uma transformação social que ultrapassa as relações sociais, técnicas de produção e infere de forma radical na cultura e no poder, como destaca Castells (1999a).

Para Levy (1993), as formas de comunicação, como palavras, som, imagem, criam “redes” mentais nos receptores, que vão se agregando e dando sentidos inter-relacionados, identificados como hipertexto. O hipertexto são conexões informativas que se agregam e sofrem constantes modificações a partir de novas interpretações, assim o define Lévy (2003).

O ciberespaço é “espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial de computadores e das memórias dos computadores” (Lévy, 2003, p. 92). As possibilidades de comunicação e interação no ciberespaço são identificadas por Lévy, como o acesso a distância e transferência de arquivos, como correio eletrônico, conferências eletrônicas, groupware²³, comunicação por meio de mundos virtuais e compartilhados.

Ao defender o conceito de “virtual” Lévy (1993) aponta três desafios: o conceito filosófico de virtualização; a visão antropológica da relação entre “o processo de homização e a virtualização” e; o aspecto sociopolítico para a compreensão da mudança contemporânea para atuar nessa realidade.

Lévy (1993) identifica o significado de “real” como o já constituído, estático e que remete ao possível: “tenho”. Ao significar “virtual” o coloca como oposto ao atual, mas com força, potência de atualizar entidades, como acontecimentos, complexidade, problema, nó, tensões, objeto, situação, e remete-o a “terás” ou à ilusão.

Considera Lévy (2003, p. 32) que “as tecnologias digitais surgiram, então, como a infraestrutura do ciberespaço, novo espaço de comunicação, sociabilidade, de organização e de transação, mas também novo mercado da informação e do conhecimento.” Entre outros pontos de vista, esse autor aponta as mídias, que defendem seus interesses próprios, sem encorajar uma troca recíproca e comunitária.

As perspectivas de expansão tecnológica visam atender aos setores da sociedade, como construção civil, área naval, segurança, energia, comunicação, cultura, saúde, educação, segurança, lazer, transportes, com suas especificidades. Os avanços tecnológicos, nas referidas áreas, não se restringem apenas à modernização dos equipamentos, como alternativa para promover o bem-estar das pessoas na sociedade, como também para facilitar a comunicação e veicular a informação.

Foi na rede global da internet que as teorias quase visionárias de McLuhan (2007) se concretizaram na sociedade nos anos 90, e quase 30 anos depois, fornecendo novas alternativas à mídia da comunicação e ao processo de globalização. A internet potencializa o direito à informação, formalizado na Carta da Organização das Nações Unidas – ONU - como

²³ Groupware: Software (programa de computador) específico para compartilhamento em ambiente de trabalho: e-mail, agenda, calendário, para aproximar a equipe de trabalho.

espaço democrático para o cidadão intervir nos debates públicos (Kucinski In Duarte, 2010, p.xii).

Ianni (2010) faz uma análise sobre “aldeia global”, identificando-a como concretização das ideias preconizadas por McLuhan (2007), no movimento da modernidade. O autor afirma que a comunicação associada às tecnologias de informática forma uma “teia” constituída por meios impressos, eletrônicos, multimídias de alcance mundial.

A comunicação política como revolução simbólica nas redes sociais interativas pode ser construída com a participação política crítica, universos autônomos para criação, recriação de informação. Veiculada por mídias sociais na pós-modernidade tem funcionado como instrumento efetivo da opinião pública.

As mídias sociais tradicionais e redes sociais interativas associadas construíram um cenário midiático e paramidiáticos para perpetuação dos bens culturais e do capital cultural. O campo social ganhou novos conteúdos, fortaleceu as relações sociais no processo de comunicação, ao articular aspectos nos universos midiáticos entre as mídias tradicionais de comunicação e as redes sociais interativas. (Figura 6):

Figura 6: Mídias Sociais Tradicionais & Redes Sociais Interativas.

Os universos midiáticos		
Aspectos	Mídias Sociais Tradicionais	Redes Sociais Interativas
Cenário midiático:	Audiência: televisão e rádio.	Compartilhamento: computador/tablet/notebook com conexão a Internet: facebook, twiter, blog.
Cenário paramidiático:	Sofá, televisão, rádio, aparelhos de som/vídeo/DVD, rack.	Aleatório.
Bens culturais/consumo cultural:	Negociação para aquisição de um equipamento e artefatos eletrônicos permanentes, modernizados: televisão, rádio TV por assinatura, provedor de internet.	Negociação para aquisição de equipamentos e artefatos eletrônicos modernizados e virtualizados: provedor de internet; cadastro em redes sociais.
Campo social simbólico:	Recepção pública de massa.	Ciberespaço.

Propagação:	Da esfera pública para a privada: a subjetividade informativa do mundo objetivada no universo doméstico.	Da esfera primada, podem atingir a esfera pública: a subjetividade do pensamento pessoal intersubjetivadas no ciberespaço.
Bens simbólicos e as relações de sentidos:	Conteúdo informativo preservado para o lucro empresarial: são classificados de forma intencional, hierarquizado, em espaço e tempo determinado que retrata poder, estilo de vida, desigualdade social.	Conteúdo informativo virtualizado, compartilhado, abrangente, sujeito a exposição pública, não linear, atemporal, desterritorizado, substituído de poder, não impõe um estilo de vida, não reforça a desigualdade social, mas há um lucro embutido para os desenvolvedores.
Processo de comunicação:	Massa: recepção informativa unilateral objetivada no cotidiano do mundo; táticas de comunicação.	Disponível no ciberespaço: leitura informativa multidirecional subjetivada e intersubjetivada; estratégias de interação social e compartilhamento.
Relações de poder:	Feita por agentes sociais hegemônicos, autoritários, com o monopólio econômico. Dominam o espaço privado dos lares, comércios, transportes e espaços de acesso público.	Os agentes sociais compartilham suas experiências, conhecimentos etc., se tornaram espaços públicos no ciberespaço.
Ambiente operacional:	Espaço geográfico determinado por ambientes físicos, com equipamentos, participação equipes de trabalho presencial.	Espaço geográfico indeterminado; interatividade pessoal assíncrono, com simples navegação pelos sites, e-mail. ou síncronos no chat..
Conteúdos:	Previamente selecionados, classificados por critérios da comunicação e categorizados por temas: música, lazer, filme, telenovelas, jornalismo. São estrategicamente direcionados para o ambiente doméstico.	Publicação de páginas com endereços eletrônicos, alguns apenas com cadastro grátis; arquivamento de dados que são categorizados pelos programas eletrônicos de publicação. Os conteúdos são autônomos, na maioria, diversificados e de autoria.
Capital cultural:	Mídia de comunicação e informação de massa: submissão ao controle de expressão; lei do consumo e do mercado. Total controle dos produtos materiais e imateriais pelos empresários da comunicação.	Mídia de armazenamento de dados, informação, comunicação pessoal e em situações restritas de massa: livre expressão, considerando o capital cultural. Permissão pelos desenvolvedores e proprietários.

Fonte: Elaborado por Vanildes Vieira da Cunha.

As redes sociais interativas são mais abrangentes no que se referem à: temporalidade, fronteiras espaciais, velocidade no fluxo de informação, autonomia, criatividade, compartilhamento, potencialidades. No entanto, a mixagem das mídias sociais pode trazer benefícios significativos para a comunicação política cidadã.

A visibilidade das RSI pode ser ampla de um lado pelo seu poder mobilizador, e por outro lado, pode ser restrita quanto ao acesso, por uma minoria de usuários em relação, por exemplo, à televisão, ao rádio, ainda muito popularizados. As RSI associadas às mídias de massa convencionais, principalmente televisão, não ficaram só no plano da abrangência e da audiência, mas no incremento à mobilização, que até então, mesmo com a luta da audiência, a televisão não tinha alcançado.

As RSI ao serem veículos midiáticos mobilizadores do movimento popular, como novo sistema de comunicação, modificaram o significado tradicional dos meios de comunicação de massa e deslocaram os sentidos das mensagens de unilateral para multilateral; de dimensional para pluridimensional.

A apropriação das RSI como bens simbólicos promoveu, na verdade, uma complexa, mas possível interação social comunicacional. Pode-se atribuir uma importância à funcionalidade, a despeito da cultura do consumo, até então, praticada pelos meios de comunicação convencionais.

Há características bem diferenciadas que fazem com que as RSI complementem as demais mídias sociais, em alguns aspectos, como por exemplo: as informações transformam-se em notícias e não as notícias em informação; a informação independe do tempo determinado e do espaço específico; as produções de notícias não dependem de fontes estáveis, nem de prévias constatações; a produção de notícias, informações, mensagens é feita em ambientes aleatórios, como residências, escritórios, ruas; os conteúdos são autônomos, de autoria, criativos, que se tornam fio condutor, uma vez que depois de veiculados, trazem implicações nos diferentes campos do conhecimento, em uma visão interdisciplinar.

A comunicação política, realizada pelo sujeito político, com a mediação das RSI para uma educação política do sujeito, é uma prática que depende de construção assistemática e sistemática, no percurso cotidiano da sociedade civil.

As ancoragens teóricas e interdependentes da política, da comunicação e das redes sociais interativas encontraram pontos convergentes que podem auxiliar na compreensão do uso das redes sociais interativas, no contexto da ciência política, de forma que as ações dos cidadãos sejam mais coerentes com os princípios de democracia participativa, representativa e deliberativa. Para Souza (2010), a democracia no Brasil deve, então, ser compreendida como um conjunto de mecanismos de participação, baseado no mix entre as perspectivas de participação, deliberação e representação, havendo variações nas formas e nos pesos da dimensão de cada realidade apresentada, conforme o contexto local analisado.

2.4 Inferências sobre questões legais na comunicação política.

Os aspectos de controle quanto ao uso de mídias interativas na comunicação política midiaticizada remetem a três fatores: a expansão da internet; a legislação que ainda deixa lacunas quanto aos direitos do cidadão em relação ao uso da tecnologia da comunicação e da informação e as ações reguladoras da comunicação política.

Bourdieu (2010) afirma que o Estado é detentor no monopólio da “violência simbólica legítima”. O autor vê na ação jurídica, a articulação entre o campo jurídico, o campo social e o campo do poder, que no seu conjunto formaliza uma cumplicidade universal para a sistematização, racionalização e eficácia simbólica, que pode ser exercida num espaço social ou geográfico ou no ciberespaço, porque se constitui “direito” da sociedade civil em permitir-se comunicar e informar. O que não quer dizer tal imbricamento não seja conflituoso.

A perplexidade dos governos mediante a perda de controle da mídia de comunicação de larga abrangência levou, em dado momento, alguns a se posicionarem, como por exemplo, o ministro francês de tecnologia e informação, que propôs à União Europeia, medidas proibitivas de acesso à internet, frente a uma informação pessoal e de cunho político publicada.

Os aspectos transacionais das informações dificultam medidas judiciais contra as fontes de informação, mesmo quando são identificadas. A censura e as penalidades podem surtir efeito corretivo, no entanto, a triagem, com seleção da informação como efeito preventivo pode cercear a interatividade, comprometendo a liberdade de expressão e de livre acesso à informação. O grande desafio do Estado neste século de pós-modernidade é o controle das

informações nas redes de telecomunicações interconectadas na “rede global”, afirma Castells (1999b).

Conteúdos prejudiciais à honra individual e/ou coletiva, formas de preconceitos, práticas sociais agressivas contra a população e seus cidadãos, veiculados nas redes, desestabilizaram os sistemas simbólicos, gerando incertezas, com dimensões de violência, nas sociedades civis dos Estados e nas ameaças às relações internacionais.

Um direito que proteja o cidadão contra a violência política eletrônica, de forma que promova mudança social, que transponha a mera codificação, possibilitará que as relações sociais sejam estabelecidas em uma realidade social voltada para a educação política do sujeito.

Não há registro de uma luta popular ou de grupos sociais que mobilizaram o legislativo para produção de leis contra crimes na internet. Os casos de cidadãos comuns, que sofrem danos morais e físicos são protegidos pelas leis vigentes do Código Civil, do Código Penal, Constituição do Brasil e Pactos Internacionais.

Percebe-se, empiricamente, que os casos geraram leis de proteção ao cidadão contra o crime eletrônico, foram casos que tiveram significativa repercussão na mídia eletrônica ou por envolverem personalidades do meio artístico, instituições econômico-financeiras e instituições governamentais.

As bases legais com respeito à informação e crimes eletrônicos vêm sendo construídas no campo jurídico a partir da denúncia, interpretação e avaliação de casos particulares, com aplicações de leis existentes para crimes de forma geral ou que os magistrados aplicam a jurisprudência, por exemplo, a Lei Carolina Dieckmann²⁴. A própria tecnologia das RSI é um desafio diário, na apropriação de seus recursos, no controle, na tática para a segurança do usuário.

Serra (2008, p. 2) entende que o direito é:

²⁴ Lei Carolina Dieckmann: Lei 12.737/2012, contra crime na internet que altera o Código Penal brasileiro. Identificada de “Lei Carolina Dieckmann”, porque na época em que o projeto tramitava na Câmara de Deputados, a atriz teve fotos pessoais divulgadas sem autorização. A lei trata infrações, condutas no ambiente digital em relação à invasão de computadores e estabelece punições específicas. A nova lei classifica como crime casos como a invasão de computadores, tablets ou smartphones, conectados ou não à internet, “com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações”. Acedido junho, 18, 2013, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112737.htm.

“um produto histórico, uma prática social e ideológica”. Pode também “ser percebido em sua dimensão simbólica, o que amplia, em certa medida, a interpretação que sustentamos de torná-lo como uma instância ideológica inserida no processo histórico” (Serra, 2008, p. 2).

O sentido do problema sobre o fundamento absoluto dos direitos do homem é discutido por Bobbio (1992), na abordagem da sociologia do direito. O autor denuncia que o problema maior dos direitos do homem não está em fundamentá-los, mas sim em preservá-los para não serem violados.

Os direitos do homem podem se fundamentar em dois sentidos, o “direito que se tem e direito que se gostaria de ter” (Bobbio 1992, p. 25-45). Os direitos do homem têm historicamente sofrido modificações, assim como os diferentes aspectos da humanidade tem mudado.

Bobbio (1992) considera os direitos do homem como um fenômeno social. Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão. Este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões, de procurar, receber, transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras - Declaração Universal dos Direitos do Homem, 10/10/1948.

No Brasil, o Programa Nacional de Direitos Humanos, pelo Decreto nº 7.037, de 21 de Dezembro de 2009, atualizado pelo Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010, dá:

“garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação para a consolidação de uma cultura em Direitos Humanos” (Rezende, 2010, p. 645).

Assim, o direito à informação, acesso aos meios de comunicação e a liberdade de expressão são temáticas presentes na contemporaneidade.

Os movimentos multimidiáticos, segurança e regulação da rede da internet, nos diferentes países do mundo, têm sido acompanhados e avaliados quanto a sua funcionalidade, usabilidade e legalidade, bem como a possibilidade de bloqueio ao acesso, intervenção e difusão de informações. As adequações dos “sítios” vêm sendo feitas por proprietários e em alguns casos com a participação dos usuários. As intervenções reguladoras ficam por conta do poder público, quando implicam situações de segurança pública.

Os países devem preservar a liberdade de expressão e o direito à informação como garantia dos princípios democráticos na sociedade pós-moderna, frente aos avanços midiáticos da internet.

O dia 23 de abril de 2014 pode ser considerado um dia histórico para liberdade de expressão no Brasil. A Lei 12. 965 de 23/04/2014 – Marco Civil da Internet - que passou a vigorar em junho de 2014, tem como características: (a) participação da sociedade civil organizada; (b) preservação da neutralidade e privacidade dos usuários; e (c) defesa contra a espionagem.

O artigo 7º da referida Lei resguarda a privacidade do usuário, seus dados pessoais, inclusive as mensagens privadas do correio eletrônico [e-mail]; O artigo 9º, com o atributo da neutralidade, dispensa acordos econômicos e monopólios entre os provedores e controladores da rede eletrônica e o artigo 19 garante a segurança jurídica para salvaguardar a liberdade de expressão, os conteúdos postados por terceiros, a interferências de provedores;

O “Marco Civil da Internet” nasce como legislação peculiar da informação e comunicação, o que poder sugerir modelo para outras nações, sociedades democráticas que primam pela preservação dos direitos humanos e pela liberdade de expressão, comunicação e pelo direito à informação, nas redes da internet.

É inegável que a internet tem propiciado movimentos de globalização e estreitado as relações no interior de cada nação e nas relações internacionais, nas sociedades pós-modernas, portanto, é preciso articular o campo jurídico com o campo sociopolítico, para garantir aos indivíduos a liberdade de expressão e o direito à privacidade tecnológica.

2.5 Educação política do sujeito e comunicação política cidadã.

Com base nas reflexões filosóficas e sociológicas de Morin (2010), encontra-se o conceito de sujeito, implicado aos sentidos de autonomia, mas não entendido como liberdade plena, e sim como dependente de um ambiente biológico, cultural e social. Por sua vez, o conceito de indivíduo relaciona-se ao produto do ciclo de reprodução, com uma dimensão cognitiva, quer dizer, possui um “cômputo”²⁵, que o situa no centro do mundo e o impele à preservação, proteção, defesa. A partir destes dois conceitos, Morin (2010) constrói o primeiro sentido do sujeito como ligado ao egocentrismo, o eu. Outros significados podem ser a ele associados, como objetividade e subjetividade; identidade (o “eu” e o “si”); inclusão (nós) e exclusão (eu); alteridade, existência, consciência e liberdade, constituintes de um único sujeito.

²⁵ Cômputo: “é o ato pelo qual o sujeito se constitui posicionando-se no centro de seu mundo para lidar como ele, considerá-lo, realizar nele todos os atos de preservação, proteção, defesa”. (Morin, 2010, p. 120).

Habermas (2003) resgata a identidade do sujeito, constituída de intersubjetividade, na linguagem dialética da comunicação no mundo objetivo. Frente a uma sociedade pós-moderna, há necessidade de o sujeito autor realizar-se no senso e consenso, no interior da sociedade civil organizada. O sujeito se constrói na ação da realidade social e na interação comunicativa, na pluralidade de ideias, por diferentes linguagens e opiniões, nos diversos espaços institucionais do estado de direito, com participação democrática, individual ou coletiva. O novo homem político é o homem da demanda, automotivado, crítico, que não mais se deixa manipular.

O fenômeno social e político, na década de 1990, permeava a construção da ação social e política em torno das identidades primárias, ou seja, identidades que estruturam as demais organizações. Castells (1999a) reúne algumas características para conceituar identidade, tais como, significado, experiência, ator social, individualização, cultura, seleção, exclusão, prevalência e inter-relação. Considera Identidade como as experiências de um povo, com os seus significados, originadas e constituídas pelos próprios atores, por meio de um processo de individualização.

O processo de construção de identidade é determinado por atributo cultural ou conjunto de atributos culturais inter-relacionados nas estruturas sociais, com prevalência de uns significados sobre outros (Castells, 1999b).

Esteves (2003) afirma que uma das questões políticas específicas nas sociedades atuais é o fenômeno da identidade, mais precisamente, a contribuição da mídia na definição social das identidades e suas implicações no espaço público. A identidade, por si mesma, introjecta objeto de reflexão e pensamento. Não tem apenas sentido histórico de individualidade, de auto-reflexão, mas de identidade social que exige reconhecimento do outro.

Para Castells (1999b), a construção social da identidade se dá nas relações de poder. O autor propõe a diferença entre três formas e origens de construção de identidades: (a) identidade legitimadora: as instituições dominantes da sociedade usam de autoridade para expandir e racionalizar sua dominação sobre os atores sociais. É a que dá origem à sociedade civil; (b) identidade de resistência: os atores quando ameaçados pela dominação, como opositores adotam uma postura de enfrentamento à sociedade civil para formar comunas ou comunidades. É a identidade de resistência que Castells (1999b) entende ser a que mais adequada para formar a sociedade; (c) identidade de projeto: os atores sociais de posse de

material cultural constroem uma nova identidade para redefinir a posição da sociedade e transformar a estrutura social, produz sujeito. Na visão do referido autor, os atores sociais podem, de acordo com o momento histórico, mudar de uma identidade para a outra. A identidade é construída e situada nas relações sociais. Os atores sociais coletivos são sujeitos, indivíduos, que no seu conjunto constroem um significado holístico de suas experiências.

As discussões modernas sobre identidade perpassam a perspectiva de pensamentos antagônicos entre as concepções substancialistas, que constroem o sujeito singular, criado ao longo da vida e desenvolvido por meio de ações. E as concepções construtivistas, que se evidenciam mais na atualidade, acentuam a tendência social para a individualidade própria, particular, estimulada pelo sistema de consumo, ao mesmo tempo em que padroniza, enaltece a diferenciação. Contudo chama atenção no sentido que as posições e transformações na abordagem de identidade ocorrem num processo mais amplo de mudança cultural, segundo Esteves (2003).

A identidade de projeto na “sociedade em rede” pode se desenvolver a partir dos sujeitos desenvolverem uma teoria de transformação social na “era da informação”. Esteves (2003) esclarece que a pressão do sistema de consumo, da indústria cultural, impressos nas tecnologias e de mediação simbólica associam a ideia de identidade à imagem pessoal, por exemplo. O mesmo sujeito é induzido a construir a sua identidade, simultaneamente nas concepções substancialista e construtivista. O indivíduo se vê compelido a construir a si mesmo, com constantes inovações e ações ilimitadas aparentes ou ao mesmo tempo, que se depara com a realidade da vida, com suas limitações, sedimentações e cerceamento de mudanças.

É importante compreender como está constituída a identidade do sujeito e como poderá ocorrer à formação do sujeito social, cuja realidade está no contexto político e cultural do mundo sem fronteiras e mediado, por mídias de comunicação, vulnerável a todo o tipo de informação.

Gohn (2010) ao se referir aos movimentos sociais entende que a identidade do sujeito social é formada nas construções relacionais, no contexto da cultura política e da identidade política, que são expressas nos projetos sociais, no projeto político-ideológico de um grupo.

Morin (2010) indica que “a reforma do pensamento” não parte do zero. Tem seus antecedentes na cultura das humanidades, na literatura, na filosofia e nas ciências. O autor é enfático ao afirmar a importância do pensamento ser construído: (a) na totalidade do conhecimento, quer seja do todo para as partes e das partes para o todo; (b) no reconhecimento e exame dos fenômenos em suas múltiplas dimensões; (c) do reconhecimento e tratamento, simultâneo das características antagônicas das realidades; (d) do respeito às diferenças e unicidade. Um pensamento que isola e separa deve ser substituído por um pensamento complexo que une e que seja tecido junto. A reforma do pensamento pode se dar de forma pacífica ou sob tensões complexas.

A complexidade, como entende Morin (2010), não é um problema novo e tem se constituído como exercício para os grandes pensadores. Afirma que a “reforma do pensamento vai gerar um pensamento do contexto e do complexo” (Morin, 2010, p. 89), com o enfrentamento de incertezas. O pensamento coeso é cíclico, multireferencial, dialético, integrador de partes de um todo e das partes no interior do todo. É instrumentalizado pela explicação que permite elucidar um objeto e pela compreensão que envolve comunicação e empatia intersubjetivas, o que significa um “processo de identificação e projeção de sujeito a sujeito” (Morin, 2010, p. 93). A reforma do pensamento perpassa a aptidão de organizar o conhecimento.

O exercício da cidadania implica sentidos diferentes, de acordo com o contexto sócio-histórico de cada sociedade, porém elenca princípios éticos universais, como liberdade, autonomia e responsabilidade. Isso implica em ações de participação consciente dos sujeitos em sua totalidade, na forma de condução da vida privada e coletiva; e na capacidade que os indivíduos possuem para fazerem escolha. Tais ações caracterizam a democracia, como o modo pelo qual os seres humanos autônomos, se organizam socialmente e exercem uma ação política.

O sujeito, ao longo de sua existência, agrega uma educação acumulada no percurso da vida, o que lhe dá competência para buscar uma preparação e integração plena para ser sujeito na vida pública. O sujeito pode ser constituído também pela autoeducação assistemática que ocorre de dentro para fora, construída pelas experiências motivacionais da vida que capacita o sujeito para participar, intervir.

A complexidade e totalidade da construção do pensamento humano são multidimensionais e implicam subjetividade, intersubjetividade, intelecto, aspecto biológico, relações sociais,

competências, habilidades, moral, ética e outros quesitos correlatos à condição humana, para agir, julgar, usufruir da realidade do mundo sociopolítico.

Entende-se, como já tratado por Bourdieu (2010), que a construção simbólica da realidade social pode ser feita através da linguagem, da arte, da cultura, com também de outros conhecimentos construtivos do processo educativo da cidadania. A autoeducação do sujeito político, ético, se estende ao longo da vida e a partir das práticas políticas, na sociedade civil.

A relação do poder e linguagem são discutidas por Esteves (2003) como forma simbólica de construção da realidade e também como estratégias persuasivas na política e na comunicação. A realidade da vida política nas sociedades pós-modernas evidencia uma homogeneidade nas propostas e projetos políticos, por um lado, e na mesma proporção, dá visibilidade de bipolarização extrema, como princípio estruturante da política.

Ao discutir a ética na comunicação, Esteves (2003) ressalta a relevância social do papel da mídia – dos media –, em meio aos aparatos tecnológicos altamente sofisticados e inovadores, inseridos na realidade cotidiana da sociedade e na comunicação política. O autor chama a atenção para a sublimação excessiva, no que se apresenta como “novo”, quando na realidade não o é, como também para o efeito psicológico da autodiretividade, que fragiliza o sujeito.

O lugar da mídia na autoeducação política do sujeito se coloca no sentido de apropriação das redes sociais interativas, como poder midiático de comunicação política emanada dos próprios sujeitos.

Entre outras provocações Morin (2010) propõe o “desafio dos desafios” que é uma proposta de reforma do pensamento pelo exercício da inteligência para associar as culturas humanísticas e científicas, tendo como estratégias a organização do conhecimento. Esse desafio suscita atributos do sujeito autônomo, perspectiva do indivíduo dotado de iniciativa para uma autoeducação a fim de identificar as suas próprias necessidades, colocar e tratar os problemas e aplicar princípios organizadores que permitam relacionar e dar sentido a suas questões. Isso significa exercitar a curiosidade, aguçar a dúvida e o senso crítico.

No século XXI, o cenário do mundo está construído sob incertezas físicas, biológicas e humanas, em que o conhecimento é provisório e as verdades não são mais absolutas, como preconiza Morin (2010).

Bauman (2011) fala de uma crise da educação no século XX, diferenciada de outras crises anteriores. Os desafios da educação na contemporaneidade desmistificam o pensamento pedagógico até então solidificado por pressupostos que não identificam uma educação no “mundo líquido”. A metáfora do “mundo líquido” configura um mundo atemporal, flexível, móvel, virtual, volátil, sem fronteiras. O conhecimento está vinculado aos atributos do “mundo líquido” e suscetível às incertezas, às mudanças, frente aos acelerados avanços científicos, tecnológicos e ao redimensionamento do ecossistema.

À educação informal pressupõe uma educação continuada, assistemática, construída ao longo da vida com os mecanismos sociais e artefatos culturais. A educação informal mediada essencialmente por tecnologias midiáticas podem favorecer o repensar o mundo, para uma reforma do ser político. Há necessidade de reformar o pensamento político, sob o olhar crítico para a prática da liberdade. Isso será possível a partir da educação política do sujeito, no sentido de sua livre escolha no uso dos artefatos das tecnologias midiáticas como estratégias de comunicação política.

A pós-modernidade concentra princípios fundamentais de liberdade e igualdade, isto significa institucionalização do sistema político, da luta pelo poder. A política se assume como uma questão pública, pela competição pelo poder, na prática cotidiana da vida política. O poder midiático institucionalizado da competição pelo poder na política legitima essa dimensão do poder.

Entende-se que as vivências e as convivências do homem no seu cotidiano estão relacionadas ao papel político que o indivíduo exerce para garantir a sua liberdade e igualdade. Essa garantia implica a competição instrumentalizada pelo poder, para atender às demandas particulares, que se tornam públicas, no momento que passa a usar o poder comunicacional. É uma educação assistemática, em que o sujeito se autoconstrói nas relações com outros sujeitos, com o ambiente e seus artefatos.

A autoeducação se constitui como mediação autônoma, solidária e livre para intervir na sua própria educação, como sujeito pleno, ético, inserido historicamente em diferentes situações. A autoeducação motiva os sujeitos a assumir os diferentes papéis da vida humana, na política e sociedade, individual e coletiva, na busca da construção de conhecimentos e de habilidades de acesso às tecnologias midiáticas, para a participação crítica na vida política.

No pensamento de Damásio (2007) há quatro mudanças significativas no campo dos “media”²⁶: (a) o uso “dos media” na esfera privada, como exemplo, na familiar como educação informal; (b) o expressivo aumento e diversificação de tipos de “media” e de seus conteúdos, o que aumenta a possibilidade como recursos educativos; (c) o espaço geográfico sem fronteiras pela convergência das tecnologias audiovisuais, computacionais e de telecomunicações, o que propicia novas metodologias, como a formação a distância e; (d) o deslocamento dos meios de comunicação de massa para os meios de comunicação mais personalizados, que contribuem para novas formas de participação sócio-interacionista no processo educativo.

O educador identifica a internet e as comunidades virtuais como novas oportunidades para expressão e interpretação de mensagens, preservação das relações sociais, o que não exclui as relações interpessoais face a face. Vê as redes sociais como capital social valorativo, não só pelos benefícios das interações estabelecidas de forma estrutural, relacional e cognitiva de quem delas participam, mas também, para a sociedade em que estão inseridas.

A educação política do sujeito remete à transformação cognitiva das informações em conhecimento, para um determinado fim. Nesse sentido, é preciso criar uma polaridade intrínseca de espírito para um sentido definido, que se inicia na infância e perdura por toda a vida, sua autoeducação.

Concorda-se com a afirmação de Morin (2010, p. 65-67) que a “educação deve contribuir para a autoformação da pessoa (ensinar a assumir a condição humana, ensinar a viver), ensinar como se tornar cidadão”. Para o autor, é no contexto da democracia que o cidadão, enraizado em sua identidade nacional, é definido por suas ações de solidariedade e responsabilidade em relação a sua pátria.

Apropriar-se da cultura midiática, frente aos problemas multidimensionais, que favoreçam uma educação política do sujeito na pós-modernidade, é preparar mentes para o enfrentamento dos complexos e recorrentes problemas. Uma autoeducação que propicie o compartilhamento de ideias, a troca de informações e a construção do conhecimento entre os próximos e os distantes, como prática da cidadania cognitiva, individual ou coletiva, considerando as diversidades, como bem comum da humanidade.

²⁶ Media ou medio: termo usado em Portugal para se referir a mídia, termo usado no Brasil, como artefato da tecnologia de comunicação.

Uma autoeducação que significa participar, conviver com conflitos e consensos, como proposta contextualizada na cultura contemporânea, para um homem contemporâneo. Uma autoeducação que se oponha aos ditames hegemônicos, para a educação de um novo sujeito político”, historicizado no interior das lutas, sob diversas formas inovadoras de participação, por conhecer a realidade e organizá-la, por saber identificar as prioridades e reivindicá-las, por buscar resultados e analisá-los, num movimento interativo e interacionista.

A autoeducação política do sujeito produz incertezas cognitivas e históricas. Para autoeducar-se é preciso dialogar com as incertezas, nos vieses do mundo incerto, mas que está em ação, cujo movimento é a interação e retroação, com estratégias do desafio.

Ao tratar da temática da educação e tecnologia, Damásio (2007) apresenta cinco formas de interação, mediada por tecnologias educativas: *ritmo*, que pode ser individual e coletivo; *elaboração*, que estabelece relações entre conteúdos novos e os pré-existentes; *confirmação*, que consiste na realimentação da aprendizagem, a partir de metodologias específicas; *navegação*, que garante a autonomia e pode-se dizer que facilita a autoeducação.

A autoeducação política do sujeito requer autoanálise, autocrítica, iniciação ao conhecimento e práticas no uso de artefatos midiáticos, essenciais hoje para a reforma do pensamento político. Ao buscar a autoeducação política, o sujeito torna-se cidadão, que reconhece possuir uma identidade humana comum, no mundo planetário.

Morin (2010) aponta para um “conhecimento pertinente” que situe a informação no seu contexto, que desafia a desvendar a complexidade do mundo planetário, articulado aos saberes de forma organizada e em aproximação com a cultura das humanidades, incluindo a científica. Há um desafio político que poderá ser superado com o domínio da informação, como matéria-prima do conhecimento virtualizado, com o uso de redes sociais interativas, para a reforma do pensamento político, na sociedade civil.

A educação política do sujeito se faz pela autonomia de suas ações, objetividade e subjetividade de pensamento, inclusão e exclusão de ideias, alteridade, consciência e liberdade para a formação do consenso e da identidade coletiva.

No Brasil, a redemocratização da cidadania ao longo dos anos trouxe a expansão dos direitos políticos, mas também a ameaça aos direitos sociais e restrições aos direitos civis. Os avanços

conquistados e a serem conquistados dão continuidade ao processo de construção da cidadania.

Pensar a educação política do cidadão, com ênfase no acesso às redes sociais interativas, sob o olhar crítico da informação veiculada, é tratar o homem singular, constituído de identidade como sujeito e identidade social.

As redes sociais interativas constituem espaços democráticos, sobretudo, não apenas para criar laços, mas construir pensamento coletivo, e vão sendo desenhadas de acordo com os interesses comuns de grupos como de estudo, trabalho, amizades, relacionamentos afetivos. O uso de redes sociais interativas no Brasil continua expressivo. Segundo os dados divulgados pelo “Netview”, do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – IBOPE –, em janeiro de 2013, as páginas e comunidades virtuais, que incluem blogs, microblogs e fóruns foram acessadas por mais de 46 milhões de usuários, o equivalente a 86% dos internautas ativos da internet.

Com esses dados expressivos, a sociedade usufrui de maneira significativa da participação dos cidadãos nos espaço das redes sociais interativas. A autoeducação do sujeito requer um olhar crítico em relação às informações sobre as práticas políticas, de forma que se desenvolva competência para: (a) tratar a informação com compromisso autoeducativo, para saber pensar e intervir na política de modo ético; (b) usar RSI de forma que possibilite o exercício de uma democracia representativa, participativa e deliberativa; (c) salvaguardar os conteúdos que favorecem a promoção de uma comunicação política cidadã, que oportunize a expressão livre de ideias, frente às questões relacionadas aos direitos civis, políticos e sociais.

“Os verdadeiros cidadãos – politicamente – ativos serão, então, mais aqueles que ocupam activamente novo espaço publico – elites mediáticas e todos aqueles que conseguem penetrar neste espaço, nem que seja através de accões espetaculares – do que aqueles que se limitam a votar.” (Santos, 2012, p. 213).

A “comunicação política cidadã” pode ser conceituada como uma ação política de iniciativa popular, que retrate a demanda das necessidades da sociedade, mediada por mídias sociais interativas e pelas redes sociais interativas, como espaço público de comunicação e liberdade de expressão, com a finalidade de intervir no campo político.

A comunicação política cidadã tem por objetivo promover interações entre os iguais ou diferentes, indistintamente, e produzir intervenções sociopolíticas na sociedade civil. Tem

como função viabilizar o acesso direto às tecnologias midiáticas sociais que preservem a liberdade de expressão, o respeito mútuo, o bem estar comum.

A comunicação política cidadã implica na participação política, a partir da educação política do cidadão, direcionada para o incentivo a uma autoeducação, que possibilite inferir nos rumos da política, numa democracia representativa direta, com o exercício direto, sem mediações centralizadoras, mas com o pluralismo de ideias, no compartilhamento das soluções e no consenso coletivo para o bem comum. A comunicação política cidadã abre diálogo dos cidadãos entre si, com os representantes institucionais e da sociedade civil.

Entende-se que nas sociedades pós-modernas não há espaço para decisões isoladas, poder hegemônico e política autoritária. A política e o poder se interdependem, se manifestam além dos limites espaciais e temporais, com a utilização das inovadoras tecnologias midiáticas das redes sociais interativas. Esteves (2003) entende que a legitimidade do poder tem estreita relação com o espaço público, com a esfera social, no encontro dos homens coletivamente, que se expressam de forma integradora, pela palavra, pela ação e pela vontade comum. A cidadania não pode ser constituída de identidades contraditórias, mas de identidades específicas e comuns.

O sentido da comunicação política cidadã é problematizar as demandas sociopolíticas nas práticas da linguagem, com suas diversas formas de expressão, em que o poder midiático tenha caráter social e político para a sociedade civil.

O cidadão se sente incapaz de tomar decisões políticas, frente à gama de informações políticas e às diferentes mídias de comunicação política, principalmente no período que antecede as eleições. Sente-se alienado frente à multiplicidade de informações políticas, mas familiarizado com os mecanismos das diferentes redes sociais interativas.

A educação política do sujeito para o uso de redes sociais interativas na comunicação política cidadã se propõe, por exemplo, fazer uso da informação como objeto de investigação crítica e não simplesmente como fato acabado. Essa postura requer competência e habilidade para salvaguardar o espaço midiático contra uma ideologia hegemônica, que resiste ao diálogo, ao respeito mútuo e à informação como capital social.

CAPÍTULO III

OS MOVIMENTOS SOCIAIS: PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA COMUNICAÇÃO POLÍTICA.

3.1 Os movimentos sociais: conceito, tipologia, estrutura, funcionamento.

As novas formas de movimentos sociais construídos, a partir da inserção das mídias e redes sociais no processo de comunicação, instauram também, um novo processo de construção de uma comunicação política que emerge das demandas da população, fazendo um caminho inverso na comunicação política, institucionalizada até então. Tenta-se identificar neste estudo, as características que legitimaram os movimentos sociais tradicionais e os aspectos que hoje, configuram movimentos sociais inovadores, por terem sido gerados, a partir da interatividade com mídias sociais interativas de comunicação política.

A lógica de funcionamento comunicacional dos movimentos sociais incide sobre um ponto crucial de crise. Os interesses comuns dos indivíduos são compartilhados com seus pares e legitimam um grupo minoritário para defesa do bem-estar social. Os grupos minoritários usam estratégias de comunicação para veicular a informação e mobilizar o grupo. Buscou-se entender o que são movimentos sociais, como se estruturam, sua lógica de funcionamento, estratégias midiáticas e as inferências na política.

Para Lakatos & Marconi (2011) o surgimento e a atuação dos movimentos sociais podem ser decisivos, em grande parte, para as transformações gradativas ou aceleradas da sociedade. As autoras apresentam seis conceitos de movimentos sociais, apresentados por vários teóricos. Entre eles, o de Neumann (In: Fairchild, 1996) reúne os atributos básicos dos demais, tais como: coletividade, organização, continuidade, expectativa, perspectiva, problemáticas, tensões, controle, transformação e manutenção, ações:

“Movimento social é ação ou agitação concentrada, com algum grau de continuidade, de um grupo que, plena ou vagamente organizado, está unido por aspirações mais ou menos concretas, segue um plano traçado e se orienta para uma mudança das formas ou instituições da sociedade existente (ou um contra-ataque em defesa dessas instituições”. (Neumann, In: Fairchild, 1996, citado por Lakatos & Marconi, 2011, pp. 308-309).

Com base no conceito citado pode-se considerar que movimento social nas sociedades democráticas pós-modernas se constitui em práticas coletivas de compartilhamento estruturado em motivações, interesses, ideias e ações, dinamizadas pela luta e conquista dos direitos civis, sociais e políticos, em situações extremadas conflituosas, em que se utilizam como estratégia a potencialização de mídias sociais e as inovadoras redes sociais interativas.

Encontra-se em Lakatos & Marconi (2011) uma tipologia dos movimentos sociais, denominados como:

Migratórios, que motivados pela insatisfação situacional da sociedade de origem se deslocam para outro local temporariamente, para de forma organizada, minimizar as situações no país de origem, a exemplo da imigração dos judeus do mundo todo para a formação do Estado de Israel, no Brasil a migração principalmente dos nordestinos para os Estado do Rio de Janeiro e São Paulo.

Progressistas ou liberais representados por sindicalistas, partidos políticos proclamam mudanças positivas junto a um segmento da sociedade, na tentativa de influenciar as instituições e organizações.

Conservacionistas ou de resistência, fixados em situação estabelecida anteriormente, resistem às propostas de mudanças e as já realizadas, como as manifestações contra a legalização do aborto, contra o divórcio, movimentos ecológicos.

Regressivos ou reacionários são imperativos ao momento anterior da tradição, da família, da propriedade e reacionários à mudança.

Expressivos, em que os componentes com atividades específicas modificam sua percepção e reações, sem intervir para mudar a realidade exterior, sejam elas conflitantes, desagradáveis ou confiantes, com os movimentos messiânicos, “Hare Krishna”, entre outros.

Utópicos ou separatistas ou de fuga, criam um ambiente social peculiar para o grupo restrito de seguidores, como o tradicional “A República de Platão” e os grupos da modernidade com os “hippies”.

Reformistas, caracterizam as sociedades democráticas pela tentativa de introduzirem melhorias em determinados aspectos da sociedade, sem interferir em sua estrutura básica, exemplificados pela abolição da escravatura, movimentos feministas e homossexuais.

Revolucionários, que lutam por mudanças drásticas e rápidas do sistema social como um todo. Opositores de governos autoritários, como o movimento da “Nova Esquerda” ou “Estudantes para uma Sociedade Democrática”, na década de 60.

Outra tipologia dos movimentos sociais é a proposta por Alberto Melucci, citados por Pasquino (2010):

Movimentos reivindicatórios, que objetivam alterar normas, papéis e procedimentos condizentes aos recursos socioeconômicos.

Movimentos políticos, que incidem nas modalidades de acesso à participação política e ao deslocamento das relações de força.

Movimentos de classe, que propõem a inversão da ordem social, a transformação no modo de produção e subversão das relações de classe.

As diversidades dos movimentos sociais dão sentido e significado aos seus propósitos. As subjetividades dos atores sociais traduzem um comportamento coletivo intersubjetivo, consensual, imbuídos de cultura, tecnologias, conteúdos simbólicos que lhes permitem configurar ou reconfigurar uma visão de mundo.

De forma geral, os movimentos sociais quanto as suas ações podem ser: (a) passivos, quando buscam, sem atritos sociais uma nova forma de vida com a inserção de pessoas em estrutura sociais já constituídas, no sentido colaborativo das atividades comunitárias de associação de bairro, grupos religiosos, ONGs, empresas comprometidas com a responsabilidade social (multiplicação de bens e serviços sociais). Ou (b) ativos ao resistirem e se contraporem à ordem social instituída através de conflitos, tensões e até mesmo da violência.

Os movimentos sociais têm abordagem sociopolítica, com diferentes dimensões quer seja de progresso ou conservadorismo, nas sociedades democráticas ou não. As ações internas ou externas dos movimentos sociais convergem para um sistema de valores ou ideologias para um sentido de construção de identidade comum. O consenso do comportamento coletivo é ao mesmo tempo heterogêneo, quando se trata da mobilização da massa, do deslocamento de microestruturas sociais, por meio de um movimento sócio-interacionista.

A atuação dos movimentos sociais se manifesta em fases comuns: (a) agitação retratadas por comportamentos antagônicos de apatia explicitada sob tensão, inquietação ou implícita, por um determinado tempo; contudo, ambos sem metas definidas, mas conscientes de seus descontentamentos; (b) excitação, que sob liderança para organizar os sentimentos dos participantes, são induzidos para contatos individuais de problemas comuns, ação coletiva para solucionar os problemas e identificação para atuação em um empreendimento comum; (c) formalização, em que o grupo imbuído de propósitos ideológicos tem os atributos de

direção, justificativa, instrumentos de ataque, defesa e inspiração, esperança²⁷; (d) institucionalização: os primeiros líderes atraem um quantitativo significativo de seguidores, depois são substituídos por profissionais capazes de institucionalizar os movimentos: com sede própria, clientelismo, atendimento imediata às necessidades, desestabilização dos opositores individuais (Lakatos & Marconi, 2011).

Pelo menos três fatores podem motivar a formação dos movimentos sociais: os estruturais, as realidades individuais e as situações sociais.

As precondições estruturais dos movimentos sociais apontadas por Lakatos & Marconi (2011) que impulsionam as pessoas a agirem de forma organizada em busca da transformação ou conservação da ordem social são: o descontentamento social - sentimento de inadequação; o bloqueio estrutural - barreiras; o contato - interação pela situação social comum; a eficácia - ação proposta com expectativa de aliviar o descontentamento; a ideologia - ideias que justificam a ação proposta.

Os fatores individuais perpassam diferentes realidades: (a) mobilidade - a migração de pessoas traz insatisfação pelo distanciamento das representações sociais de origem, daí as pessoas se associam para dinamizar ação para defesa de seus interesses socioculturais; (b) marginalidade - grupos que se formam por se sentirem à margem da estrutura social, para lutarem por sua inserção social; (c) isolamento e alienação - grupos que se formam por afastamento em situação de trabalho específico, doenças, motivos econômicos; (d) mudança de status social - grupos que conseguem mobilidade social e ao se sentirem ameaçados promovem movimento para manutenção do status; (e) ausência de laços familiares - agregação de pessoas que por ausência de familiares, se unem afetivamente para afirmação pessoal; (f) desajustamento pessoal - temporariamente pessoas se agregam para resolver uma questão pontual, como por exemplo, o desemprego, novos imigrantes (Lakatos & Marconi, 2011), como atualmente os haitianos e bolivianos no Brasil.

As situações sociais podem ser propiciadas por: (a) correntes culturais – pequenas modificações culturais contínuas, que promovem mudanças na estrutura da sociedade e podem estar relacionadas às relações de produção, à emancipação da mulher, aos conceitos de igualdade, para melhor sobrevivência; (b) desorganização social - é gerada pela necessidade

²⁷ Os atributos da fase de formalização foram identificados por Lee (1962) e citado por Lakatos (2011, p. 314).

de garantir sobrevivência à crise da organização social como resultado da indiferença da liderança em relação às necessidades individuais, à imprevisibilidade, falta de ordem, de meta, postura fútil; (c) descontentamento social - pode ocorrer por privação relativa, a partir do momento em que as pessoas almejam ter mais do que têm, comparando-se aos que possuem mais; percepção da injustiça e juízo diferenciado; incoerência de status, em que se percebe dissonância entre as diferentes posições que uma pessoa ocupa (Lakatos & Marconi, 2011).

A dedicação, apoio dos membros, liderança carismática e administrava, além de liderança efetiva são características de apoio apontadas por Lakatos & Marconi (2011), para a eficácia dos movimentos sociais.

Independentemente de correntes teóricas e práticas, os movimentos sociais possuem um sistema estrutural em que os sujeitos históricos objetivam exercer a sua influência no mundo, pela luta simbólica ou pela violência simbólica. A exclusão social e a desigualdade são matizes dos movimentos sociais, em busca de identidades sociais, de novas perspectivas sociopolíticas e categorias econômicas de sobrevivência.

É interessante ressaltar que o sujeito histórico-social é constituído do contexto espacial, temporal, político, cultural, entre outros aspectos e que se legitima na sociedade civil com tensões, lutas, fragilidade, contudo suas características multifacetadas são intercambiadas, mutáveis, combinatórias. Em meio à complexidade do mundo e da heterogeneidade das demandas sociopolíticas, novos cenários, novas problemáticas e novos atores darão continuidade aos movimentos sociais existentes e suscitarão o nascimento de outros.

3.2 Movimentos Sociais (MS): trajetórias, legitimação.

Há pertinência em introduzir uma abordagem sobre os Movimentos Sociais (MS) para compreensão do estudo do caso brasileiro de 17 de junho de 2013, que será estudado no capítulo quarto. Apresentam-se aqui algumas referências teóricas ancoradas em estudos realizados por pesquisadores e seus posicionamentos em relação a aos movimentos sociais.

Os movimentos sociais imprimem um pensamento político, uma ação democrática, autônoma sem interesse de dominação, submetida ao mercado como produto social. Uma participação política autêntica, crítica e criativa que se agrega à cultura de um povo.

O movimento popular de 17 de junho de 2013 foi um cenário que tem como pano de fundo os percursos dos movimentos sociais no Brasil. O cenário retrata a construção de um pensamento político democrático, autônomo, expressão da cultura, da participação, do senso crítico e da criatividade, construído pelos atores sociais da sociedade civil brasileira: a população.

Os estudos da pesquisadora Maria da Gloria Gohn (1997, 2010) sobre teorias dos movimentos sociais registram as trajetórias desses movimentos no mundo e no Brasil e como os diferentes pesquisadores atribuíram sentidos a eles. De forma sucinta, Gohn (2010) exemplifica a articulação dos movimentos e deixa aberta uma discussão sobre a importância dos movimentos sociais como legitimação da participação do sujeito político em uma democracia participativa.

Nas últimas décadas do século XX surgiram movimentos sociais ainda sob as temáticas tradicionais que foram se configurando em sentidos e significados, com vários interesses, não só de um determinado grupo, localizado em espaço geográfico restrito, mas com diferentes grupos e em diversas nações; o cenário global dos movimentos passou a expressar sentimentos, princípios, interesses, motivações, necessidades, com preponderância grupal, em relação ao individual.

Ernesto Seidl, professor do departamento de Ciências sociais da Universidade Federal de Sergipe, resenhou em Olivier Fillieule, Éric Agrikolaianky & Isabelle Sommler, organizadores da coletânea “Penser les mouvements sociaux: confits sociaux et contestations dans les sociétés contemporaines”, publicado em Paris, La Découverte (2010), a análise a respeito dos movimentos sociais, identificados como altermundialista.

Seidl (2011) registra que pesquisadores franceses desde o início dos anos de 1990 vêm se debruçando sobre os estudos sociológicos dos movimentos sociais na perspectiva de cruzar abordagens entre ciência política, sociologia, antropologia e história.

As intenções para a demarcação das pesquisas incidem desde a denominação, conteúdos e estratégias dos movimentos sociais. Os indicativos exploratórios levam a algumas questões de análise:

“a lógica das trajetórias militantes, as emoções e os afetos, os procedimentos de atribuição de sentido, individuais ou coletivos, a dinâmica dos eventos e as interações do face a face que constituem a trama do protesto” (Seidl, 2011, p.179).

O tratamento metodológico da pesquisa citada na obra resenhada teve caráter qualitativo etnográfico sobre a compreensão das ideologias do movimento e as mudanças de espaço dos movimentos, o que gerou três ganhos relevantes: (a) a relativização do caráter “novo” com a dimensão “transnacional” do movimento altermundialista e a implicação decisiva nas condições nacionais na França, nos movimentos sociais na era Mitterand (1981-1995), no sentido de manter a centralização. (b) O fim da crença na unidade do movimento altermundialista, por conta de movimentos pioneiros em cada país estudado: Alemanha - movimentos novos; Grã-Bretanha - organizações solidárias e movimentos ambientais; e França e Itália - novos sindicatos. (c) Abordagem das lógicas de importação e exportação do modelo “fórum”.

A concentração estrutural da coletânea de estudos discute soluções “aos impasses do modelo “contentious politics” através da contribuição francesa”. Na primeira parte é apresentado o modelo anglo-saxão com os conceitos de mobilização de recursos, estruturas de oportunidade, análise de discurso - frame analysis -, ação e ciclo de mobilização, com indicações de sua história, usos e pontos relevantes, limites e possibilidades de superação. A segunda parte aponta procedimentos de análise dos movimentos sociais abordados pelo modelo “contentious”: a dimensão afetiva dos movimentos, a identidade coletiva, os usos do direito para o protesto e mídia (Seidl, 2011).

Os críticos franceses, ao enfoque dos eixos, em especial Emmanuel Pierre, Lilian Mathieu e Olivier Fillieule, insistem na defesa da esquematização do modelo “mobilizing structures”, profissionalizado, institucionalizado, baseado na realidade norte-americana, em expansão desde os anos de 1960: evidenciou-se um aumento crescente do número de agências específicas na construção “problemas sociais” e a expansão de um setor “sem fins lucrativos” e de organizações sem estrutura militante. O outro aspecto suscetível à crítica é que o modelo dava devida atenção à diversidade de formas e repertórios organizacionais (Seidl, 2011).

“As propostas de superação do uso consagrado do conceito de estrutura de oportunidades trazem maior novidade à ambição de se compreender a influência do contexto político na emergência e no desenvolvimento de mobilizações. em linhas gerais, entraria em conta a questão complexa das relações entre

espaço ou campo político (no sentido institucional, estatal-partidário) e movimentos sociais.” (Seidl, 2011, p.181)

Nos dois espaços, a autonomia e interdependência dariam visibilidade às diferenças nas formas de atuação, a questão em disputa no espaço dos partidos e nos movimentos mostraria pontos divergentes e convergentes nas noções como campo, espaço ou arena dos movimentos sociais, desenvolvidas por estudiosos franceses, traria instrumental mais refinado ao estudo de questões, como: a multiposicionalidade militante, as lógicas de transferência entre atuações simultâneas ou sucessivas, de atores em partidos e outras esferas de mobilização - sindicatos, ONGs, cooperativas, associações -; os estudos contribuíram para uma sociologia da militância no modelo “contentious politics”. Ações com objetividade, subjetividade, engajamento, militância, desengajamento ou defecção são inovadoras nas abordagens da militância, em especial pelo uso da noção de carreira.

Tal abordagem processual do fenômeno ofereceria ao analista, meios de conjugar história individual, instituição, contextos, com atenção a dimensões tão importantes quanto à posição social, socialização dos atores, suas inserções em diferentes esferas - religião, grupos culturais, profissão -, deslocamentos no espaço social, os contextos históricos, culturais que enquadram as biografias, as interações e jogos de poder tramados no interior das instituições/organizações (Seidl, 2011).

Nesse novo século, os sujeitos sociopolíticos e histórico-culturais entram em cena, como os movimentos sociais globais, movimentos transacionais, entidades civis modernas, fóruns, conselhos e câmaras de participação (Gohn, 2010).

Gohn (1997) mapeou paradigmas e teorias sobre movimentos sociais e entre outras finalidades delineou as tendências para o Brasil, na perspectiva da globalização da economia, política, relações socioculturais e científicas brasileiras. Para a pesquisadora, o diferencial entre os movimentos sociais tradicionais e os contemporâneos está na proposta dos objetivos e de suas práticas.

Gohn (2009) afirma que na atualidade os movimentos sociais são distintos dos ocorridos do final da década de 1970 e a partir dos anos 1980 versaram sobre movimentos populares reivindicatórios de melhorias urbanas, articulados com pastorais, grupos políticos de oposição ao regime militar.

No pensamento de Gohn (2009) o Estado modificou sua estratégia de relação com a área social: reconheceu as identidades culturais reivindicadas pelos movimentos sociais; exerceu maior controle social para assegurar “identidades políticas” construídas pelos próprios sujeitos e não de cima para baixo, em “políticas de identidades”. Gohn (2009) entende que a mudança na ordem dos termos altera o sentido da ação social. (Figura 7):

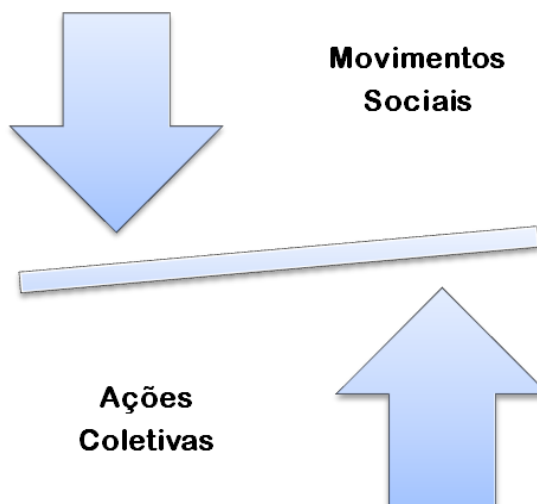
Figura 7: Tipificação antagônica entre políticas de identidades e identidades políticas.



Fonte: elaborado por Vanildes Vieira da Cunha com o uso do software SmartArt.

O antagonismo entre políticas de identidades e identidades políticas acarreta uma pressão também antagônica entre as ações coletivas e os movimentos sociais. Assim, também as ações coletivas podem ser opostas aos interesses e motivações dos movimentos sociais. Entende-se que as políticas de identidades são constituídas pelo consenso dos interesses e identidades políticas pela motivação hegemônica de um pequeno grupo. As ações coletivas podem não expressar as motivações da maioria e os interesses consensuais dos movimentos sociais, normalmente, expressam finalidades comuns de um grupo bem representativo. (Figura 8):

Figura 8: Pressão antagônica entre ações coletivas e sociais.



Fonte: elaborado pela doutoranda Vanildes Vieira da Cunha com o uso do software SmartArt.

Ressalta-se que os movimentos de conflitos e percepções divergentes exercem pressão entre as ações coletivas e os movimentos sociais. As divergências caracterizadas pelas diferenças políticas e ideológicas constituem o ponto crucial movimentos sociais.

Pasquino (2010) identifica a ação coletiva com duas amplas correntes: uma ancorada em Le Bon, Ortega y Gasset e Tarde representa as descrições que caracterizam uma manifestação, com motivações irracionais das massas. Tais comportamentos coletivos de massa articulam-se com questões de risco à ordem social vigente. Na outra, ancorada em Marx, Durkheim e Weber, a ação coletiva imprime “comportamento coletivo” e “ação social”. Em ambas correntes, tanto do pensamento contemporâneo como do clássico, quatro teses interpretativos são latentes:

“A relação entre as componentes psicológicas e sociológicas do agir social; a ‘normalidade’ ou ‘excepcionalidade’ dos movimentos coletivos; as características dos participantes (integrados ou marginalizados); as modalidades de institucionalização ou de dissolução dos movimentos coletivos” (Pasquino, 2010, p 124).

A permanência de injustiças sociais e desigualdades socioeconômicas são motivações para a existência dos movimentos sociais. As ações coletivas devem emergir de setores da sociedade civil organizada, como os fóruns e as conferências nacionais, como matrizes estruturantes,

institucionalizadas, na busca por soluções para problemas coletivos, e não de grupos de interesses específicos (Gohn, 2010).

Assim, a dinâmica motivacional dos movimentos sociais pode partir de problemáticas situacionais coletivas, no interior da sociedade civil. A participação dos sujeitos é dinamizada pelo rompimento com o que já estava estabelecido anteriormente, e um novo posicionamento como caminho alternativo.

Os atuais movimentos sociais possuem características bem diferenciadas, quanto à organização, demandas, articulações, experiências e historicidade, considerando as temáticas que envolvem a sociedade brasileira, com suas especificidades geográficas, multiculturais, sociais. As ações coletivas podem ter sentidos diferentes, dependendo das motivações as quais os sujeitos se agregam, dos interesses organizacionais ou não organizacionais, dos projetos ou pela falta deles, enfim, se são formais ou não formais.

Gohn (2010) remapeia as abordagens teóricas sobre os movimentos sociais, com três principais correntes: histórico-estrutural, fundamentada em Marx, que viu os trabalhadores nas lutas sindicais, como sujeitos históricos; culturalista identitária, que no mundo caracteriza-se com os novos movimentos sociais e no Brasil na busca de identidades sociais; e organizacional comportamentalista, que se identifica com a institucionalização dos movimentos sociais.

Gohn (2010) dá uma visão da construção das teorias sobre os movimentos sociais, em que apresenta sucintamente e de forma evolutiva como se deu na Europa, especialmente na Alemanha, com diversas investigações sobre as racionalidades, como por exemplo, meio ambiente antinuclear.

Gohn (2010) faz alusão ao Brasil dos anos 70, década em que se introduziram novos atores e temas: mulheres, crianças, índio, pobres e negros. E na América Latina nos 90, com o deslocamento do sujeito social: Organizações Não Governamentais (ONGs) e Terceiro Setor (TS).

A crise da modernidade e a emergência de novas racionalidade, o mundo das mulheres, o corpo das pessoas, as religiões e seitas, a cultura popular e as aprendizagens cotidianas não-formais, são aspectos importantes tratados por Gohn (2010). As duas últimas questões - a cultura popular e as aprendizagens não-formais - são influenciadas pelo avanço de novas

tecnologias e trazem transformações societárias decorrentes da globalização e alterações dos padrões das relações sociais. Novas temáticas vão sendo introduzidas nos movimentos sociais, agregadas aos temas mais tradicionais e vão ganhando diferentes formatos no percurso do tempo. As relações sociais e as pressões da globalização influenciam as tematizações dos movimentos sociais no novo milênio, como se pode observar (Figura 9):

Figura 9: Tematizações no novo milênio.



Fonte: elaborado por Vanildes Vieira da Cunha com o uso do software SmartArt.

Na atualidade, o compartilhamento de ideias e as inteligências coletivas dão novas perspectivas ao sujeito social com novos temas, tais como: biodiversidade, biopoder, lutas e demandas étnicas, religiosas, seitas e crenças. Há deslocamento temáticos dos movimentos sociais clássicos para outros que retratam a atual realidade social, como exclusão social, globalização.

Ao trazer as novas considerações teóricas em relação as ações coletivas da América Latina, Gohn (2010) considera a conjuntura social e política contraditória: por um lado, em alguns países os movimentos estão mais organizados; por outro, em muitos países, os movimentos perderam a força política, por falta de credibilidade da sociedade civil quanto aos políticos.

No Brasil os movimentos sociais estão fragilizados pela perda da autonomia, em função da institucionalização de práticas sociais organizadas no modelo hegemônico de controle e regulação, imposta por políticas sociais voltadas para os excluídos, com políticas compensatórias do assédio acirrado de políticas públicas, as ONGs e Terceiro Setor (Gohn, 2010).

A identidade do sujeito continua sendo importante para a formação do sujeito social, que está estabelecido no campo político, no campo cultural, inserido no espaço desterritorizado e é simbólico de outros sujeitos. A identidade do sujeito social é formada nas construções relacionais, no contexto da cultura política e da identidade política que são expressas nos projetos sociais, no projeto político-ideológico de um grupo. É no fórum desses projetos que as tensões, as lutas, a legitimidade da sociedade civil e política apresentam-se em formas multifacetadas, intercambiadas, combinadas e mutáveis, o que gera uma autonomia dos movimentos sociais na sociedade.

“O movimento social nasce na sociedade e, por do conflito, produz a transformação dela. Ou melhor, somente numa sociedade pujante podem nascer movimentos colectivos que, por sua vez, são eles próprios o melhor indicador da vitalidade de cada sociedade” (Pasquino, 2010, p. 129).

O sujeito coletivo é fruto dos movimentos sociais e estes se constituem um legado histórico na conjectura recente da globalização, da territorialidade, da soberania das nações, da crise e do declínio das instituições (Gohn, 2010). O sujeito coletivo possui identidade individual e a usa com liberdade e responsabilidade, ao conviver com iguais e diferentes.

Gohn (2010) identifica três tipos de movimentos sociais: (a) movimentos identitários que se caracterizam pela luta por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais: afrodescendentes, índios, geracionais - jovens e idosos -, imigrantes, portadores de necessidades especiais; (b) movimentos por melhores condições de trabalho urbano e rural: acesso à terra, moradia, alimentação, saúde, transporte, lazer, emprego, salário, entre outros. (c) movimentos em redes sociopolíticas e culturais: em fóruns, colegiados e conselhos, são alguns exemplos.

Os resultados da ação coletiva e dos movimentos sociais dependem do seu reconhecimento e propagação, além da capacidade de manutenção da participação política e da educação

política do sujeito para garantir mudanças nos rumos da política, como por exemplo: a formalização de projetos de iniciativa popular.

A manifestação da resposta pode ocorrer no percurso do processo do movimento popular ou posteriormente às negociações do movimento com o sistema político. Contudo, as ações coletivas e os movimentos sociais são desafios para o Estado, governantes e políticos como detentores do poder.

As vozes coletivas dos indivíduos produzem eco, mesmo que o retorno não seja tão satisfatório e cause frustrações. No entanto, os movimentos coletivos influenciam os cidadãos entre si, fortalecendo-os para enfrentar e resolver suas questões, principalmente, quando são mediados por mídias sociais.

3.3 Movimento popular: ponto crucial de crise e democracia.

Para entender uma situação de crise é importante saber o que é crise, o que ela envolve e as implicações que ela imprime na sociedade e na vida cotidiana das pessoas. Entre outros sentidos, a crise do ponto de vista social, da política interna ou internacional, tem um conceito abstrato: como um processo em que se constitui um marco na transposição da paz para a guerra ou da guerra para a paz (Moreira, 2010a).

A crise vem tomando proporção mundial como “ponto crucial” de crise econômica, cósmica, ecológica, terrorismo, ambiental; a crise regional como: a geopolítica, caracterizada pelos conflitos e por questões nucleares, bélicas, territoriais. A crise nacional como: segurança, transporte aéreo, educação, saúde, discriminações éticas, culturais, homofóbicas, religiosas (Moreira, 2010).

O conceito de Geografia Política ou Geoestratégia qualifica o espaço do planeta e suas comunicações estratégicas, a partir do compartilhamento de múltiplas inteligências. Isso significa que, em um país, as mentalidades dos indivíduos se entrelaçam de tal forma que ocorre uma fusão de interesses particulares no coletivo, tornado os cidadãos independentes. Isso ocorre também com o que se chama de redes de lugares fortes ou espaços físicos terrestres ou marítimos que se cruzam. (Fayard, 2000).

A Geografia Política “demonstra a imbricação estreita que existe entre comunicação, informação e estratégia” (Fayard, 2000). A Terra é um espaço comum e dividido ao mesmo tempo, onde cada um desenvolve sua cultura estratégica: maneira de pensar, executar sua opção em ambientes, contempla intenções e atos dos outros. Mesmo que uma estratégia seja bem elaborada, na prática, ela estará sempre em confronto com outras estratégias, contudo os fluxos de comunicação e informação equilibram a decisão por adaptação à situação (Fayard, 2000).

Seja qual for a esfera da crise, quer seja mundial, regional ou nacional, traz insegurança, provoca movimentos populares, movimentos setoriais nos campos específicos e coletivos do trabalho e nas comunidades locais, nas quais as principais reivindicações incidem principalmente sobre melhores condições de trabalho, qualidade na saúde, educação, saneamento básico, e contra a violência.

A crise instaura rupturas situacionais para mudanças no funcionamento dos sistemas simbólicos, imbricados nas circunstâncias de violência simbólica. A crise financeira mundial desestabiliza a estrutura econômica do Estado, ao mesmo tempo em que, movida pela dinâmica da globalização, as nações afetadas podem recuperar suas crises com a cooperação de outros Estados (Moreira, 2010a).

A disseminação das crises mundial, paralelas às econômicas e financeiras, são notórias na sociedade civil mundializadas, por exemplo: doenças em descoberta de cura, inversão de valores sociais, desvalorização da cultura, desemprego, miséria, guerras, violação dos direitos humanos (Moreira, 2010a). Quando a crise extrapola e ameaça a ordem pública, no caso de criminalidade internacional, terrorismo, as drogas devastadoras, é preciso usar o poder da força, porque tem sentido de violência física ou material ou imaterial. Assim é preciso que a segurança pública entre em ação.

A segurança para Moreira (2010a) pode ser no sentido de garantir a paz entre os povos ou atuar como função regulatória e relação de confiança na vida cotidiana da sociedade civil e em situações pontuais sob intervenção do Estado, para reprimir a violação da regularidade. No que diz respeito à paz entre os povos, as relações de segurança entre as nações são observadas pelo direito internacional.

A mudança implica progresso consentido ou não. Quando a mudança envolve transposição de posições valorativas baseadas no consenso, o progresso consentido perpassa o diálogo para a superação dos impasses, elaboração das perspectivas e decisões. Quando o progresso parte da quebra da regularidade no funcionamento de determinado campo social, político, educacional, principalmente, o que objetiva a mudança é a superação do obstáculo, o avanço conflituoso, ajuizado.

Pasquino (2010) refere-se ao movimento do conflito, como condução da participação política, ancorado em três princípios da teoria dos movimentos sociais, elaborada por Alain Touraine, sociólogo francês: o da “identidade”, em que o ator define-se por si mesmo e opõe-se de forma conflituosa a outros atores, através de ação social; da “oposição”, em que se identifica a presença do adversário; da “totalidade”, em que os adversários disputam entre si, numa ação histórica dialética de classes. Em resumo:

“Quanto mais importantes forem os movimentos sociais, quanto mais convencidos se sentirem sobre a sua identidade enquanto mais predispostos estiverem a valorizar o princípio da oposição, tanto mais válido será o princípio da totalidade.” (Pasquino, 2010, p. 128).

Acrescentam-se neste ponto, as ideias de Serra (2008) sobre o populismo, ao afirmar que nele se inserem as temáticas de desenvolvimento nacional e o aspecto social. O autor esclarece que a partir de 1946, o populismo no Brasil articulava-se com o elitismo, autoritarismo e conservadorismo, com prerrogativas constitucionais e liberais. Sustenta que o populismo é aberto, inacabado, não linear. Serra (2008) trata o populismo em seus estudos, na perspectiva dialética como fenômeno transformador.

Para Serra (2008), no Brasil, os conteúdos emancipatórios transformadores ocorrem em momentos específicos, como observou-se no caso da manifestação popular no Brasil, no dia 17 de junho de 2013, mobilizado por redes sociais interativas.

Historicamente, no Brasil o populismo dominante, autoritário, conservador, elitista e paternalista foi estabelecido por alianças vinculadas ao capital estrangeiro que obstaculizou o avanço da democracia e cerceou as ações dos cidadãos. A dominação do populismo ocorreu de forma organizada, configurado como revolução no período de janeiro de 1963 a 1964 (Serra, 2008).

Entende-se que a manifestação popular é uma forma democrática e legítima de participação política do cidadão que pode ocorrer em tempo histórico-cultural e sociopolítico diferenciados, em espaços geográficos presenciais e a distância, mediada por tecnologias midiáticas intemporais e desterritorizadas.

Em 1992, com o “impeachment” do ex-presidente Collor, o povo foi para as ruas, mobilizado por mídias sociais e pelo descontentamento dos desmandos de um governo que apelava para a persuasão imagética e em um discurso pautado no populismo dominante, autoritário e elitista.

Os movimentos sociais têm suas especificidades quando favorecem a participação direta dos interessados, a organização autônoma, aos objetivos, origens e pelo conteúdo simbólico criativo, crítico, que incidem em soluções diretas e prática sobre a vida social, como habitação, emprego, imigrantes, direitos humanos, ecossistemas, biodiversidade, desenvolvimento sustentável, entre outros. Opõe-se às características comuns e formas tradicionais de mobilização política, tradição dos partidos, monopólio das minorias. Os movimentos sociais utilizam como estratégias as tecnologias midiáticas para engajar seus militantes, atrair o olhar político, inclusive dos governantes, setores e organizações da sociedade como as empresas.

Ao relacionar os movimentos sociais ao processo democrático da sociedade civil, faz-se na medida do reconhecimento de sua legitimidade pelo Estado. O apoio e diálogo entre os atores políticos na ação coletiva e o Estado são perspectivas esperadas para o surgimento de novas formas de entendimento. No Brasil, diferentemente, de outros movimentos fundados em modelos tradicionais, os contemporâneos em sua maioria, têm caráter reivindicatório para preservação dos direitos sociais, políticos e civis da sociedade.

A atuação dos movimentos sociais evoluiu na direção da necessidade de reivindicação e da busca de uma identidade para se autolegitimarem, nos pressupostos constitucionais de liberdade, de organização, expressão ideológica e política, no Estado democrático de direito. A função do Estado é permitir que os indivíduos, grupos e coletividade exerçam sua cidadania como sujeitos livres para produzir sua história.

“Portanto, na travessia dos anos noventa e no início do século XXI, os movimentos sociais adquiriram um papel-chave como ator político em um Estado democrático, pela importância reconhecida como portador legítimo e representante *dinâmico* de reivindicações de diferentes setores da sociedade civil” (Machado, 2007, p. 259).

A luta autônoma pelo bem comum é atributo relevante na sociedade democrática. A universalidade temática dos movimentos sociais garante o compartilhamento de demandas sociopolíticas, que são essenciais, na educação política do sujeito, no que concerne à preservação ambiental, sustentabilidade, economia global, direitos humanos, entre outros.

3.4 Movimento popular e mídias sociais na comunicação política.

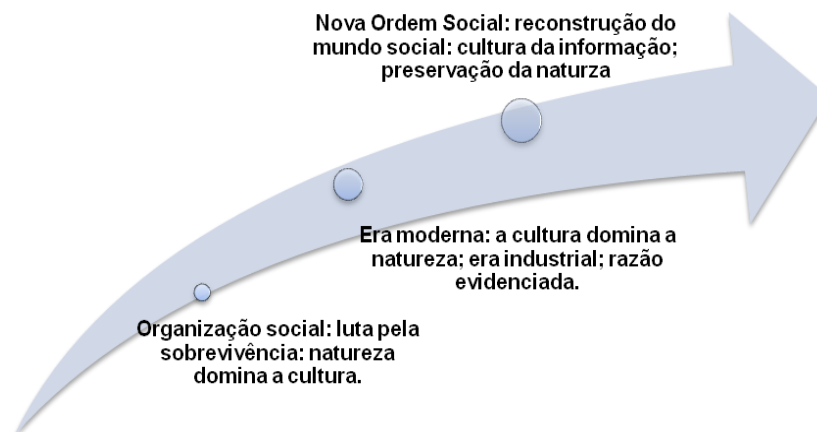
Os movimentos populares e ações coletivas contemporâneos, identificados por identitários e reivindicatórios, valem-se de processos de comunicação midiáticas, como a apropriação estratégica de tecnologias de informação. As coalizões grupais se dão a partir de identidades culturais, entrelaçamentos linguísticos e compartilhamento de ideias comuns.

Bourdieu (2001) faz uma crítica à mídia, à publicidade dos conteúdos dos movimentos sociais, no sentido de serem limitados no tempo e vê como indispensável, além das oportunidades midiáticas, o empreendimento mais duradouro de um trabalho temático mais incisivo. O autor entende que os aspectos comuns dos movimentos sociais exigem coordenação dos grupos para dispersar as ações individuais e as chamadas hoje, de comunicação multi-dimensional interativa, pelas características que possuem, têm função complementares aos interesses peculiares, principalmente quando se trata de movimentos sociais que envolvem diferentes nações. Atribui ao trabalho intelectual exaustivo às propostas de mudança no Estado, nos sindicatos e nos movimentos sociais, no sentido de superar as diferenças.

O crítico sugere que os movimentos sociais busquem ações que extrapolem a ação dos partidos e dos sindicatos, uma coordenação que organizaria encontros com vistas a elaborar objetivos, conjunto de ações para curto prazo, como também, elaborar programas de pesquisas, a partir de reuniões sistemáticas para discussão de questões de interesse geral, em longo prazo. O resultado seria a descoberta e elaboração de objetivos genéricos, adequáveis e aplicáveis às situações particulares.

Entende-se que diferentes mídias de comunicação, na história de formação dos grupos sociais, foram sendo usadas e se adequaram ao momento social, cultural e político da época. (Figura 10):

Figura 10: Formação de grupos sociais: da tradição sociológica a nova ordem social.



Fonte: elaborado por Vanildes Vieira da Cunha com o uso do software SmartArt.

A formação de grupos sociais foi evoluindo, tendo como “pano de fundo” a cultura informacional para a reconstrução do mundo.

Girardi Jr. (2007) faz registro da influência dos debates nos movimentos populares sobre a democratização e participação popular, expressos nos estudos latino-americanos de comunicação, nos anos de 1970-1980. O autor afirma que a expansão dos novos movimentos sociais deslocou pesquisadores da sociologia e antropologia para estudos urbanos e suas transformações político-econômicas da sociedade latino-americana. Nesse contexto, a própria mídia televisiva, radiofônica e impressa entra num processo de discussão sobre o papel dos meios de comunicação.

A nova ordem social, resultado da reconstrução do mundo social, instaura uma cultura da informação inovadora, acelerada, virtualizada, desterritorizadas e sem fronteiras, em que as tecnologias midiáticas interativas têm papel decisivo, principalmente quando se trata das mídias e redes sociais interativas.

Como estreitar as relações sociais, diversificar métodos de ação política, democratizar o poder dos agentes sociais na sociedade civil? O mundo sociocultural tem sido impactado por uma revolução simbólica que tem se efetivado pela invenção de tecnologias computacionais interativas que transcendem fronteiras geográficas e a temporalidade da comunicação.

A sociedade desde sua constituição nos primórdios dos tempos lidou com a questão da informação e comunicação nas interações sociais. O diferencial nos dias de hoje é o aspecto metodológico e as estratégias que se virtualizam a cada minuto, num movimento acelerado, o que faz com que a informação alcance seus destinos definidos ou não definidos, numa comunicação multidirecional, entre a maioria das mídias sociais. A partir da década de 90, a expansão da tecnologia da internet resultou também no efeito da globalização em todo o mundo, com suas contradições e benefícios.

A leitura que Castells (1999a) faz sobre a era da informação identifica processos políticos e sociais dicotômicos, iniciados nos anos 1960, estabelecidos nos anos 1990, que a partir dos anos 2000 tem encontrado não só pontos convergentes, mas estão inter-relacionados.

A inserção da tecnologia da internet como efeito da globalização favoreceu a abertura do comércio internacional, proporcionou crescimento acelerado, principalmente nos países pobres da Ásia, África, Rússia e América Latina. A população se tornou mais otimista com relação à perspectiva de vida, pode ter melhor acesso ao conhecimento e pertencimento a comunidade global. No entanto, os benefícios econômicos não foram tão promissores: houve aumento da população que vive na miséria, os ricos se tornaram mais ricos e os pobres mais pobres, o que evidenciou ainda mais a desigualdade social.

A revolução das tecnologias da informação suplantou a revolução industrial no sentido de sua importância na crise econômica do capitalismo e do Estado. O nascimento dos movimentos sociais, culturais, feminismo, de preservação ambiental, defesa dos direitos humanos, liberalidade sexual e os movimentos contra discriminação profissional, homossexualismo, degradação do meio ambiente, nos dias atuais, têm encontrado nas tecnologias de comunicação mecanismos de informação que agregam grupos em função de seus interesses temáticos.

A tecnologia da informação (TI), inicialmente usada como ferramenta estratégica de guerra, instrumento para o exercício do poder e de práticas culturais, vem ganhando maior funcionalidade não só na organização de atividades humanas, mas nas relações sociais e econômicas.

Recentemente, no Brasil, as redes sociais interativas foram alternativas, eficazes, como instrumentos estratégicos de comunicação política. Sob o olhar crítico, o uso das tecnologias

conectadas à internet, como capital cultural, pode preservar os direitos políticos, sociais e civis do estado democrático de direito no Brasil.

O que até então só interferia nos rumos das eleições, nas campanhas eleitorais, como “marketing” da política pode ter visibilidade no caso brasileiro, em que as tecnologias de informação, nas funcionalidades das RSI, deram uma nova operacionalidade aos movimentos populares. O movimento que circulou no ciberespaço proporcionou o retorno do povo às ruas, “lócus” de muitos encontros e discussões nas sociedades primitivas e com seu retorno na sociedade civil na pós-modernidade.

A TI propicia uma situação para a implantação do capitalismo informacional, para uma economia mundial comum, mas não determinante da sociedade, segundo Castells (1999b). As redes sociais interativas podem criar espaço para uma abordagem mais ampla da política na sociedade pós-moderna, no contexto da “cibercultura”²⁸ e facilitar as relações do homem no mundo, com suas influências na construção do pensamento coletivo e democrático.

Cada momento da história da TI teve a sua forma de intervenção histórica e cultural. O computador conectado à internet foi um marco, que na década de 1990 revolucionou o campo sociocultural, dando uma nova ordem social à humanidade direcionando, redimensionando a economia, o mercado e abrindo novos horizontes para os diferentes campos da sociedade, como a política, educação, além de promover relacionamentos sociais virtuais.

A concentração de diferentes tipos de capital econômico, político, militar, cultural, científico, tecnológico imprime o domínio simbólico, exercido pelo domínio das mídias manipuladoras, pela imposição das grandes agências internacionais e de seus opositores concorrentes. Assim, a Europa representada pelas empresas e organizações, liderou, em escala mundial, uma ação política, um movimento social, como entende Castells (1999b).

As características da revolução simbólica representada, nas tecnologias da informação, nas mídias sociais e redes sociais interativas, caracterizam-se pela desterritorização e intemporalidade. As relações são construídas com uma abrangência de fronteiras que permitem acesso quase que ilimitado e oportunidade para a recriação. O anônimo pode se tornar público e produzir uma repercussão inimaginável: um cidadão comum pode tornar-se uma celebridade por tempo indeterminado. Independe de competência técnica ou política,

²⁸ Cibercultura: é produzida com a interação de inteligências coletivas ao interagirem com as tecnologias disponíveis no ciberespaço. Fundamentação na obra “cibercultura” de Pierre Lévy (2003).

tecnológica ou científica, facilita um posicionamento nas relações sociais positivas ou negativas, por exemplo, uma mensagem postada no “Twitter”, “Facebook” e/ou “WhatsApp”²⁹.

A acessibilidade permite que as diferenças se tornem semelhantes, sistemas computacionais que atendem àqueles que possuem necessidades especiais, culturas diferentes, conhecimentos diferenciados. Não depende de educação escolarizada.

No entender de Castells (1999b), os movimentos populares são formados por ações políticas coletivas na esfera privada, constituídas pela adesão dos cidadãos para o confronto com as ações da esfera pública, em defesa de objetos temáticos de mobilização. Num movimento interacionista, a população pode adentrar em novas questões políticas, exercer a cidadania, com a estratégia das RSI.

Um movimento simultâneo à globalização da mídia é a expressiva expansão do rádio e da televisão, agregados às novas tecnologias de comunicação, pelo baixo custo da transmissão via satélite. Essa expansão se dá em nível local com compartilhamento de programas e vínculo com audiências de massa.

As mídias sociais são bens simbólicos, representações da realidade social, que vão sendo consumidos aleatoriamente e as suas mensagens não condizem com reais interesses da coletividade da sociedade civil. Observa-se na prática que esses bens simbólicos produzem esquemas mercadológicos selecionados, organizados, com mediação multimidiática, traduzidos de forma a persuadir o usuário consumidor, principalmente, na propaganda política.

Os produtores políticos identificam-se normalmente pela competição com o suposto interesse dos consumidores eleitores, pela indução do poder transformador de suas ações políticas, pela hipotética e miraculosa solução de problemas básicos, como educação, saúde, saneamento, associados às temáticas que melhor atraem seus seguidores.

As RSI permitem comunicar qualquer conteúdo informativo, sentimentos, imagens, sons, imagens, ideias, ideologias, sejam eles significativos ou não. Os conteúdos informativos são mais valorizados do que a técnica, uma vez que esta já foi criada, inovada, pode até ser

²⁹ WhatsApp: mensagens em tempo real pelo telefone, que permite a transferência de vídeo, áudio e imagens.

recriada. As mensagens dos conteúdos não permitem uma leitura subjetiva, como na arte, mas objetivadas pelos autores dos conteúdos informativos e pelas intersubjetivações dos leitores. Os cenários são interfaces que atraem ou não o usuário, navegador ou internauta.

Os movimentos sociais são o resultado de lutas e da preservação dos direitos humanos. Castells (2011) em seu livro “A questão urbana” apresenta pesquisas sobre movimentos sociais urbanos na região parisiense. Estuda a articulação entre luta urbana e luta política nos dois processos históricos: os “comitês de cidadãos”, em Quebec, em Montreal, e o movimento “pobladores”, no Chile.

Na relação da luta urbana e luta política, Castells (2011) apresenta duas experiências, uma em Quebec e outra no Chile. Em Quebec, os “comitês de cidadãos” que desenvolveram em Montreal um importante movimento, representado por bairros pobres, arruinados, em meio ao desemprego, doença, falta de equipamentos coletivos, por um lado, e ladeados de “animadores sociais”, pagos pela municipalidade de Montreal, que se prestavam a manipular as necessidades, por outro lado. O processo global das reivindicações urbanas consistia em radicalização das contradições estruturais e na exigência dos movimentos sociais em Quebec. Após a fase econômica das multinacionais norte-americanas, os “comitês de cidadãos” se defrontam com novos desafios: a crise da pequena-burguesia de Quebec e sua radicalização política; a crescente politização do mundo estudantil com relação às tendências nacionalistas e marxistas; a orientação de esquerda dos sindicatos de Quebec, a crise política e econômica, tendo como resultado o desemprego.

A luta urbana e a luta política não acontecem de forma isolada. É preciso intervenção organizada que dê conta de articulações com práticas políticas das massas.

O movimento dos “pobladores” no Chile, segundo Castells (2011), é um movimento constituído pelos “Comitês dos Sem-Habituação” e dos que à revelia, ocupam terrenos urbanos e constroem sua casa. Os “campamentos” se referem às unidades de habitação precárias, que são ocupadas ilegalmente, num movimento de invasão maciça, combinada, organizada previamente, no coletivo dos “Comitês Sem-Habituação”, com o diferencial das favelas que são formadas com ocupação lenta, nas periferias das grandes metrópoles. Nos “campamentos” existe uma organização interna, uma força e homogeneidade política e especificidade social.

Em resumo, Castells (2011) analisa os “campamentos” em dois níveis: forma da prática social no plano da existência material, como o modo de vida, a organização local e outros aspectos; e o modo de articulação do movimento dos “pobladores”, como as contradições sociais, no seu conjunto, o sistema de produção e as origens das lutas políticas.

Ao estudar sobre o poder da identidade, Castells (1999b) aborda os movimentos sociais contra a nova ordem global social. Registra que o movimento Zapatista foi o primeiro movimento de guerrilha informacional, destaca a milícia Norte-Americana e o movimento patriótico de 90, como armas contra a nova ordem mundial, fala sobre a ação do movimento ambientalista e sobre o movimento feminista com seus desdobramentos.

A nova ordem social atribui à tecnologia, ao poder, ao movimento da globalização e à informacionalização, o resultado dos avanços na capacidade produtiva, na criatividade cultural e potencial de comunicação entre as pessoas nos tempos de pós-modernidade. Os instrumentos tecnológicos de fluxo computacional da informação e da comunicação exercem poder sobre as instituições do Estado, as organizações e a sociedade civil como um todo, especialmente nas relações de trabalho, vida pessoal, economias, nos direitos, história, geografia, cultura, sentimentos e outras questões privadas e públicas, individuais e coletivas.

Na compreensão de Castells (1999b), os movimentos sociais, numa abordagem conceitual, devem ser considerados pelo significado e sentidos que os denominam. De acordo com suas características, segundo o significado que lhes imprimem como conservadores ou revolucionários ou outro atributo social reivindicatório. Considerando seus princípios, Castells (1999b) se apropria de três categorias de Alain Touraine: a “identidade do movimento”, o “adversário do movimento” e a “visão ou modelo social do movimento”.

Os estudos de Castells (1999b) sinalizam três movimentos opostos à nova ordem social, que nasceram de motivações, objetivos, identidades, culturas diferenciadas: os zapatistas, em Chiapas, no México; as milícias norte-americanas; e a seita japonesa “Aum Shinrikyo” que significa “verdade suprema”.

Menezes (In Kocher, 2011) fala do movimento Zapatista, como movimento social mexicano de origem camponesa, em sua maioria descendentes da civilização Maia, ligada às comunidades indígenas pobres, que lutam para preservar suas leis, costumes e direitos comuns. Castells (1999b) registra que os zapatistas, com situação social instável em relação

ao assentamento terra, sob constante ameaça dos latifundiários e governo, explorados por colonizadores, burocrata e colonos, se colocaram como opositores da política corrupta, da desigualdade econômica e provocaram uma crise no México, contudo, apresentaram propostas de reconstrução democrática com ampla discussão no país.

Em 1º de janeiro 1994, um grupo representativo indígena, armado levemente e organizado, assumiu o controle das principais cidades mexicanas e ao serem confrontados pelo governo, mesmo com baixas, alguns se refugiaram nas matas, outros foram presos. Resistiram, negociaram e tiveram como resultado o cessar-fogo, com libertação de prisioneiros de ambos os lados. Em 27 de janeiro de 1994, com a assinatura do “Cessar-fogo” pelo governo mexicano, se iniciou um processo de negociação, ampla discussão sobre a reforma política, os direitos dos indígenas e reivindicações sociais (Castells, 1999b).

A história do movimento Zapatista no México possui vieses diferentes, segundo Menezes (In Kocher, 2011), como um dos primeiros movimentos sociais de resistência ao neoliberalismo e o processo de globalização da economia mundial. O enfrentamento da hegemonia econômica internacional deixou as classes dominantes locais perplexas, contudo o movimento Zapatista logrou resultados desfavoráveis de dimensão internacional e não evitou o processo de globalização, a concentração fundiária no país, a privatização que desmantelou a economia, tornando vulneráveis as estruturas socioeconômicas do México, mas que diante dos ataques especulativos do capital financeiro foi apontado pelos Estados Unidos, como modelo para toda a América Latina.

A estrutura de valores dos zapatistas está fundamentada na continuidade da história de cinco séculos de luta contra a colonização e a opressão. Como rebeldes legitimados e democratas, objetivavam incluir os camponeses e indígenas no processo de modernização econômica do México, preservar a identidade indígena, o que favoreceu diversos grupos étnicos. A estratégia de comunicação bem sucedida dos zapatistas não foi mecanismo de guerra, contou com processos intelectuais na relação com a mídia e a internet, sendo considerados os pioneiros como grupo guerrilheiro informacional, com as estratégias das telecomunicações, vídeos e comunicação via computador. A mensagem midiática estabelecida como elo na comunicação autônoma alcançou abrangência nacional e internacional, por meio de textos bem redigidos, entrevistas marcadas e imagem caracterizada pela máscara e cachimbo (Castells, 1999b).

O que o movimento Zapatista denunciou foi o caráter antidemocrático e truculento dos governos neoliberais, com perdas fatais de camponeses em 1997, notícias divulgadas na mídia na época e que chocou a opinião pública internacional. No entanto, a luta Zapatista resultou em 1989 na organização do primeiro Congresso Indígena que mobilizou os intelectuais do mundo inteiro para os problemas sociais que afligiam as comunidades indígenas latino-americanas, assim como o resgate étnico-cultural dos povos pré-colombianos (Menezes In Kocher, 2011).

Os supostamente “patriotas” são movimentos sociopolíticos, enraizados na sociedade que suscita tensões na política. Não são considerados grupos terroristas, mas a ideologia e organização em facções autônomas, clandestinas se assemelham a eles. Agem pela visão interna do movimento, com atentados, roubos a banco, sabotagens em espaços públicos, transporte e atos de violência. As milícias norte-americanas se constituem de cidadãos armados, normalmente com armas de guerra, que se organizam com cunho de comando militar para defender seu país, sua religião e sua liberdade.

Tanto as milícias como os “patriotas” possuem diversas facetas, contudo compartilham objetivos crenças e inimigos comuns: (a) de modo geral, ambos são movimentos libertários; (b) além do governo como adversário, têm perspectivas de impedir na nova ordem mundial a instituição de um governo mundial; (c) mantêm resistência feminista, com o desdobramento do homossexualismo e minorias beneficiárias dos subsídios do governo; (d) são defensores incondicionais do movimento fundamentalista cristão, no sentido de atribuir às instituições da sociedade a tarefa de incutir valores cristãos e práticas de rituais (Castells, 1999b).

No Japão, o movimento da “Verdade Suprema” modela uma seita religiosa marginal japonesa que chamou a atenção da mídia e da opinião pública no binômio 1995-1996. A seita religiosa se situa na rede de negócios, organizações políticas e paramilitares, com a finalidade sobreviver ao apocalipse e salvar o Japão da nova ordem mundial imposta pelos Estados Unidos. Assim, os seguidores pensavam em formar um novo tipo de homem dotado de espiritualidade, para alcançar autoaprimoramento através da meditação e de exercícios, para obterem salvação, liberdade e felicidade verdadeiras. O movimento da “Verdade Suprema” é impactante na mídia e pelo uso eficaz da tecnologia informacional Castells (1999b).

Entre outros movimentos sociais recentes que foram mobilizados por redes sociais destacam-se o movimento dos indignados “Occupy Wall Street”, nos EUA e “Quinzzieme” na Espanha.

Nos registros de Alves (2013), em Portugal, a partir do resgate da democracia em 1974, os diversos movimentos sociais, de ênfase política, não articulam suas ações com a ação dos partidos políticos. Em 13 de março de 2011, 300 mil portugueses de diversas cidades, reuniram-se em manifestação no movimento denominado “Geração à Rasca”, para denunciarem as precárias situações de trabalho, após o anúncio do governo de José Sócrates, de pedido de resgate financeiro ao Fundo Monetário Internacional - FMI.

As estratégias dos manifestantes comunicarem suas ações coletivas foram as mídias sociais, a imprensa, a participação em debates televisivos, além da produção de conteúdos de autoria, divulgados nas redes sociais interativas.

Há uma política simbólica e um poder simbólico com o uso de tecnologias midiáticas, como o fax, o telefone e a internet, por grupos representativos dos movimentos sociais. Para determinados grupos, a internet é uma poderosa ferramenta de confronto, combate, instiga a violência, a criminalidade. Para outros, a internet é instrumento de luta para resgatar a dignidade humana, para reivindicar direitos civis, políticos e sociais.

Mesmo que haja lacuna entre teoria e prática, os movimentos sociais têm mudado os rumos das decisões políticas, contestado os atuais processos de globalização, provocado a participação popular e a opinião pública para ocupar espaço nos rumos políticos nacionais e internacionais. A abertura, o conhecimento, transparências das ações políticas dos movimentos sociais têm trazido desdobramentos sociais, econômicos, culturais e outras questões de interesse de toda humanidade.

O Estado e os governantes, mediante as reivindicações dos movimentos sociais, se tornam incompetentes para dialogar, para tratar a lógica do conflito do capitalismo global, da globalização como nova ordem social, do processo informacional, comunicacional e outras questões essenciais, para que os direitos dos cidadãos sejam atendidos, nas sociedades do estado democrático de direito.

Castells (1999b) considera provável que o movimento ambientalista seja o maior e mais influente movimento da contemporaneidade. A abrangência das situações ambientais, por exemplo, faz com que essa temática seja motivação para políticos, governos, instituições do Estado, para empresas, e está presente nas práticas e discursos individuais e coletivos. O ambiente da natureza é uma questão de sobrevivência da humanidade. O ar, o oxigênio, a

água, a botânica, os animais, os minerais, a geografia, todo o ecossistema, com suas diversidades sociais e culturais, em cada país, têm um potencial de utilização que, se não preservados, põem em risco a vida humana.

Os movimentos ambientalistas tipificam a preservação da natureza, defendidos pelos amantes da natureza; defesa do próprio espaço, em que a comunidade local prima pela qualidade de vida, pela saúde enquanto a contracultura, a ecologia profunda tem como adversários a tecnologia, o industrialismo e o patriarcalismo. O “Greenpeace”, para citar um movimento ambientalista, propõe a sustentabilidade, com a luta pela causa ecológica pelos internacionalistas; e “política verde”, representados por cidadãos que se opõem ao poder e se preocupam com proteção do meio ambiente (Castells, 1999b).

Os movimentos ambientalistas nos dias atuais não desprezam a estrutura e organização de base, contudo têm se valido das tecnologias da comunicação e das mídias da informação, como a internet para divulgarem suas ações.

Castells (1999b) faz uma referência ao movimento feminista, resultado dos movimentos sociais do final da década de 60 e 70, diferente dos movimentos políticos revolucionários e de trabalhadores que se caracterizam pelo contingente masculino. O movimento feminista foi um marco para construir e reconstruir a identidade feminina e trouxe ao debate outros contornos, como a questão da homossexualidade, a crise da família patriarcal, a inserção da mulher no mundo do trabalho, os direitos da mulher.

Os movimentos sociais têm potencializado a mídia da internet para propagar suas ações e atrair participantes de uma forma acelerada e significativa. A mídia não é neutra e os movimentos sociais são tendenciosos. As socializações das estratégias midiáticas da informática, assim com a função política interna e externa dos movimentos sociais, têm suscitado mudanças políticas, sociais, econômicas, culturais, sem precedentes. Habermas (2003) aponta os movimentos sociais como estratégias para impulsionar fluxos comunicativos na esfera pública.

As mudanças da ação coletiva e dos movimentos sociais vêm ocorrendo de forma significativa e com compartilhamento acelerado, tendo em vista a apropriação de mídias sociais inovadoras, como as redes sociais interativas. Uma nova dinâmica informal de organização não linear de alcance global, que contrapõe as tradicionais estruturas

centralizadoras dos movimentos sociais. Os atores políticos midiáticos são a coletividade e o poder se deslocou do sujeito para as mídias sociais, que se estabelecem pelo poder da abrangência da comunicação e da virtualização da informação.

Há registros, citados por Machado (2007), de alguns exemplos pertinentes a influência de mídias sociais na dinâmica dos movimentos sociais. A organização do protesto, mobilizado com uso da rede eletrônica “Move On.org, que reuniu nas ruas de Nova Iorque, no dia 15 de fevereiro de 2003, 250 mil manifestantes contra a guerra do Iraque. A Espanha, após o atentado do dia 11 de março de 2003, em Madrid traz outro exemplo de ação popular contra o governo. A revelia da pressão midiática do governo, as mensagens (SMS) agregavam-se aos tradicionais blogs e e-mails, com envio de foto sobre as manifestações, em tempo real, o que levou a bancarrota o candidato favorito nas eleições.

“A possibilidade de comunicação rápida, barata e de grande alcance faz atualmente da Internet o principal instrumento de articulação e comunicação das organizações da sociedade civil, movimentos sociais e grupos de cidadãos. A rede se converteu em um espaço público fundamental para o fortalecimento das demandas dos atores sociais para ampliar o alcance de suas ações e desenvolver estratégias de luta mais eficazes. Agrupando dezenas ou até centenas de organizações de diferentes portes e universos culturais, linguísticos e identitários diversos, com base na infraestrutura da rede mundial, elas conseguem agregar eficiente e eficazmente o descontentamento, para gerar amplas e complexas sinergias em ações globais” (Machado, 2007, p. 265).

As redes sociais por suas características de virtualização, desterritorização e tempo real, atualmente representam um marco na mudança da dinâmica de funcionamento das ações coletivas e dos movimentos sociais. O modelo hipertextual, intercambial, voluntário de comunicação é o diferencial entre outras mídias sociais.

Em suma, mídias sociais interativas contribuíram decisivamente para a ação coletiva em rede social, uma vez que podem formar grupo de pressão com interesse comum, troca de informações e apoio mútuo. As mídias sociais e a redes sociais são espaços públicos que viabilizam novas alternativas de comunicação política e promovem a educação política do sujeito na sociedade pós-moderna.

CAPÍTULO IV

O CASO BRASILEIRO DE 17 JUNHO DE 2013

Dar-se especial enfoque aqui, ao estudo metodológico do caso brasileiro de 17 de junho de 2013. Portanto, usou-se a narrativa dos antecedentes das situações que motivaram a deflagração de manifestações e seu ápice no dia 17 de junho, em que se evidenciou a virtualização da democracia participativa no Brasil e legitimou uma comunicação política inovadora, advinda da voz do povo, com o uso de redes sociais interativas. Buscou-se articular o discurso, a prática política e a leitura institucional para dar relevância aos fatos, no sentido sua importância para a legitimidade das redes sociais interativas como espaço público eletrônico da comunicação política cidadã.

4.1. Narrativa do movimento popular mobilizado por RSI: antecedentes de situações motivacionais latentes.

As manifestações aconteceram concomitantes ao início da Copa das Confederações - campeonato de futebol - que estava sendo realizada no Brasil. A abertura do evento se deu no dia 15 de junho de 2013, no Distrito Federal.

Na ocasião, ao abrir o evento, a presidente do Brasil Dilma Rousseff foi vaiada e a população deu o seu primeiro grito coletivo contra os gastos com a construção e reformas das arenas de futebol. Também protestou contra o aumento das passagens dos transportes públicos e privados. Em resposta, a presidente Dilma Rousseff afirmou em seu discurso, que tais gestos faziam parte do momento democrático e legítimo da sociedade brasileira.

A mídia registrou o acontecimento como: “O gigante acordou” – referindo-se à palavra “gigante”, usada no hino nacional “Gigante pela própria natureza”; “Vem, vem pra rua, vem” – grito com que os participantes convidavam aos que assistiam das janelas dos edifícios e de suas casas; chamamentos como “pisque a luz se nos apoia” – para aqueles que observavam das janelas das residências e edifícios comerciais; “tenho orgulho de ser brasileiro” e outras frases no sentido de pedir a redução de tarifas dos transportes, contra a corrupção, a impunidade às transgressões políticas, principalmente, melhorias na saúde, educação, transportes, nos serviços públicos e outras demonstrações de insatisfações.

Embora a insatisfação da população veiculada na mídia estivesse ocorrendo de forma isolada, sendo gradativamente denunciada, na primeira quinzena de junho foi tomando um rumo

inesperado, sem planejamento, organização, pauta, mas com mobilização feita pelas redes sociais da internet.

Foi um movimento popular atípico de manifestação coletiva nas RSI, mobilizando um número expressivo da população. Estima-se em 300 mil a adesão inicial, rápida e crescente da população à manifestação popular em todo o Brasil.

As passeatas reuniram pessoas de todas as classes e idades, especialmente jovens estudantes, nos principais centros urbanos do país como o Distrito Federal e as capitais mais importantes do Brasil, como: São Paulo - São Paulo, Rio de Janeiro-Rio de Janeiro, Belo Horizonte - Minas Gerais, Salvador-Bahia, Vitória - Espírito Santo, Fortaleza-Ceará, Florianópolis - Santa Catarina, Curitiba-Paraná, Porto Alegre - Rio Grande do Sul, que foi uma das primeiras capitais a se manifestar contra o aumento das tarifas dos transportes, em março de 2013.

Observou-se um grito coletivo nas ruas contra a injustiça social, a falta de atendimento ao bem-estar social da população, oprimida pela violência simbólica da corrupção, serviços públicos de má qualidade. A forma de livre expressão congregou a população que reivindicava melhorias nas situações cotidianas, como transporte, educação e saúde e não aceitação de partidos políticos como seu porta-voz.

Os cartazes expressavam as vozes dos manifestantes, seus sentimentos e inquietações e fortaleciam o movimento. As mensagens davam visibilidade para a indignação contra a impunidade parlamentar, a inflação, mais verbas para educação, saúde, segurança, excessivos gastos com as arenas esportivas, contra a votação da Proposta de Ementa à Constituição (PEC 37)³⁰, que tiraria o poder investigativo do ministério público, que estava para ser votada na semana seguinte à manifestação.

Para somar as vozes da opinião pública no Brasil, outros brasileiros que residiam ou estavam em vários países expressaram seu apoio ao movimento, saindo às ruas, como veiculado pelas mídias televisivas, radiofônicas e internet.

Houve alguns constrangimentos no final do movimento do dia 17 de junho: a ação de uma minoria caracterizada, pelas autoridades e mídia como vândalos³¹ depredou, pichou e tentou invadir patrimônios públicos, como prefeitura e teatro municipal em São Paulo; Paço

³⁰ PEC 37: Proposta de Ementa à Constituição que limita o poder investigativo do Ministério Público.

³¹ Vândalos: grupos identificados em momento posterior, como Black blocs.

Imperial³², Assembleia Legislativa no Rio Janeiro. Ocorreram furtos, saques em estabelecimentos comerciais, incêndio de carros, ônibus, depredação de composição de trens, fechamento de pontes de acesso a cidades metropolitanas como Florianópolis, em Santa Catarina, depredação ao prédio do ministério público, entre outras.

Sociedade e governantes, principalmente, impactados pela mobilização pelas redes sociais e pelo número expressivo de manifestantes nas ruas das capitais do país e cidades periféricas aos centros urbanos, impeliram a Presidente Dilma Rousseff a tomar iniciativas, e posteriormente, governadores e prefeitos também, para minimizar as tensões mais urgentes.

Tais acontecimentos provocaram desdobramentos a partir de 18 de junho de 2013, em função da crise instaurada na sociedade civil brasileira. No dia 18 de junho, a presidente Dilma Rousseff, em um evento reportou-se às manifestações, referindo-se a elas como sendo parte do processo legítimo e democrático.

A mobilização da população feita por redes sociais interativas em um primeiro momento deixou os poderes executivos, legislativos e judiciários inertes, em estado de perplexidade, segundo os comentaristas políticos. A presidente da república e principalmente, os governadores do Estado do Rio de Janeiro, e do Estado de São Paulo, entre outros governantes, num segundo momento, entre 17 a 19 de junho, em situações informais, continuavam na afirmativa, por meio de mídias sociais, televisão, rádio e jornais, que as manifestações faziam parte de um momento democrático e legítimo de livre expressão e manifestavam desaprovação contra os atos de vandalismo, com confronto da força policial nas manifestações.

³² Paço Imperial: Espaço arquitetônico privilegiado, o Paço Imperial tornou-se, desde a sua restauração na década de 80, um Centro de Exposições e Eventos que preserva a memória histórica e incorpora as inovações de nossa cultura.

Construído em 1743, foi usado primeiramente como Casa dos Vice-Reis do Brasil. Com a chegada da corte de D. João VI ao Rio de Janeiro, e a elevação da colônia à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves, o Paço se transformou em sede dos governos do Reinado e do Império. Após a Proclamação da República, nele foram instalados os Correios e Telégrafos. Em 1938, foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e hoje é um dos marcos da história cultural do Rio de Janeiro. <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15504&retorno=paginaIphan>

No dia 19 de junho de 2013, em meio às manifestações e tumultos de uma minoria de vândalos, os governantes das principais capitais do Brasil se pronunciaram em entrevistas informais veiculadas na televisão, jornais e internet, dando apoio às manifestações e repudiando os atos que estavam interferindo na ordem pública. E algumas medidas foram tomadas como, por exemplo: em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte e Distrito Federal as tarifas dos transportes públicos foram reduzidas. Inclusive, o governador e prefeito de São Paulo abriram diálogo com as lideranças do Movimento Passe Livre – MPL -, assim denominado os representantes do grupo que primeiro saiu às ruas para reivindicar a redução das passagens. Ação, que para alguns analistas sociais e comentaristas midiáticos, a medida foi um pouco tardia tendo em vista os questionamentos que a sociedade já vinha fazendo desde o princípio do mês de junho, mês em que quase todas as passagens foram aumentadas. Mesmo com a redução das passagens dos transportes, os manifestantes mantiveram-se nas ruas para que outras reivindicações fossem atendidas e/ou tivessem perspectivas de atendimento.

No dia 20 de junho de 2013, as manifestações em nível nacional previstas com hora marcada para as 17 horas – hora de Brasília - foram mobilizadas por redes sociais interativas, divulgadas pelas mídias sociais. Foi decretado ponto facultativo pelos governos municipal, estadual e federal, em diversos setores públicos, por conta da Copa das Confederações, foi o que justificaram os governantes. A convocação obteve resposta, com adesão de aproximadamente 120 cidades da federação totalizou uma média de um milhão e duzentos mil manifestantes entre estudantes, população, algumas classes de trabalhadores e grupos representativos de movimentos sociais.

As passeatas sem roteiro pré-determinado levaram à ocupação das principais capitais do Brasil, tais como: Distrito Federal, Rio de Janeiro-RJ, São Paulo-SP, Belo Horizonte-MG, Recife-PE, Vitória-ES, Salvador-BA, Manaus-AM; Belém-PA; Campo Grande- MGS; Florianópolis-SC e outras capitais dos estados da federação.

Ampla cobertura de mídias tradicionais de comunicação como jornais, revistas, rádio, televisão, como também nas redes sociais interativas revelou o inusitado do acontecimento e sua importância para o país.

No dia 20 de junho houve comemoração da conquista da redução das passagens dos transportes, repúdio a alguns integrantes de partidos políticos que tentaram se inserir no

movimento, mas houve entendimento para que pudessem acompanhar o movimento à margem, sem muita evidência.

Os manifestantes como em um coro gritavam palavras de ordem: “sem violência”, “sem partido”, quando, por exemplo, alguns poucos militantes de partidos, inclusive do Partido dos Trabalhadores, partido da Presidente da República, levantavam suas bandeiras. Os manifestantes repudiaram a vinculação dos partidos às manifestações por se posicionarem que o movimento era de iniciativa popular sem mediação dos partidos e dos políticos. Foram estabelecidos acordos verbais entre os manifestantes os militantes de partidos para que acompanhassem o movimento com discrição.

Acompanharam as manifestações grupos indígenas e representantes de movimentos sociais de diversos interesses, representantes de diferentes classes profissionais. Contudo, apresentava-se uma minoria de vândalos, após períodos de três a quatro horas de manifestação pacífica.

Alguns prefeitos e governadores, na análise subjetiva, movidos pelo constrangimento foram se posicionando, com discursos evasivos, embora não tivessem soluções objetivas, concretas para as situações-problemas instauradas pela sociedade civil. A presidente da república, ao cumprir sua agenda em eventos, posicionava-se, considerando os movimentos como oportunidade pacífica de expressão da vontade popular, repudiando a atitude da minoria que vandalizava os patrimônios públicos e privados.

Os governantes estaduais e municipais reconheciam que era preciso usar formas de controle para todos que infringissem a segurança da população com ações desmedidas.

A segurança aos manifestantes fazia-se por intervenções policiais nos casos em que excediam as manifestações individuais ou coletivas e que interferiam na ordem social. A força policial empreendida foi duramente criticada pelas ações coercitivas sobre indivíduos e grupos, muitos deles atingidos por “bala de borracha” e gás lacrimogêneo, como mostraram as imagens dos acontecimentos.

Vândalos, assim qualificados pelas autoridades governamentais e de segurança pública, em diversas capitais e cidades continuaram tentando invadir espaços públicos, como prefeituras, palácios de governos e pontes como a “Costa e Silva” que dá acesso à cidade do Rio de Janeiro e municípios periféricos de regiões oceânicas e serranas do Estado do Rio de Janeiro, espaços privados, como estabelecimentos comerciais, agências bancárias, incêndio de ônibus,

cabines de pedágio, entre outros. No momento de tensão extrema entre comportamentos antissociais agressivos e a polícia local foram feitos registros de muitas chamadas da população para atender as ocorrências de ações criminosas.

No dia 20 de junho, a Presidente cancelou viagem ao exterior e convocou ministros para uma reunião no dia 21 de junho de 2013. A reunião durou quase todo o dia e, no final da tarde, anunciou-se um pronunciamento que foi feito em rede nacional de rádio e televisão, com publicação do texto falado, no portal oficial da presidência da república e amplamente divulgado pela mídia, na internet.

Os pontos relevantes do pronunciamento da presidente Dilma Rousseff, relacionados às manifestações podem ser sintetizados com as seguintes afirmativas: “a minoria não pode manchar um movimento pacífico e democrático”; “as manifestações trouxeram importantes propostas de mudanças”; “a voz da rua precisa ser ouvida e respeitada”; “a lei de acesso à informação foi decretada no meu governo”; “é a cidadania e não o poder econômico que assegura a democracia” (Rousseff, 2013).

No dia 21 de junho alguns acessos intermunicipais foram bloqueados, como ao aeroporto em São Paulo, em rodovias interestaduais de grande fluxo no país, como Anchieta, Regis Bittencourt, por exemplo. Os bloqueios duravam algumas horas até que a intervenção policial os eliminasse.

A restauração e limpeza das pichações dos monumentos públicos foram feitas pelos serviços públicos e privados quando era o caso. Nos dias subsequentes era comum ver tapumes nas fachadas das lojas, dos bancos, dos prédios públicos e privados que foram depredados.

Categorias de trabalhadores, como os metalúrgicos da cidade de Mooca, no Estado de São Paulo, professores municipais, estaduais e federais, médicos se agregaram aos manifestantes.

No dia 21 de junho, os líderes do Movimento Passe Livre (MPL) usaram a mídia televisiva para comunicar que não mais convocariam os manifestantes, nos dias subsequentes, uma vez que a reivindicação tinha sido atendida, mas que na semana seguinte fariam uma reunião para avaliar o movimento e discutir outras melhorias em relação ao transporte e formas culturais. Reafirmaram que não eram contra os partidos políticos, mas que o movimento era apolítico e todos teriam liberdade de participação.

Nos dias 22 e 23 de junho quase todas as capitais da federação e diversas cidades continuaram nas ruas com protestos, reivindicações de interesse nacional e regionais. Ainda houve fechamento das principais rodovias, estradas interestaduais e intermunicipais, alguns acessos a portos e aeroportos. As ações foram acompanhadas pela polícia militar, rodoviária ou federal, de acordo com as especificidades das situações. Os casos que ameaçavam a ordem e segurança da população ou enfrentamento aos policiais eram repelidos com força policial e lançamento de bomba de efeito moral, “bala de borracha” e gás lacrimogêneo. Houve acidentes e incidentes tanto da parte da população, como de manifestantes, policiais e trabalhadores, como jornalistas e repórteres.

Em meio a esses desdobramentos destaca-se a conclusão do julgamento, condenação e prisão de integrantes do “mensalão” _ nome dado ao escândalo de corrupção política caracterizado por compra de votos de parlamentares, ocorrido no Brasil em 2005-2006. Do ponto de vista de ações institucionais, levadas a cabo pela presidência, podem-se citar os compromissos – ou apenas anúncios - de promover a reforma fiscal e partidária, investir mais na educação e saúde por meio dos royalties do petróleo.

As manifestações foram arrefecendo aos poucos, com redução dos manifestantes, os governantes voltaram à rotina de seus mandatos e aparentemente se esqueceram das promessas de mudanças. No entanto, ficou marcante a nova forma de mobilização virtual, reunindo núcleos de interesses comuns, sem coação, mas agregando-se com base na interação social e reinventando uma nova cultura de participação política. A informação virtual levou o povo às ruas. O novo espaço virtual das RSI mostrou-se importante para a comunicação política, absorvendo um universo de abrangência ilimitada, imprevisível, multidimensional.

No dia 22 de junho foi publicada uma matéria no Jornal do Brasil informando que a Agência Brasileira de Inteligência³³ - ABIN - passava a monitorar informações das redes sociais com

³³ ABIN: a Agência Brasileira de Inteligência “começou a monitorar as redes sociais na Internet com o intuito de manter o governo informado sobre manifestações e movimentos organizados.” A finalidade, segundo a agência, não era “espionar as mobilizações feitas pelo país ou seus organizadores, mas dar apoio ao executivo nas questões de segurança, principalmente com a proximidade dos grandes eventos internacionais que o país vai organizar. O monitoramento da Abin pretende mostrar os rumos dos movimentos sociais que são organizados pelas redes na Internet e apontar caminhos para que o governo possa interagir com seus organizadores.” “A Abin não é a primeira agência de inteligência no mundo a criar uma rede de monitoramento da internet. A Agência de Inteligência Central dos Estados Unidos - CIA, na sigla em inglês - talvez seja o órgão mais famoso do mundo em se tratando de espionagem e ações secretas. Diferente da Abin, a CIA recentemente esteve envolvida em polêmica quando um ex-funcionário revelou um esquema no qual a agência vinha monitorando secretamente mensagens de e-mails e até de telefones de milhões de usuários. Outra rede muito conhecida é a da

o objetivo de identificar os rumos dos movimentos sociais, não se propondo a espionar, mas acompanhar por questões de segurança, aqueles que são organizados na internet.

No dia 23 a presidente Dilma Rousseff anuncia um encontro de emergência com os líderes do Movimento Passo Livre (MPL) e outro com os governadores e prefeitos das capitais, para o dia 24 de junho, cumprindo o que havia declarado em seu posicionamento no dia 21 de junho, em relação à construção de um pacto.

Ainda em 23 de junho, a presidente Dilma anuncia a realização de plebiscito³⁴ que ganhou fórum de discussão junto ao poder executivo, poder judiciário, organizações não governamentais, como Ordem dos Advogados do Brasil – OAB -, analistas políticos, professores universitários no campo das ciências sociais e do direito, a mídia e jornalistas³⁵ sobre a questão. Há contestação em relação ao plebiscito proposto pela Presidente e a sugestão de referendo foi apontada por juristas, parlamentares. Foram levantados questionamentos pela OAB sobre a proposta de plebiscito para tratar apenas da reforma política. No entanto, nem o plebiscito nem o referendo aconteceu

No dia 24 de junho, a Presidente reuniu-se³⁶ com os governadores e prefeitos e com os líderes do MPL e no final do dia anunciou cinco pactos: responsabilidade fiscal e controle da

MI-6, do Reino Unido, mas que realiza trabalho em todo o mundo, que ficou famosa por causa do filme James Bond.” E-Jornais. Acedido outubro, 12, 2013 em http://www.ejornais.com.br/jornal_do_brasil.html.

³⁴ Plebiscito: quando consulta o povo através de pergunta (s) ao povo, o povo responde e o Legislativo elabora o projeto-lei.

³⁵ Exemplos de algumas notícias veiculadas em jornais online no dia 24 de junho: Jornal online O Globo: Acedido em junho 24, 2013 em http://www.ejornais.com.br/jornal_o_globo.html: “Constituinte específica para reforma política é contestada por ministros do STF e especialistas”.

Folha online: Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e especialistas em direito constitucional contestam a proposta da presidente Dilma Rousseff de criar uma Assembleia Constituinte para fazer a reforma política. No mundo jurídico, a interpretação é de que não existe Constituinte específica para tratar apenas de um assunto. Se ela fosse criada, estariam abertas as portas para a mudança de toda a Constituição Federal. Em entrevista concedida ao site Migalhas em outubro de 2011, Luís Roberto Barroso, que vai tomar posse como ministro do STF amanhã, afirmou que não há limite de assunto para uma Constituinte.

Não é possível, a teoria constitucional não conseguiria explicar uma Constituinte parcial. A ideia de Poder Constituinte é de um poder soberano, um poder que não deve o seu fundamento de legitimidade a nenhum poder que não a si próprio e à soberania popular que o impulsionou. De modo que ninguém pode convocar um Poder Constituinte e estabelecer previamente qual é a agenda desse Poder Constituinte. O Poder Constituinte não tem agenda pré-fixada — afirmou. Folha online. Acedida junho, 24, 2013 em http://www.ejornais.com.br/jornal_folha_online.html.

³⁶ Síntese da reunião publicada no Jornal Correio Braziliense: na “reunião com governadores e prefeitos no Palácio do Planalto, a presidente Dilma Rousseff defendeu que seja feito um plebiscito para discutir a criação de uma constituinte exclusiva para fazer a reforma política no Brasil. Ela também se disse favorável à formulação de nova legislação que classifique a corrupção dolosa como crime hediondo. O combate à corrupção e à reforma política são duas das principais bandeiras levantadas nas mobilizações que tomaram o país desde o início do mês

inflação; reforma política; saúde; transporte público e educação. O presidente do Senado, Renan Calheiros, mencionado nas manifestações por impunidade à corrupção, fez um pronunciamento com medidas de urgência e anunciou uma série de projetos para ser votada nos quinze dias subsequentes inclusive a reforma política que há quinze anos tramita no Senado³⁷.

Ainda no dia 24 de junho foi publicada em diferentes mídias sociais e redes sociais a deflagração de uma greve geral, comandada pela Central de Trabalhadores, nomeada de dia de luta, dia 11 de julho do ano de 2013. Observou-se que o movimento de 17 de junho revelou a rejeição da população ao poder simbólico instituído e institucionalizado.

O movimento ficou enfraquecido, sem representatividade e com pouca repercussão, o que sinaliza que naquele momento de manifestação popular, o poder institucionalizado não estava em consonância com as motivações da população.

Esse movimento popular, no entanto, trouxe os governantes para as ruas, não no sentido literal de ocupação do espaço geográfico, mas para os espaços simbólicos das ruas. A princípio, com certa cautela, buscavam entender as mensagens, que surpreendiam por seu caráter reivindicatório, num momento em que os governantes não reconheciam que o país estava em crise e que o povo brasileiro denunciava a sua insatisfação.

Assim, paralelamente à Copa das Confederações, em junho de 2013, no Brasil, o movimento popular marcou a vitória deflagrada nas redes sociais interativas, no dia 17 de junho de 2013, dia da mobilização da população nas ruas, com mais de um milhão e duzentos mil de manifestantes.

e conseguiram levar mais de um milhão de pessoas às ruas na última quinta-feira (20/6), Dia Nacional de Lutas. No discurso desta tarde, Dilma propôs a formulação de cinco pactos: responsabilidade fiscal e controle da inflação; reforma política; saúde; Transporte público e educação.”

... “A presidente anunciou a criação do Conselho Nacional de Transporte Público, com participação da sociedade civil, para tornar mais transparente e permitir um maior controle social das passagens. Ela disse que no passado houve uma “incorreta opção por não investir em metrô” e defendeu que esse tipo de transporte, os VLTs (Veículos Leves sobre Trilhos) e os corredores exclusivos de ônibus sejam priorizados. Ao tratar das exonerações que beneficiam a mobilidade urbana, a presidente afirmou que haverá mais R\$ 50 bilhões para novos investimentos em obras nessa área. Jornal Correio Brasiliense. Acedido junho, 25, 2013 em http://www.ejornais.com.br/jornal_correio_brasiliense.html.

³⁷ Até a finalização desta tese as questões continuam hibernadas. O senador Calheiros não fez nenhuma referência a sua própria situação levantada na manifestação, em suas aparições públicas

4.2 A comunicação política e a virtualidade da democracia participativa no Brasil.

A deflagração do movimento popular em 17 de junho de 2013, mobilizado por redes sociais interativas, acarretou tensões nas ações governamentais, impactou o cenário sociopolítico e imprimiu um marco histórico na sociedade civil brasileira.

A partir do cenário construído observou-se a efetiva participação política dos brasileiros e perspectivas para a reconstrução de sua identidade, pautadas nos princípios constitucionais de um Estado Democrático de Direito.

Bourdieu (2010) explica a realidade do mundo social com suas representações e símbolos, expressos no exercício de poder, de forma quase invisível, mas legitimado nas práticas políticas e pressões econômicas.

O poder simbólico esteve sempre presente nas relações sociais. Os instrumentos de conhecimento e de comunicação foram sendo criados, aperfeiçoados, de acordo com a necessidade de cada grupo, configurando diferenças e dando origem à formação de classes sociais. Entende-se que poder simbólico é um poder invisível por quem o exerce e por quem está sujeito a ele. Ele é ignorado, despercebido, irreconhecível, mas legitimado por interesses diversos.

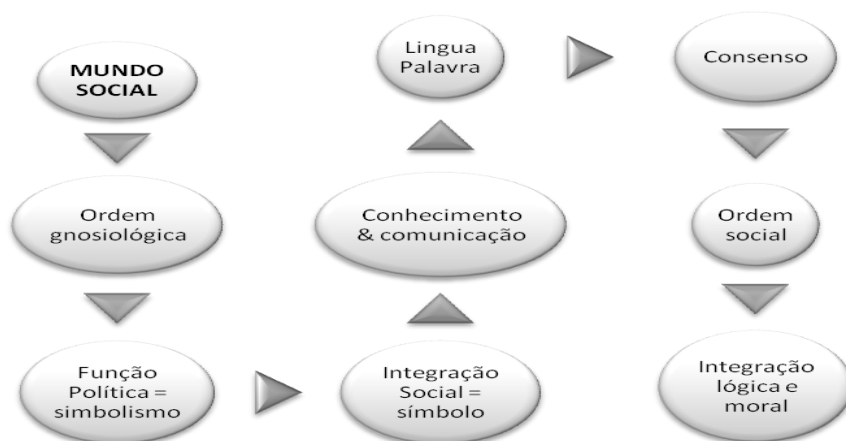
Sobre o poder simbólico Bourdieu (2010) aponta quatro abordagens: a primeira imprime na arte, na religião, na língua, principalmente, um procedimento metodológico de “estruturas estruturantes”³⁸ no modo de agir, operar, executar uma atividade, para a construção simbólica do mundo, de acordo com a tradição neokantiana. As subjetividades grupais formam um consenso fundamentado nas objetividades do sentido do mundo: o senso é igual ao consenso.

A segunda abordagem trata de “sistemas simbólicos” como “estruturas estruturadas” que permitem uma análise estrutural ao considerar o poder simbólico, a partir de uma ordem gnosiológica, que significa uma consonância entre inteligências que atuam como instrumento de integração social, por meio da língua, da palavra. A ordem social pode ser reproduzida através do consenso do significado do mundo social tendo com estratégias o conhecimento e a

³⁸ Estruturas estruturantes: em determinado campo os sistemas simbólicos são constituídos de capital simbólico como, por exemplo, a linguagem. As diferentes formas de linguagens formam universos simbólicos diferenciados e servem como instrumento para objetivar o mundo social. Assim, o conhecimento é construído pela ação da linguagem, da língua, da arte, da cultura sobre o objeto, dinamizando a relação das trocas simbólicas num processo de interação consensual de inteligências multifacetadas.

comunicação. Observa-se na Figura 11, a forma linear de construção dos “sistemas simbólicos” como organizações estruturantes:

Figura 11: Fluxo da construção dos “sistemas simbólicos” como organizações estruturantes.



Fonte: elaborado por Vanildes Vieira da Cunha, com o uso de elementos gráficos eletrônicos “SmartArt”.

Nota: o tamanho e formato dos círculos não constiuem interferência na interpretação, apenas efeito estético de organização das palavras.

Há evidências da articulação entre as relações de comunicação e relações de poder expressas na forma e no conteúdo do acumulado pelas instituições ou agentes. Os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política enquanto instrumentos entruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento, ao impor e legitimar a dominação, para exercício da “violência simbólica” na domesticação dos dominados.

Na terceira abordagem as “produções simbólicas” são consideradas como instrumento de dominação. Fundamenta-se em Marx (Bourdieu, 2010) que em detrimento da ordem gnosiológica e de uma estrutura lógica, dá ênfase às funções políticas dos “sistemas simbólicos”. Essa visão funcional marxista sinaliza que as “produções simbólicas” estão atreladas aos interesses das classes dominantes.

A cultura dominante, por exemplo, fortalece a integração e a comunicação da própria classe, que representa um conjunto de agentes dominantes, diferenciando-a das outras classes. Sob o pretexto de definir o mundo social, as diferentes classes e frações de classes, as dos

intelectuais, por exemplo, confrontam-se, posicionam-se no patamar de suas ideologias e reproduzem, transformam as posições sociais.

Os embates simbólicos das classes pela hegemonia do poder se dão na visibilidade do cotidiano ou por representantes na luta travada, que agem exaustivamente como produtores: impõem, inculcam instrumentos de conhecimento e de expressão, antagônicos com a realidade do mundo social.

A comunicação deixa de ser instrumento integrador para propiciar um distanciamento entre a cultura dominante e a cultura dos dominados e legitimar a distinção de classes.

Bourdieu (2010) vê a comunicação como relação de poder imposto pelo “capital simbólico” acumulado pelos agentes: a classe dominante que detém o poder do “capital econômico” legitima a sua dominação por meio da “produção simbólica”, que é um instrumento de luta simbólica entre as classes, sob a forma de “violência simbólica”. (Figura 12):

Figura 12: Movimento cíclico de “produção simbólica”.



Fonte: elaborado por Vanildes Vieira da Cunha, com o uso de elementos gráficos eletrônicos “SmartArt”.

A quarta abordagem dá legitimidade aos “sistemas simbólicos” por reproduzirem a estrutura do campo, espaço de objetivação das relações das classes sociais em que se opera a distribuição das diferentes formas de capital: cultural, econômico, simbólico, como dominações estruturantes que se valem de diferentes universos simbólicos, como a arte, linguagem, ciência e religião, como instrumentos de conhecimento e construção social do

mundo. E dominações estruturadas representadas pelos especialistas, que em posse da língua, materializada pela palavra, exercem poder hegemônico.

Assim, os sistemas simbólicos como instrumentos de conhecimento e comunicação exercem poder de estruturas estruturantes porque são estruturadas: têm poder de construir a realidade pelo consenso de inteligências, pelo compartilhamento social. Os sentidos idealistas e objetivo do mundo estão na concordância das subjetividades estruturantes o que leva o senso a se igualar ao consenso. Os sistemas simbólicos como estruturas estruturadas, como a língua, que é estruturada para dar sentido e som à palavra, funcionam como comunicação para a integração social na construção da realidade do mundo. (Bourdieu, 2010).

Com base nas abordagens realizadas por Bourdieu sobre o “poder simbólico” pode-se fazer uma releitura das mensagens que, de certa forma, ajudariam a compreender a dinâmica dos movimentos sociais, especialmente do ocorrido em junho de 2013.

Sem a participação de lideranças políticas ou de lideranças organizadas para realização das manifestações, a população pouco a pouco foi se juntando e espontaneamente, ostentando cartazes com frases significativas de chamamento, reveladoras do desejo de se libertar do poder simbólico das forças políticas hegemônicas.

O chamamento “Vem pra rua!” caracterizou o movimento em si, convocando a todos a participar das reivindicações que viriam em seguida e principalmente da insatisfação de que era portadora a população, até então silenciosa e aparentemente apática aos desacertos políticos, à falta de compromisso público dos políticos e governantes.

Essa convocação passou a ser o grito de guerra do movimento e convite realizado pelas redes sociais interativas. (Figura 13):

Figura 13: O grito de guerra.



Fonte: Google, 2013: visualização original.

A conduta não ética ostentada por boa parte dos agentes públicos e representantes políticos contribui para acentuar a falta de confiança nas instituições e faz com que a população não se veja representada por eles e indica o desencantamento com o sistema político e de governança.

Uma das peculiaridades do movimento foi a rejeição aos partidos políticos e a não aceitação de suas bandeiras infiltradas nas passeatas. A mensagem “Meu partido é meu país” explicita que naquele momento o movimento popular não deseja nenhuma identidade partidária, pelo contrário, a repelia. (Figura 14):

Figura 14: Rejeição aos partidos.



Fonte: Google, 2013: visualização original.

A mensagem contida na figura 14 expressa a manifestação consciente de que os políticos integrantes dos partidos agem, regra geral, impelidos por interesses fisiológicos, sem fundamentação ideológica e tratando o bem público como se particular fosse. Em um país com 28 partidos, não é possível reconhecê-los nem por seus programas, nem por seus representantes, que não ostentam fidelidade partidária, trocando de filiação sempre que têm seus interesses contrariados ou que vislumbram possibilidades pessoais mais favorecidas em outros partidos. Assim, o único partido com legitimidade é o próprio país.

O poder político invisível que se instaurou no Brasil, não foi obstáculo para que o movimento popular constituído por eleitores, que ainda davam crédito aos governantes através do voto, expressasse os desmandos da política.

O “Brasil nas ruas”, acordado, clama por justiça. Dá-se um basta à espera pacífica de que as situações se resolvam por si. O grito de gerações “Acorda Brasil” mostrou que o país - gigante dormindo em berço esplêndido - como se louva no Hino Nacional Brasileiro, precisa acordar. (Figura 15):

Figura 15: Acorda Brasil.



Fonte: Google, 2013: visualização original.

Em 17 de junho de 2013, o movimento popular mobilizado por tecnologias inovadoras, pelas redes sociais interativas, mostrou-se capaz de reunir uma população expressiva e representativa da nação brasileira, em uma relação consensual compartilhada. Percebeu-se

que o poder simbólico, em uma sociedade informatizada, regida pela comunicação, pode se desvincular da hegemonia do poder do capital econômico e da força política.

A manifestação de junho de 2013 promoveu o encontro de gerações, sem precedentes, para uma comunicação política mobilizada pelo consenso do significado da realidade social vivida: “Os jovens de 1968 apoiam os jovens de 2013” (Figura 16). Os jovens que queriam mudar o mundo, em 1968, que lutaram contra o regime militar no Brasil, talvez tivessem ambições mais cosmopolitas, enquanto os de 2013 têm um olhar mais específico para seu próprio país, no entanto, ambos se reconhecem: “Olha, eu queria dizer uma coisa.” “Acho que jogaram mentos na geração coca-cola”. “E não poderia estar mais lindo! Continuemos assim.” É a comunicação como instrumento integrador, favorecendo a interlocução entre as gerações.

Figura 16:

Figura 16: A participação política identifica novas gerações.



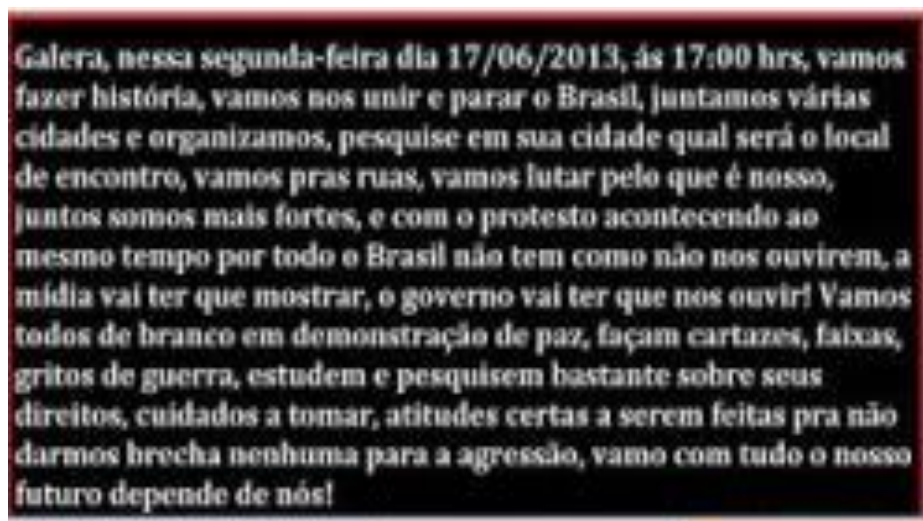
Fonte: Google, 2013: visualização original.

A luta da população pelo direito social se deu a partir do repúdio ao poder simbólico, como mecanismo de opressão do povo, da ameaça ao direito social do trabalho e da violação dos princípios éticos.

Nas mensagens dos cartazes, o poder simbólico invisível se tornou visível através da escrita, como bem cultural de comunicação, para a preservação de valores éticos, como legitimação do grito de todos. Não há como não ouvir, se todos, desde os habitantes dos grandes centros até os dos menores rincões do país, se unirem e se manifestarem em uma voz uníssona,

fazendo valer inclusive a imagem – “cada um vá vestido de branco” – para que o recado seja interpretado sem ruído: somos da paz, mas somos fortes! (Figura 17):

Figura 17: O poder da comunicação.



Fonte: Google, 2013: visualização original.

Às manifestações populares foram se agregando categorias profissionais várias, como a dos professores estaduais e municipais, em diferentes estados e municípios do Brasil, que estavam em greve: “Professor te desejo um salário de um deputado e o prestígio de um jogador de futebol”. Nessa mensagem a ironia e uma espécie de deboche: para ser bem remunerado e gozar de prestígio neste país ou se vai para a política ou para o mundo do futebol (Figura 18):

Figura 18: Agregação das categorias profissionais ao movimento popular.



Fonte: Google, 2013: visualização original.

As produções simbólicas emanadas das vozes nas ruas, da comunicação nas redes, em oposição ao campo político e governamental instituídos mostraram-se eficazes e portadoras de um poder até então desconhecido da população. As chamadas para as manifestações: “não se intimidar, não desmobilizar”, exemplificam novas formas de “estruturas estruturadas”, expressas por palavras, gestos, imagens, exercendo um poder de comunicação mobilizador, para a construção de uma nova realidade sociopolítica da sociedade civil brasileira. (Figura 20):

Figura 19: Realimentação de chamada mobilizadora.



Fonte: Google, 2013: visualização original.

A diversidade das mensagens nos cartazes retrata interesses setorizados, mas expressivos da coletividade: os problemas dos transportes - “Se a passagem não abaixar o Rio vai parar”; a criminalidade - “O próximo pode ser seu filho”; o protesto contra a realização da Copa do Mundo - “Eu poderia estar estudando, mas a Copa fecha a universidade”. São muitas vozes que se fazem ouvir, reveladoras de insatisfação. Uma maneira difusa de dizer de mostrar que a insatisfação provém de muitos setores (Figura 19):

Figura 20: Produções simbólicas da realidade social.



Fonte: Google, 2013: visualização original.

O movimento popular tinha suas demandas, iniciativas próprias e peculiares que expressava a vontade explícita da população. Seus desejos, interesses e motivações não podiam se fazer representar institucionalmente, pois não havia confiança nas instituições. O fluxo de informação, que foi construído sem planejamento, organização, pode ser uma forma reconhecida e legitimada de comunicação política que impactou tanto a sociedade civil como a mídia e os governantes. (Figura 21):

Figura 21: Fluxo de comunicação política por RSI.



Fonte: elaborado por Vanildes Vieira da Cunha. Com o uso do software SmarArt.

Nota: O tamanho e forma dos círculos não interferem na interpretação.

O mostrar a face, o dizer com palavras, gestos e artes, como nas charges, era a expressão transparente das necessidades de um povo que aprendeu a ser crítico, criativo, senhor de sua própria história, imbuídos de humor e de determinação.

O fluxo de comunicação política difundida nas RSI pode ser percebido como um movimento linear social estruturado para uma ação política: a informação promove uma comunicação política que agrega outras mídias sociais interativas, mobiliza a coletividade em forma de movimento popular e veicula conteúdos democráticos de sua realidade social, para o exercício da cidadania, com a finalidade de objetivar ações políticas.

Quanto ao aspecto estrutural da manifestação popular iniciada nas redes sociais interativas, o movimento sociopolítico foi legitimado, mas não institucionalizado. A inserção da cultura virtual, a partir da relação intersubjetiva da população trouxe uma nova visão e novas possibilidades para uma comunicação política que emana do cidadão, com o direito de liberdade de expressão. O exercício do poder pode se manifestar em diferentes formas, uma delas é por meio da linguagem, com suas diversas formas de manifestações.

O movimento popular brasileiro, ocorrido em junho de 2013, de abrangência nacional, deu um novo sentido à comunicação política para a construção da cidadania. A continuidade da chamada “Vem pra rua”, pelas redes sociais interativas levou a população às ruas no dia 20-22 de junho, do extremo norte-nordeste como as capitais, Porto Velho e Recife ao extremo sul do país. (Figura 22):

Figura 22: Abrangência do movimento popular.



Fonte: Google, 2013: visualização original.

Todo esse movimento teve a cobertura de mídias tradicionais de comunicação como jornais, revistas, rádio, televisão, que podem ser mensuradas pelo controle de circulação, audiência, número de acessos, e outras formas de medição.

Nas sociedades atuais, o poder se apresenta de forma simbólica, associada a outras formas de expressão oral, escrita, gestual, organizada no espaço e formas de apresentação, como concebe Esteves (2003). Pode-se afirmar que o contributo das mídias sociais é uma forma de poder, um espaço social em que o cidadão, com liberdade de expressão comunica suas necessidades, projetos e intervem na comunicação política: uma articulação entre a política e a mídia de internet, como tecnologia midiática democrática. As jornadas de junho de 2013 objetivaram “Construir uma alternativa” [...] a partir “das ruas para mudar o Brasil” e

incentivar a população a mudar o Brasil e contribuir para a construção - e reconstrução - da cidadania. (Figura 23):

Figura 23: A comunicação política e as RSI.



Fonte: Google 2013: visualização original.

A invenção das tecnologias da informática e dos artefatos midiáticos sociais potencializou o acesso à informação e facilitou a comunicação entre as pessoas, mesmo com as complexidades multiculturais da sociedade civil brasileira.

Os artefatos midiáticos, com o advento da internet, são bens culturais dos sistemas simbólicos e os cidadãos ao dinamizá-los com suas intersubjetividades dão significado ao mundo. O campo político como campo de lutas destitui o instituído e institui uma comunicação política em que a vontade popular é evidenciada, fundamentada nos princípios constitucionais de um Estado democrático de Direito, como liberdade, igualdade, direito à informação e livre expressão: com a internet “o povo se faz ouvir”, como nova perspectiva do poder de luta, para a sociedade civil na pós-modernidade. (Figura 24):

Figura 24: A política e os artefatos da internet.



Fonte: Google, 2013: visualização original.

As mídias sociais tornam espaço público nas sociedades pós-modernas, como estruturas estruturadas pela forma lógica como são desenvolvidas. Esteves (2003) entende que “público” é uma nova forma de sociabilidade e de comunicação com poder de influenciar fronteiras, reorganizar a vida coletiva da sociedade contemporânea.

O público potencializa aos indivíduos a intersubjetividade. O privado projeta-se na experiência da vida comum, com o confronto de outras individualidades, das produções simbólicas coletivas. Essa delimitação favorece que as esferas do público e do privado observem mais detalhadamente a convergência dos diferentes processos de comunicação (Esteves, 2003). Isso deu na visibilidade dos acontecimentos que retrataram a formação de grupos sociais, que num movimento midiático, desejam uma democracia participativa operante.

A relação público e privado, no entendimento de Esteves (2003), é estabelecida em contraposição aos seus próprios domínios, mas cada um com os sentidos que os define, de acordo com os conhecimentos e comportamentos dos indivíduos, com suas determinações normativas e formas de sensibilidade.

Entende-se que o campo da política mediada por mídias sociais interativas permite que as relações sociais sejam produto da reflexão sobre o pensamento relacional com melhor compreensão do conhecimento político produzido coletivamente.

“A comunicação mediada, na ausência do corpo físico, possibilita a construção de novas formas de agrupamento ‘virtuais’ e novos tipos de interação” (Girardi Jr., 2007, p. 62).

Sem a imposição da luta do poder entre o campo da política e o campo da mídia, os temas das manifestações não são nomeados, classificados e categorizados, mas virtualizados pelo conhecimento e legitimidade do comportamento da população.

Girardi Jr. (2007) caracteriza o interacionismo simbólico como ação grupal dos indivíduos num processo de interação social simbólica e não-simbólica - por reflexo -; na complexidade da interação recíproca do eu e do outro; na interação dos indivíduos com objetos que lhe conferem significados físicos - coisas, sociais - pessoas e abstratos - sentimentos, valores; no próprio eu que se coloca no lugar do outro; nas ações dos indivíduos, realizáveis, não iniciadas ou concluídas, interrompidas, adiadas, reais ou ilusórias; por sujeitos que são conscientes e têm reações previsíveis com significados comuns por interatividade, num comportamento comunitário.

Comparando-se a manifestação para destituir o presidente Collor de Mello em 1992 e o movimento de junho de 2013, pode-se afirmar que a primeira pode ser considerada como peculiar, no sentido de envolvimento de uma população jovem que foi manipulada pela mídia, sindicalistas e partidos políticos, enquanto a segunda foi uma manifestação pacífica, momento singular, em que a sociedade democrática estava tendo livre expressão, sem mediação ou bandeira partidária.

Ao anunciar uma “Revolta coletiva”, a população demonstrava uma insatisfação consensual incontida: “ou para a roubalheira ou paramos o Brasil” que revela a disposição de luta, como prática de cidadania. (Figura 25):

Figura 25: Uma insatisfação consensual.



Fonte: Google em 2013: visualização original.

No entanto, as mensagens pacíficas como: “Acorda Brasil”, “O povo acordou: mudança já”, expressavam um convite: “Vamos mudar o Brasil” e um sentimento de patriotismo e cidadania: “Desculpe o transtorno. Estamos mudando o Brasil”. No sentido metafórico, os conteúdos das mensagens veiculadas nas redes sociais interativas e nos cartazes podem associar-se ao sentido da própria rede eletrônica, construída com links, hipertextos, nós e conexões como as mensagens carregadas de significados, sentidos, compartilhamento, intersubjetividades e consensos sobre participação política e práticas de cidadania. Naquele momento de crise política a preservação do capital político foi feita pelo homem político: o cidadão brasileiro. (Figura 26):

Figura 26: Acordar para mudar o Brasil.



Fonte: Google em 2013: visualização original.

A manifestação popular como livre expressão para restabelecimento de identidades políticas foi constituída a partir de sujeitos da sociedade civil como demonstração de estreitamento das desigualdades para manutenção dos direitos sociais, como capitais simbólicos, para aproximar a relação entre governantes e população que problematizam as suas questões urbanas:

educação, saúde, trabalho, aposentadoria, salário justo e mobilidade nos transportes. Observou-se que a identidade do sujeito social pode ser construída não apenas nas situações de conflito, mas nas situações de consenso.

A comunicação por meio do uso de mídias não é feita de forma isolada, mas concentra-se com diferentes processos simbólicos da vida cotidiana. Seus efeitos são disseminados pelos distintos contornos, por todo tecido social, a partir de diferentes contextos da vida coletiva (Esteves, 2001). As mídias sociais, em particular, as redes sociais interativas dinamizaram a participação e intervenção, primeiro entre seus pares, em que os indivíduos se apropriaram de mensagem do movimento popular. Posteriormente, as mensagens vão sendo construídas coletivamente, pelo compartilhamento, aprovação, aceitação, concordância, permissão da população.

Observou-se, que as mídias sociais de domínio público são restritas, suas programações estão submetidas ao capital simbólico regido por leis do mercado e do consumo. Diferentemente, as redes sociais interativas, desenvolvidas na esfera privada, em relação aos aspectos administrativos e organizacional, com campo delimitado por seus criadores, pelo seu potencial articulador e mobilizador, alcançam a esfera pública. Isso se constata pelas potencialidades tecnológicas na mobilização nas manifestações em nível nacional, que gradativamente foram interferindo na esfera pública.

O “campo político” é um “campo de forças” constituído por partidos e governos com suas organizações e, “campo de lutas” constituído pela população, como caracterizou Bourdieu (2010). Os cidadãos comuns, atores do campo de lutas, como consumidores, rejeitaram os produtos políticos, que podem ser compreendidos como tudo o que a política impõe aos cidadãos, sem discutir com a sociedade: leis, projetos, decisões dos partidos, e outras ações que violam os direitos civis, políticos e sociais, induzindo o eleitor ao jogo político. Em contrapartida se tornaram agentes de práticas políticas democráticas quando problematizam suas questões, como: liberdade de expressão, cidadania, autonomia, democracia.

Ressalta-se que na cultura política os direitos civis como liberdade, igualdade, manifestação de pensamento não devem se contrapor aos direitos de propriedade, de preservação do patrimônio público, do cerceamento do direito de ir vir da população e de outros aspectos imperativos em uma sociedade democrática.

Bourdieu (2010) afirma que o espaço da política é determinado pela eficácia simbólica, capaz de produzir coisas e grupos. O porta-voz é um personagem com competências para representar, se colocar no lugar do grupo e mobilizar.

Os porta-vozes, cidadãos comuns, usaram estratégias que dão visibilidade as suas ações: tornam-se agentes sociais pensantes, levantaram bandeiras, emblemas, além de usarem palavras de ordem nas passeatas, constroem fluxos para formarem a opinião pública.

Santos (2012, p. 9) fala sobre sentido provocativo da centralidade dos “media” no sistema social para transformar a “democracia representativa numa democracia de tipo pós-representativo”. O autor afirma que os “media” hoje têm efetivo “poder de mediação imperativa da relação do cidadão com o poder e com o próprio real.” Isso possibilita o pleno exercício da cidadania através da liberdade de expressão, da valorização da opinião pública racional.

Houve um movimento inverso àqueles em que o interesse da mídia impunha sua penetração no cenário político para dar melhor visibilidade às ações. As redes sociais interativas mostraram outro caminho que contrapõe ao que até hoje era usado pela mídia tradicional, como televisão, rádio, jornal impresso.

O fluxo de opinião pública foi mensurado não só pelo número de acesso as redes sociais, mas principalmente pelo poder mobilizador da veracidade dos conteúdos das mensagens. Os temas levantados nas manifestações foram construídos pelo livre arbítrio, pela tomada de consciência, pela informação e pelo consenso.

A representação política é uma característica da democracia, que vem sendo agregada à função social dos “media”, pelo consenso, que progressivamente manifesta uma “pressão ambiental” sobre o poder político (Santos, 2012).

Os protestos surpreenderam os governantes. deixando-os perplexos nos primeiros momentos, impactados frente à concentração orquestrada da população respondendo a “chamada” pelas redes sociais interativas.

A informação virou notícia. Os temas nomeados foram forças de ação mobilizadoras em que os conteúdos e estratégias midiáticas fugiram aos padrões e critérios dos meios de comunicação convencionais: não implicou organização administrativa, corpo profissional de jornalismo, espaço geográfico e limitação de tempo. A credibilidade construída pelas relações

sociais interativas, pelo diálogo, palavras de ordem, metáforas construídas pela história e cultura de um povo. As redes sociais interativas são via de mão dupla, multidirecional, com liderança de pensamento, inteligências coletivas e elos consensuais que se confirmam com uma prática para a cidadania.

Por parte da população, o êxtase, o grito acordando o “gigante”, a resposta às mensagens “vem, prá rua, vem”, para unir-se ao grupo de manifestantes, interpelados pelas redes sociais interativas, levaram os brasileiros a navegarem “em mares nunca antes navegados”. A formar através das redes sociais interativas, uma rede virtualizada no campo sociocultural, exercendo o poder simbólico, a partir da mudança no campo sociopolítico para a renovação da democracia na sociedade civil brasileira. Percebe-se nesse ponto, o aspecto conceitual da função social dos “media” dado por Santos (2012, p. 37) que é o de “mediação orgânica da relação cognitiva do cidadão com o real e da ‘sociedade civil’ com a ‘sociedade política’”, o que dá aos “media” legitimidade social.

Diferentemente dos movimentos sociais e das organizações não governamentais que como luta simbólica sensibilizam a esfera pública pela resistência, as redes sociais interativas são “estruturas estruturantes” do mundo atual ao abrir um canal de integração, comunicabilidade e diálogo. Funcionaram com mídia social de comunicação política ao permitir que a população detectasse e divulgasse as situações-problemas, tematizasse suas necessidades, apontasse estratégias de solução e legitimasse suas ações.

A dinâmica e ação do poder simbólico, objetivado nas redes sociais interativas, provocaram mudanças na realidade social pela função política implícita e explícita nos resultados de seus conteúdos. O caso brasileiro de 17 de junho de 2013 trouxe melhor entendimento dos processos midiáticos na intervenção da esfera pública na contemporaneidade, com já preconizava Habermas (2003).

A comunicação coletiva na busca de consenso gera mudança de pensamento político, a partir do momento que nas comunidades há demanda de necessidade coletiva, vontade e decisão para interferir no processo sociopolítico. No mundo da política não existe, na verdade, colaboração, mas sim competitividade, situações de medição de forças. A comunicação coletiva consensual exerce poder político no sentido de intervenção da realidade para atender a necessidade da sociedade.

Em momento anterior à manifestação popular, a demanda da população incidia sobre o acesso ao transporte e os excessivos gastos com a Copa do Mundo de Futebol em detrimento da saúde e educação. Nas manifestações, ao proclamar a “Revolta do Busão”, denunciaram que o “transporte não é mercadoria”, posicionaram-se contra o aumento das passagens, reivindicaram a “tarifa zero todo dia”. Compararam os gastos exorbitantes com a “Copa do Mundo – 33 bilhões de reais –, com as Olimpíadas – 26 milhões de reais e com o valor irrisório do salário mínimo – 678,00 reais”. E que, a questão maior não era apenas pelo acréscimo de vinte centos nas passagens: “E você acha que é por R\$0,20” - vinte centavos -, mas a discrepância entre os excessivos gastos com o mercado do futebol, em detrimento aos abusos inflacionários e precariedade dos serviços essenciais prestados à população. (Figura 27).

Figura 27: Denúncias e posicionamentos.



Fonte: Google, 2013: visualização original.

A simultaneidade da comunicação política feita pelo povo nas ruas, a resposta da Presidente à voz do povo, as informações em tempo real das mídias sociais de comunicação teceram uma rede de construção de pensamento coletivo, ecoaram as tensões sociopolíticas na sociedade civil brasileira.

O movimento popular de 17 de junho de 2013, como acontecimento singular e excepcional levou a população, as autoridades governamentais e os poderes executivo, legislativo e judiciário a tomarem ciência que a insatisfação já vinha inquietando a população e foi objetivada pela mediação das relações sociais, estabelecidas nas redes sociais interativas. A tomada de decisão política da população em manifestar-se foi inesperada, imprevisível, mas configurou novo comportamento político na sociedade civil e possíveis mudanças no pensamento político da população brasileira.

Ao declarar que “eu nasci pobre, mas não otário e chamar “Vem pra rua” a população tomava consciência de suas próprias demandas. A afirmação “Que legal o país parou e nem é Carnaval” demonstrou-se amadurecimento sociopolítico dos brasileiros, que priorizaram tomadas de decisões coletivas para o bem-estar social. Ao reivindicar “Queremos escolas e hospital padrão FIFA (Fédération Internationale de Football Association) o enunciado implícito chama atenção dos governantes para maior investimento das políticas públicas para atendimento de qualidade na educação e na saúde. (Figura 28):

Figura 28: A voz da população.



Fonte: Google, 2013: visualização original.

A população não só reivindicava atendimentos aos seus direitos sociais como, casa, moradia, hospitais, creches, ruas pavimentadas, redução de transportes, qualidade na educação, como também fazer valer seus direitos civis de liberdade, igualdade, livre expressão e seus direitos políticos de manifestação e acesso direto aos governantes, sem intervenção dos partidos políticos naquele momento, bem como o direito político de não querer ser governado por corruptos, de não se submeter ao poder legislativo com imposição de votação de projetos que não atendam aos princípios de justiça social. A comunicabilidade coletiva, defendida por Habermas (2003), e a mudança de pensamento, proposta por Morin (2010), são imperativos para a educação política do cidadão no Estado Democrático de Direito. (Figura 29):

Figura 29: Educação política do cidadão.



Fonte: Google, 2013: visualização original.

O movimento popular pode desempenhar um papel efetivo e contribuir para criar condições sociais para a produção de uma comunicação política coletiva. Pode organizar e orquestrar a opinião coletiva com novas formas de ação política, novas maneiras de mobilizar, fazer política a partir da coletividade, do conjunto de ideias, de novas maneiras de elaborar projetos e realizá-los em comum, confirmando o que já preconizava Bourdieu (2001).

A partir do movimento popular do dia 17 de junho de 2013 as comunicações coletivas por redes sociais interativas foram orquestrando outras manifestações e apontado novas formas de mobilizar e fazer política. As práticas midiáticas das RSI como bens simbólicos e capital simbólico produziram o movimento popular como forma alternativa de luta pela cidadania, de

participação política coletiva, democrática, reconhecida, legitimada. A população se remeteu ao verso do Hino Nacional do Brasil, “Verás que um filho teu não foge a luta” para exercer sua cidadania, para dar continuidade ao movimento popular e para demonstrar sua disposição em se fazer ouvir pelos governantes. (Figura 30):

Figura 30: A luta pela cidadania.



Fonte: Google, 2013: visualização original

Foi um movimento popular atípico de manifestação coletiva nas RSI, se considerar as características que Gohn (2010); Castells (2011); (Lakatos & Marconi, 2011) identificam nos movimentos sociais de até então, tais como: organização, demanda, articulação, projeto político, trajetória histórica, experiências sociais. Essas características apontadas pelos autores citados são facilmente identificadas nas manifestações coletivas, mobilizada por RSI, reunindo um número expressivo da população com as articulações mediadas pelas redes sociais interativas, calcada na trajetória histórica do povo brasileiro, vitimado por anos de colonialismo, escravidão e repressão e sofrendo as experiências sociais que acumulam um “dossiê” de descaso dos governantes quanto à qualidade da educação, saúde, atendimento aos direitos do cidadão e a vontade política de mudança. A pergunta: “Que vai fazer?” e a mensagem “tem tanta coisa na cueca que não cabe em um cartaz” denunciam a corrupção praticada anteriormente, em que o político corrupto foi flagrado com o produto da corrupção escondido nas partes íntimas. (Figura 31)

Figura 31: Que fazer?



Fonte: Google, 2013: visualização original.

A sociedade civil brasileira, com o uso das RSI, no movimento popular nas ruas, incitou mudanças nos rumos da política naquele momento: já havia uma insatisfação não declarada coletivamente em relação ao descaso dos governantes em relação aos direitos civis e sociais dos brasileiros. O grito coletivo nas ruas contra a injustiça social, a falta de atendimento ao bem-estar social da população, oprimida pela violência simbólica da corrupção, serviços públicos de má qualidade foi a forma de livre expressão do povo que mostrou ao país e aos governantes que a tolerância com os desmandos e malfeitos havia chegado ao fim.

Novas experiências sociais e práticas de cidadania vão sendo ajustadas aos velhos conteúdos que tratam dos direitos civis, políticos e sociais da população brasileira. Os participantes das RSI não são apenas receptores: numa relação de interação, especulam, selecionam e captam as informações que vêm ao encontro de suas motivações, necessidades e interesses.

A população na função de “produtores da informação” tem como “feedback”³⁹ o acesso ao seu produto informativo pelos usuários que podem aprová-lo ou repudiá-lo: uma palavra, imagem, expressão inadequadas pode tornar a informação bem sucedida ou desastrosa.

A adesão rápida e crescente da população à manifestação popular em todo o Brasil - estimou-se de trezentos mil a um milhão de participantes - revelou uma representatividade popular. A mensagem “Nunca vi tanta gente honesta no Congresso” foi uma forma de expressão, em relação à multidão no entorno do Congresso Nacional, com o objetivo de sensibilizar os

³⁹ Feedback: opinião, retorno, realimentação.

governantes para a tomada de decisões, que viessem atender aos direitos sociais, políticos e civis da sociedade. A comunicação política virtualizada nas RSI transpôs a distancia do tempo e do espaço e deu lugar nova função às e aos espaços públicos.

As mensagens dos manifestantes demonstraram, que além dos aspectos estratégicos e práticos para o exercício da cidadania, a expressão da indignação, do descontentamento da população brasileira, em relação à atuação do governo em esfera federal, estadual e municipal, o desrespeito, o desafeto dos governantes, em relação aos direitos do cidadão, poderiam ser criativas e cheias de senso de humor e descontração. (Figura 32):

Figura 32: Representatividade popular.



Fonte: Google, 2013: visualização original.

Para somar às vozes da opinião pública no Brasil, outros brasileiros que residem ou estavam em vários países do exterior expressaram seu apoio ao Movimento, saindo às ruas, como veiculado pelas mídias televisivas, radiofônicas e internet. Percebe-se que as tecnologias midiáticas promovem movimentos globais em que as práticas e decisões de comunidades locais podem ter importantes repercussões globalizadoras, como já preconizava Corvarglia, (n.d.) (In Kocher, 2011).

O envolvimento da sociedade civil como um todo teve visibilidade nas diferentes mídias de comunicação. Os bens culturais de comunicação tradicionais estavam sendo agregados às inovadoras mídias virtuais de informação, comunicação e de relacionamento social. O

momento e movimento democrático imprimiam na sociedade civil brasileira, o exercício da liberdade de expressão, novos conceitos e conteúdos de igualdade, acessibilidade por meio da comunicação coletiva, interativa e interacionismo para a construção de conhecimento da realidade social. (Figura 33):

Figura 33: Abrangência e repercussão das mídias sociais no movimento popular.



Fonte: Google, 2013: visualização original.

Ao ser instaurada a manifestação popular como fenômeno sociopolítico no Brasil, com características de grupos autônomos, percebe-se que as subjetividades coletivas igualam o senso ao consenso, como preconizou Bourdieu (2010). O modo de agir, pensar, reagir e exercer a cidadania foi expresso pela arte, linguagem oral e escrita num movimento de comunicação virtual, como instrumento integrador de informação: à distância pelas RSI e presencial nas ruas e praça, a população avisava: “Saímos do facebook”. (Figura 34), isto é, estamos no mundo real:

Figura 34: Do facebook para as ruas.



Fonte: Google , 2013: visualização original.

Ao declarar a saída do Facebook, a população confirmava que as RSI foram mobilizadoras, mas que o movimento popular tinha um fórum nos espaços públicos das ruas. A ação da mediação tecnológica das redes sociais interativas demonstrou que o universo pessoal, doméstico, levou a população ao universo público, coletivo para exercer o papel comunicacional, objetivado e subjetivado na sociedade civil, o que certamente inquietou a esfera governamental para a tomada de decisões.

No campo simbólico do Facebook, de outras redes sociais interativas e nas ruas, a informação multidirecional explicitou as expectativas em relação aos direitos civis, políticos e sociais. Tais direitos foram evidenciados e demonstraram uma insatisfação coletiva em relação aos também, grupos minoritários, como homoafetivos.

De forma consensual, quando a população apela em uma das mensagens “Por uma comunicação do povo e não do monopólio da comunicação” pode-se buscar ancoragem no crítico Jameson (2000), que defende uma comunicação que emana do povo e não do monopólio da comunicação.

No campo político, a comunicação por redes sociais interativas pode constituir um espaço social autônomo para educação política do sujeito de forma assistemática. A inserção das redes sociais interativas como proposta objetiva para a produção e circulação de práticas políticas, como bens culturais simbólicos poderá dar à comunicação política uma função mediadora para a educação política do cidadão, a partir do momento em que o próprio sujeito

tem a iniciativa de fomentar, nas redes sócias interativas, conteúdos que atendam à demanda da sociedade civil.

É interessante registrar que paralelamente e ao final de cada manifestação, surgia a ação violenta de pequenos grupos, chamados “Black Blocs” (Figura 35):

Figura 35: Os Black Blocs.



Fonte: BBC, 2013⁴⁰

Os “Black Blocs” sem liderança para mediar diálogos com as autoridades agem com violência em diferentes partes do mundo. Utilizam as redes sociais como Facebook e objetivam as suas crescentes ações, no mercado ilícito do tráfico de influência ao criarem organizações informais orquestradas para as suas práticas: envolvem meninos e meninas adolescentes, jovens e adultos nas práticas antissociais e criminosas.

Ao contrário dos “Black Blocs”⁴¹, os manifestantes usaram as redes sociais interativas como propriedades do campo político, espaço virtual para construções sociais: lutas simbólicas, com a construção da autonomia, na delimitação do campo sociopolítico. As lutas sociais

⁴⁰ Imagem integrante da matéria de Carolina Montenegro em 08/10/2013: no site <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/>

⁴¹ Black Blocs: são grupos que cativam e assustam manifestantes de todo o mundo. Jovens com máscaras, vestes pretas, portam bandeiras pretas, símbolos anarquistas, quebram vidraças, enfrentam a polícia, que se infiltram nos protestos e não possuem liderança reconhecida. BBC. BBC: Acedido agosto, 17, 2013 em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/09/130822_black_block_protestos_mm.shtml.

conquistam o capital social e legitimam o campo sociopolítico, de forma livre e ordeira preservando o respeito mútuo.

A cultura da luta política é imperativa na sociedade brasileira para garantir os direitos civis, políticos e sociais do Estado Democrático de Direito. A função do governo é preservar o Estado, como instituição para que não sofra ameaça em sua renovação democrática. Os manifestantes vivenciaram situações conflituosas com a segurança pública, pelo fato de infiltração de grupos antissociais no movimento popular. No entanto, o humor e a criatividade demonstrados em mensagens como: “Contra a repressão”, “Polícia sem repressão. Você também pega o busão” – ônibus –. Ao mesmo tempo em que, em meio às ameaças de repressão, a população poetizava as suas angústias e seus sentimentos, ao parodiar um trecho da música de Vinícius de Moraes: “Era uma casa muito engraçada /Não tinha teto não tinha nada/Ninguém podia entrar nela, não/Porque na casa não tinha chão”. Na paródia assim se expressava: “Era um país muito engraçado/Não tinha escola, só tinha estádio/Ninguém podia protestar não/Porque PM [Polícia Militar] sentava a mão”. (Figura 36):

Figura 36: Processos de comunicação.



Fonte: Google, 2013: visualização original.

A comunicação política mediada pelas RSI, compartilhadas pelos cidadãos, viabiliza a participação de forma horizontal, como estratégia de participação política, informal, assistemática, numa relação instituída pela política simbólica, que a legitima pelo consenso.

4.3 Entre o discurso e a prática política.

No cenário do dia 24 de junho, as diversas mídias sociais e redes sociais noticiam a deflagração de uma greve geral, comandada pela Central de Trabalhadores. Nesse mesmo dia, a presidente Dilma Rousseff se reuniu com os líderes do Movimento Passe Livre⁴², e estes posteriormente, com os governadores e prefeitos. Anunciaram cinco pactos como ação governamental, envolvendo: responsabilidade fiscal e controle da inflação; reforma política; saúde; transporte público e educação.

Aqui é interessante fazer uma retrospectiva do discurso de posse da presidente Dilma Rousseff no Congresso Nacional em Brasília, capital do Brasil no dia 01/01/2011 (Dilma Rousseff, 2011), em que estabeleceu prospectivas para sua gestão de quatro anos de governo, a saber:

Na política: a reforma política, com mudanças na legislação, fortalecimento dos partidos, aperfeiçoamento das instituições e transparência nas atividades públicas.

Na economia: estabilidade de preços, facilitação da produção, estímulo ao empreendedorismo do povo - da grande empresa a micro-empreadora, negócios locais do agronegócio, agricultura familiar, valorização do parque industrial, competitividade na exportação da

⁴² Síntese da reunião publicada no Jornal Correio Braziliense: na “reunião com governadores e prefeitos no Palácio do Planalto, a presidente Dilma Rousseff defendeu que seja feito um plebiscito para discutir a criação de uma constituinte exclusiva para fazer a reforma política no Brasil. Ela também se disse favorável à formulação de nova legislação que classifique a corrupção dolosa como crime hediondo. O combate à corrupção e à reforma política são duas das principais bandeiras levantadas nas mobilizações que tomaram o país desde o início do mês e conseguiram levar mais de um milhão de pessoas às ruas na última quinta-feira (20/6), Dia Nacional de Lutas. No discurso desta tarde, Dilma propôs a formulação de cinco pactos: responsabilidade fiscal e controle da inflação; reforma política; saúde; Transporte público e educação.”

[..] “A presidente anunciou a criação do Conselho Nacional de Transporte Público, com participação da sociedade civil, para tornar mais transparente e permitir um maior controle social das passagens. Ela disse que no passado houve uma “incorreta opção por não investir em metrô” e defendeu que esse tipo de transporte, os VLTs (Veículos Leves sobre Trilhos) e os corredores exclusivos de ônibus sejam priorizados. Ao tratar das exonerações que beneficiam a mobilidade urbana, a presidente afirmou que haverá mais R\$ 50 bilhões para novos investimentos em obras nessa área. Jornal Correio Brasiliense. Acedido junho, 25, 2013 em http://www.ejornais.com.br/jornal_correio_brasiliense.html.

agricultura, da pecuária, internacionalização de empresas brasileiras, valorização do desenvolvimento regional: sustento à economia do nordeste; respeito à biodiversidade da Amazônia, no norte do Brasil; incentivo à produção agrícola, no centro-oeste; força industrial no sudeste e o pioneirismo no sul.

Na reforma fiscal: modernizar o sistema tributário, uso intensivo da tecnologia da informação, como serviço eficiente de atendimento ao contribuinte.

No plano social: inclusão realizada pela universalização e qualificação dos serviços essenciais; “ação renovada, efetiva e integrada dos governos federal, estadual e municipal, em particular nas áreas da saúde, da educação e da segurança, vontade expressa das famílias brasileiras”, afirma Dilma Rousseff (2011).

A presidente da República, na ocasião, declarou que a luta obstinada em seu governo seria na direção da erradicação da pobreza. Para tal ação conclamou a sociedade, as instituições públicas e privadas, todos os partidos, organizações empresariais, trabalhadores, universidades, juventude e imprensa.

Argumentou que a mobilidade social, a afirmação plena como povo desenvolvido implicaria em: provisão alimentar, ações integradas da sociedade, como um todo, para a criação e fortalecimento de programas sociais, estabilidade econômica pelo controle inflacionário, pelas reservas financeiras, equilíbrio das contas externas, qualidade do gasto público, incluindo melhorias de serviços básicos, de previdência social pública, garantia à aposentadoria serviços de saúde e educação universais.

Ressaltou a importância da continuidade e ajustes qualitativos nos investimentos públicos em relação: ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Minha Casa Minha Vida, a Copa do Mundo (2014) e das Olimpíadas (2016) a serem sediadas em diferentes regiões do Brasil. E ainda, a melhoria e aplicação da política de transporte aéreo. Paralelamente à erradicação da miséria, Dilma Rousseff (2011) falou das prioridades em seu governo.

A qualidade da educação com aumento de vagas no ensino infantil - creches e pré-escola - e médio - ampliar vagas do PROUNI⁴³ - e do ensino médio profissionalizante. Melhorias para os professores possibilitando formação continuada e remuneração adequada.

⁴³ PROUNI: Programa de universidade para todos.

A consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS): melhoria nas políticas de saúde, diagnóstico, tratamento, prevenção e promoção da saúde em parcerias como o setor privado. Assegurar a formação e distribuição de profissionais da área de saúde em todas as regiões do país.

Na segurança: as parcerias com os governos estaduais e municipais e a participação da sociedade para a redução da violência, combate às drogas e colaboração das Forças Armadas, quando necessário. Ampliação e planejamento com o uso de tecnologias modernas para treinamento e capacitação profissional na área de inteligência na esfera federal e controle das fronteiras.

Na trilogia dos avanços tecnológicos, social e preservação ambiental, a Presidente fez alusão ao pré-sal como “passaporte para o futuro”, resultado do avanço tecnológico brasileiro e modernização da política de investimento e em pesquisa e inovação agenciadas pela Petrobrás⁴⁴, “símbolo histórico da soberania brasileira na produção energética” (Dilma Rousseff, 2011).

A presidente Dilma Rousseff (2011) se referiu ao início do seu governo como “uma nova era”: “o despertar de um novo Brasil”, dando sentido à visão de um Brasil desenvolvido, marcado por sua cultura e estilo peculiares com os valores imateriais: amor, generosidade, criatividade e tolerância. Valores materiais concretizados na preservação das naturais e imensas florestas, a biodiversidade, promessa, energia eólica, solar.

À revolução tecnológica mundial expressa na explosão da comunicação e da informática levou a Presidente a pontuar a necessidade do apoio governamental à pesquisa e tecnologia, como viés para o desenvolvimento científico e tecnológico, propícios para o domínio do conhecimento e a inovação como instrumento de produtividade.

Atribuiu à cultura, a essência da identidade de um povo. E a valorização da diversidade cultural como um legado de produção regional de consumo de bens culturais que podem ser expandidos e exportados como a música, cinema, literatura e outros signos. Ressaltou os

⁴⁴ Petrobrás: O petróleo brasileiro conta com 100 plataformas de produção, 16 refinarias, 30 mil quilômetros em dutos e mais de seis mil postos de combustíveis. As “reservas provadas estão em torno de 14 bilhões de barris de petróleo, mas a perspectiva é de que esse número, no mínimo, dobre nos próximos anos. Com a descoberta de petróleo e gás na região do pré-sal, o Brasil pode ser o 4º maior produtor de petróleo do mundo em 2030.” Petrobrás. Acedido agosto, 13, 2013 em <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/>.

conceitos vividos no dia-a-dia do povo, como combate à miséria, invenção tecnológica, criação intelectual, produção artística, cultural, justiça social, moralidade, conhecimento, invenção, criatividade, preservação do meio ambiente, das reservas naturais, das florestas.

O inflamado discurso da presidente do Brasil registrou um “convite” aos grupos sociais da sociedade civil brasileira, para se unirem em futuras ações do governo: movimentos sociais, trabalhadores do campo, profissionais liberais, micro-empREENhedores, intelectuais, funcionários públicos, empresários, mulheres, negros, índios, jovens, com vistas à participação na transformação do país.

Ao posicionar-se ao lado da regionalização caracterizou; a solidão da Amazônia na Região Norte; a seca da Região Nordeste; a imensidão do cerrado da Região Centro-Oeste; a vastidão dos pampas na Região Sul; e as concentrações populacionais nas metrópoles, da Região sudeste. Ao se referir às florestas, interior, litoral, capitais e fronteiras do Brasil, o fez no sentido da totalidade territorial e populacional, considerando o respeito, a autonomia dos poderes executivo, legislativo e judiciário com também, a governabilidade estadual e municipal, para o fortalecimento da democracia.

Reafirmou os compromissos constitucionais como garantia da liberdade individual, religiosa, de culto, de imprensa, de opinião e respeito aos direitos humanos.

Também, confirmou a coligação partidária e a receptividade aos partidos de oposição. Reiterou seu compromisso com o interesse público com o combate à corrupção, respaldo à autonomia dos órgãos de controle e investigação.

No intuito de melhor compreender o momento democrático em que a sociedade brasileira viveu nos dias de junho de 2013, buscou-se encontrar uma relação entre o discurso e a prática política, tentando articular os conteúdos do discurso de posse presidencial em 01/01/2010, as mensagens na manifestação popular do dia 17/06/2013 e o pacto governamental do dia 24/06/2013.

No discurso da presidente Dilma Rousseff, em 01/01/2013, houve declaração expressa para atendimento de aspectos constitucionais pertinentes aos direitos políticos - reforma política; direitos sociais - estabilidade de preços, universalização e qualificação dos serviços essenciais integrada dos governos federal, estadual e municipal, em particular nas áreas da saúde, da educação e da segurança; e os direitos civis - com a participação dos grupos sociais na

transformação do país tais como, os movimentos sociais de trabalhadores do campo, profissionais liberais, micro-empREENDEDORES, intelectuais, funcionários públicos, empresários, mulheres, negros, índios, jovens, com vistas à participação na transformação do país. Garantia da liberdade individual, religiosa, de culto, de imprensa, de opinião, respeito aos direitos humanos; e outros, como: invenção tecnológica, criação intelectual, produção artística e cultural, justiça social, moralidade, conhecimento, invenção, criatividade, amor, generosidade, criatividade e tolerância.

Observou-se que na prática da cidadania advinda do movimento popular de 17 de junho de 2013, mobilizada pelas RSI, os mesmos conteúdos que envolvem a preservação dos direitos civis, políticos e sociais dos cidadãos brasileiros levantados e reivindicados pelas vozes do povo nas ruas, já haviam sido anteriormente pontuados no discurso de posse, em 01/01/2010, como promessa de governo e no memento de crise em 24/06/2013 foram sintetizados nos pactos propostos, em pronunciamento de Dilma Rousseff: responsabilidade fiscal, reforma política, saúde, transporte público e educação. Evidenciou-se assim, o distanciamento entre o discurso e a prática política nesse terceiro ano de governo.

As RSI abrem novas alternativas para uma participação política que emana do povo, nasce da realidade do mundo social pelos atores que diretamente vivem a realidade da vida, em um cotidiano que inclui: enfrentarem as superlotações e má qualidade dos transportes coletivos; recorrerem aos precários serviços de saúde; submeterem-se aos recursos limitados da educação; além de estarem expostos à constante violência que impera na sociedade civil brasileira. Tudo isso muito longe do alcance das promessas colocadas em discurso presidencial.

A mudança do pensamento político só pode ser validada a partir das vivências da população no seu dia-a-dia. Na realidade o “gigante” não estava dormindo: a população estava acordada, atenta as suas próprias situações-problemas. Os governantes vivem da política e não conseguem estreitar as relações das práticas sociais dos cidadãos comum, que vivem uma realidade sofrida, sempre em busca do atendimento de suas necessidades básicas de sobrevivência.

As promessas de governo que a população não viu cumpridas no percurso de três anos são reiteradas nos pactos propostos pela Presidente da República no dia 24/06/2013. Percebeu-se então uma lacuna entre o discurso e a prática política.

O movimento popular a partir do dia 17 de junho de 2013 supera as características dos modelos anteriores quanto a sua organização, assim como contrapõe a comparação metafórica que Bourdieu (2010) fez entre o jogo, a política e a mídia. As peculiaridades do caso brasileiro sobre a experiência com o uso de RSI na mobilização de movimento popular, que legitimou uma comunicação política, consistiu, entre outros, nos seguintes aspectos: não implicou elaboração de planos de ação; regras, critérios; não envolveu treinos; escolha prévia de arenas; determinação de tempo; lideranças; gestão; financiamento; uniformes; bandeiras; manobras; não previu resultados; e tantos outros quesitos indispensáveis a um jogo. O jogo político e midiático prevalentes, até então, foi ignorado.

Observou-se que a mobilização política democrática produz um movimento multidirecional, multidimensional e horizontalizado no interior da sociedade civil. A quebra das fronteiras do campo político foi abrangente e teve implicações em diferentes aspectos: no capital cultural com o uso de RSI; como meio de comunicação de massa; no capital social objetivado e subjetivado pelos direitos civis, políticos e sociais; no capital simbólico; na linguagem e na arte como formas de expressão e fonte de informação; e no capital político na produção de inteligências coletivas pela luta do bem-estar social.

O exemplo do esvaziamento da greve geral anunciada para o dia nacional de luta, 11 de julho de 2013, sinalizou que naquele momento de manifestação popular, qualquer poder institucionalizado não estava em consonância com as motivações da população. A democracia efetivada pelo movimento popular tinha suas demandas, iniciativas próprias e peculiares, que expressava a vontade explícita do povo. Os desejos, interesses e motivações da população não podiam se fazer representar institucionalmente. O mostrar a face, o dizer com palavras, gestos e artes, como nas charges, era a expressão transparente das necessidades de um povo que aprendeu a ser crítico, criativo, inventivo de sua própria história de luta, de resistência, imbuído de humor e determinação.

A divulgação de convocação para a greve geral, não foi instrumento de mobilização porque na realidade o movimento do dia 11 não aconteceu de forma expressiva. O discurso explicitado pelo poder instituído está distante da prática política. A prática da cidadania ocorreu na complexidade da sociedade civil e teve fluxo comunicacional nas RSI. A democratização da informação, a participação comunitária da população trouxe o apossamento do bem-estar social, no espaço público eletrônico.

Há dependência dos líderes políticos, dos recursos midiáticos manipuladores, indução à política do escândalo e as práticas ilícitas para os fundos de campanha, afirma Castells (1999b). Quando ocorre a crise da legitimação do Estado, atribui-se à falta de credibilidade do sistema político, não se acredita mais na representação porque se instala a crença da competitividade dos partidos e a sua interdependência da publicidade midiática.

Na política do escândalo os atores políticos ora são denunciadores ora são denunciados pelo sistema da política da mídia. O tráfico de influências estabelecido na relação entre instituições judiciárias, promotoria de governo democrático, mídia e atores políticos, torna o partido e políticos relevantes ou irrelevantes. As estratégias ilícitas da política da mídia como: o vazamento de informações e divulgação de turbulências da vida privada dos políticos, partidos, atos de corrupção e a luta pelo poder, fazem com que a política do escândalo, na sociedade civil, o poder dos fluxos das tecnologias midiáticas superem os fluxos do poder da ação política.

A representação política não mais tem créditos para resolver os problemas relevantes da população: os governantes e representantes do legislativo, na cultura brasileira, têm como prática, após as eleições, fecharem-se em seus gabinetes e se afastarem da população. As questões políticas não são discutidas com o povo que os elegeram. Os interesses da população vão se distanciando cada dia mais das ações de seus representantes.

O Poder Legislativo não tem crédito junto à população para resolver de imediato seus problemas, mas o atendimento aos interesses dos parlamentares é decisivo, especialmente quando se trata do aumento de seus salários.

A ineficácia da representatividade do sistema partidário não permite o andamento de propostas de reforma, consequentemente não atende aos anseios da população. Nas manifestações ficou explícito o desprezo da população pelos políticos, principalmente à inércia das ações em relação às reformas políticas, fiscais, eleitorais, e sistemas partidários. A fragilidade da democracia brasileira foi exposta, não há como estancá-la com meras promessas.

A relação colaborativa entre sociedade civil e Estado, nascida na própria sociedade, por meio do movimento popular, demonstrou amadurecimento da democracia. Compete ao Governo Federal criar mecanismos em parceria com os estados e municípios, para a continuidade do

diálogo que foi proposto pela população. E a população que já teve a experiência de sua capacidade de colocar em prática a comunicação política mediada por RSI não vai calar sua voz toda vez que se fizer necessário.

A opinião pública dos cidadãos, como forma de expressão individual e coletiva, expressou rejeição à política, aos políticos e aos partidos. Os cidadãos não repudiam a democracia, mas ficam avessos ao caos do jogo político e adotam posturas, tais como: votar no terceiro candidato, como protesto para esvaziar, os votos dos dois primeiros, apostar seus votos em partidos novos, votar em branco ou anular o voto.

As ações populares que impactaram os rumos políticos do Brasil, mediadas pelas RSI, não foram associadas à política, à mídia, à economia ou ao mercado. O que se observou naquele momento histórico foi a destituição do poder de uma comunicação política dominante e a instituição da luta simbólica, que gerou uma comunicação política como prática de cidadania.

O discurso dos governantes, partidos e políticos na comunicação política tradicional causava repúdio à população, descrença, não a tornou passiva e conformada, nem cerceou a ação dos cidadãos comuns na participação política na sociedade civil brasileira. O momento sociopolítico e histórico, de certa forma inconsciente e imprevisível, construído por RSI, deu expressiva visibilidade ao desencanto do povo em relação aos desvios sedimentados da democracia brasileira.

O movimento popular de 17 de junho de 2013 trouxe os governantes para as ruas, não no sentido literal de ocupação do espaço geográfico, mas para os espaços simbólicos das ruas. As ruas se tornaram campos sociais diversificados, multiculturais, virtualizados, sonorizados pelas vozes da população, imagéticos com a caracterização artística de acordo com o perfil de cada um ou grupo, com o colorido das vestes comuns do povo, com linguagem popular.

E principalmente, com as mensagens que expressaram angústias, alegrias, tristezas, sentimentos antes sufocados, entretanto, naquele dia, expresso no grito “Acorda Brasil”, “Vem pra rua, vem!”, concordando com as ideias e ideais de um só povo: expressão de senso como consenso, como alerta Bourdieu (2010).

Os agentes sociais anônimos, no primeiro momento do movimento popular, depois identificados, pela abertura de diálogo com os governantes, deram às redes RSI alternativas para um espaço de luta simbólica para reivindicações de bens simbólicos, da preservação do

capital cultural, do poder simbólico objetivado, que emana da democracia, da participação política, no Estado Democrático de Direito.

A comunicação política como acentua Habermas (2003) constitui uma opinião pública formal, institucional e consentida, com opiniões pessoais, objetivadas, subjetivadas e intersubjetivadas, para uma autêntica liberdade de expressão.

As interações simbólicas dos agentes sociais, representados pela população, mediadas pelas RSI, linguagem, arte, cultura e ainda, a mobilização dos poderes executivo, legislativo e judiciário, imprimiram uma prática democrática significativa para construção de uma nova sociedade civil.

Com o caso brasileiro de 17 de junho de 2013, o movimento popular, como participação política midiática, registrou-se que o espaço nas RSI é estratégia de leitura, escrita, interpretação, produção de ideias. O potencial dialético torna capaz de transpor as diferenças comunicacionais, até mesmo porque elas podem se associar a outras mídias sociais de comunicação e informação. Transpõe o regionalismo, a diversidade cultural, aproxima as gerações. Enfim, superam distâncias geográficas e intemporaliza as informações.

O poder político é exercido a partir da opinião pública manifesta no processo de comunicação crítica. Na sociedade contemporânea, a democracia representativa implica democratização que significa exercício da participação da sociedade nas deliberações de um corpo coletivo diferenciado do corporativismo característico dos políticos. Bobbio (2007) fala de uma “democracia direta”, que não substitui a democracia representativa, contudo considera o indivíduo integrante da esfera política, não apenas como cidadão, mas como indivíduo, considerado na multiplicidade de seus status, integrado na democracia na esfera social, sujeito que exerce papéis diversos, papéis no convívio social: é pai, filho, cônjuge, empresário, trabalhador, médico, doente, estudante, pai de estudante, oficial, soldado, administrador, administrado, produtor, consumidor, gestor de serviços públicos, usuário, entre outros diversificados papéis, no conjunto das instituições da sociedade civil.

O poder político não se restringe às grandes ou irrelevantes sociedades políticas, ao campo civil com suas múltiplas articulações, das mais simples as mais complexas. Para Bobbio (2007) não se trata de uma nova democracia, mas novos espaços democráticos, conquista do direito à participação política, sem a dicotomia entre esfera política e esfera social. O sentido

da “democracia direta” é um sentido da sociedade tratada na sua totalidade. O autor faz uma distinção entre democratização política - instituição de parlamentos - e democratização da sociedade - as instituições da sociedade, como família, escola, governadas democraticamente.

No Estado representativo, com o reconhecimento dos direitos do homem e do cidadão e a Declaração dos Direitos do Homem, se constitui efetiva relação entre governantes e governados: o indivíduo é considerado como antecessor ao Estado, sendo assim o Estado é responsável pelo indivíduo. Isso dá o sentido ético da representação dos indivíduos, com o reconhecimento da igualdade natural dos homens e não por grupos de interesse, como membros de qualquer grupo particular (Bobbio, 2007).

O debate político aberto nas RSI é diferenciado em relação a outras mídias sociais como a televisiva, a radiofônica e o jornais impressos ou online porque o diálogo, veiculado nas RSI, torna a informação preponderante, multilateral. A população, que com outras mídias tinha participação passiva como, leitores, telespectadores e ouvintes, com as RSI, tornou possível, num movimento sociopolítico dialogar em múltiplas dimensões compartilhadas. As RSI podem produzir uma pluralidade de ideias no universo multicultural da complexidade da sociedade civil no Estado Democrático de Direito, na pós-modernidade. A opinião pública legitima a vida política e o poder do cidadão nas negociações dos interesses da sociedade civil e dos governantes.

A comunicação pública com a inserção das RSI faz circular a informação e promove a interlocução entre os cidadãos, profissionais da mídia, governo e representantes do Estado Democrático de Direito.

Assim, os manifestantes se apropriaram das mídias das redes sociais interativas, para no movimento popular, interagirem via redes sociais interativas, com o poder público, numa linguagem hipertextual. Até então, os políticos utilizavam as mídias com o intuito de personalizar a sua representação pessoal, política e formar uma imagem persuasiva para gerar poder. A comunicação política mediada por RSI permitiu que a população, de forma livre e democrática, expressasse uma linguagem midiática popular objetiva, no fluxo de informação que deu visibilidade de forma consensual e intersubjetiva, às reais necessidades e propósitos dos cidadãos. Os fluxos de acesso foram síncronos e assíncronos, virtualizados quanto à disponibilidade dos conteúdos.

A população brasileira pareceu ver que a cultura, educação, saúde, política, lazer e todos os direitos são necessários para o crescimento de uma nação. Durante décadas o brasileiro se alienou, refugiando-se como torcedor de clubes e campeonatos de futebol, a chamada “paixão do brasileiro”. Pela primeira vez, quando o maior campeonato do mundo – a Copa do Mundo de Futebol – iria acontecer na sua casa, bem perto de si, esse sujeito dispensou o torcedor que existia em si e assumiu a sua feição cidadã, para protestar contra as cifras exorbitantes gastas na promoção e realização do campeonato, comparando-as com tudo aquilo que ele deveria ter, como contribuinte e portador de direitos. Registre-se ainda que a democracia se materializava nas ruas, buscando o reconhecimento e legitimação de uma sociedade mais justa, igualitária e livre, enquanto a Seleção Nacional de Futebol avançava no campeonato da Copa das Confederações, sediada em arenas esportivas, em diferentes capitais do território brasileiro .

Ao Estado e governantes competem manter a democracia a partir de um conjunto de ações compartilhadas sob diferentes formas e abrangências, levando em conta as questões situacionais para participação, deliberação e representação da sociedade civil. Bobbio (2007) faz distinção entre democracia formal que se refere à forma de governo e democracia substancial, que constitui o conteúdo desta forma. Os dois constituintes da democracia convergem para um ideal igualitário na construção da vontade coletiva.

4.4 Uma leitura institucional: a visão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF).

As práticas midiáticas das RSI como bens simbólicos e capital simbólico produziram o movimento popular em junho de 2013 no Brasil, como forma alternativa de participação política coletiva, democrática, reconhecida, legitimada que deixaram os poderes executivos, legislativos e judiciários inertes, em estado de perplexidade, num primeiro momento. Em momento subsequente, os representantes dos referidos poderes foram se posicionando provocados em entrevistas formais e informais.

Uma das mais interessantes foi a entrevista coletiva concedida pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal – STF –, Joaquim Barbosa. A entrevista ao vivo foi concedida na Sede do Conselho do Supremo Tribunal de Justiça, em Brasília, transmitida pela rede de

televisão “Globonews”, em 25/06/2013, com registro de dados coletados pela autora desta Tese, como telespectadora.

As respostas às perguntas foram copiadas das tarjetas apresentadas no vídeo da emissora de televisão e podem ser assim sintetizadas - intercaladas com alguns comentários:

- (a) “Em todos os momentos da nossa história tivemos soluções de cúpula”. A afirmativa sinaliza a hegemonia nas decisões;
- (b) Joaquim Barbosa chama atenção para os discursos que levam a dispersão, no sentido das propostas de reforma, em meio a uma crise de legitimidade: “Houve demonstração da vontade política de levar adiante essas reformas”. A colocação de Barbosa dá indicativo de que há vontade política e não prioridade na ação política para as propostas de reformas;
- (c) “Não tenho a menor vontade de me candidatar a presidente”: foi publicada no final do ano passado de 2012, uma pesquisa da “Datafolha”⁴⁵ sobre a preferência de candidato à presidência da República, e Joaquim Barbosa obteve expressiva preferência;
- (d) ao referir-se à reunião com a presidente Dilma, que ocorrera horas anteriormente à entrevista, respondeu: “Atendi prontamente o convite da presidente para essa reunião”. A postura de prudência, imparcialidade e serenidade na voz e fisionomia sugerem equilíbrio dos argumentos, sem se referir ao conteúdo da reunião, com a presidente Dilma Rousseff;
- (e) “Vocês sabem que sou minoria no Judiciário, contra uma série de práticas”. O posicionamento imperativo, expressa uma postura antagônica às práticas judiciais;
- (f) “Minha vida não foi pautada apenas por discussões acadêmicas”. A afirmativa demonstra que as discussões que envolvem o cidadão comum são pertinentes;
- (g) “O Brasil já tem uma democracia suficiente sólida para passar por isso”, “O eleitor tem direito de anular, revogar e provocar uma nova eleição”, referindo-se ao momento de crise no Brasil. Nessa afirmação pode-se entender que houve reconhecimento de ponto crucial e da confiança que o cidadão comum tem amadurecimento para, de forma democrática, superar o momento de crise e intervir no processo democrático;

⁴⁵ Datafolha: é um instituto de pesquisa pertencente ao Grupo Folha. Foi criado como departamento de pesquisas do jornal Folha de S. Paulo.

(h) “O que falta ao Brasil é dar chance ao povo de buscar respostas”. Percebe-se que a função mediadora do presidente do STF foi evidenciada em sua afirmativa, no que tange à abertura de diálogo entre governantes e o povo.

O então, presidente do STF, Joaquim Barbosa declarou não ser político e sentir-se lisonjeado na sua vida pessoal e profissional ao ser indicado pela presidente Dilma Rousseff para a presidência do STF. Afirmou que acredita em pacto nacional por melhor desmitificar o poder dos partidos na vida dos brasileiros. Compartilhou do pensamento da Presidente sobre a importância de ouvir a voz do povo nas ruas.

Nessa entrevista, o presidente do STF opinou que as manifestações populares mobilizadas pelas RSI eram legítimas e que o diálogo entre Estado e população estava aberto.

As tecnologias midiáticas tipificadas pelas mídias sociais, em particular por redes sociais interativas podem transpor as fronteiras sociopolíticas quando a informação traz mudança estrutural na sociedade civil e reforma o pensamento político. A sociedade como um todo e os poderes executivo, legislativo e judiciário podem pensar os fenômenos sociopolíticos a partir da difusão da informação confiável, dos conteúdos que contribuam para a educação política do cidadão.

A partir da entrevista concedida pelo ministro do STF, Joaquim Barbosa, pode-se fazer uma síntese esquemática das situações-problema e das possíveis soluções para a crise vividas pela sociedade brasileira e explicitadas no Movimento de junho de 2013. Figura 37:

Figura 37: Cenário sociopolítico da sociedade civil brasileira em junho de 2013.

Cenário da sociedade civil brasileira/ junho 2013	
Aspectos relevantes	Soluções
Crise de legitimidade.	Democracia participativa: vontade popular; opinião pública.
Proposta de reforma: vontade política.	Participação popular.
Democracia sólida.	Direito do cidadão: anular, revogar e provocar nova eleição.
Pacto nacional.	Direitos do cidadão: ouvir a voz do povo.

Nota: Os dados da Figura 37 foram sintetizados a partir da entrevista concedida por Joaquim Barbosa (junho, 2013).

Aos aspectos relevantes do atual cenário da sociedade civil no Brasil estão relacionadas possíveis soluções às questões da crise, a saber: podem ser superadas com a participação popular; as propostas de reforma implicam vontade política que emana do povo; uma democracia sólida depende do atendimento aos direitos do cidadão para anular, revogar e provocar mudanças, como por exemplo, uma nova eleição, um pacto nacional é construído pela voz do povo e pela busca de respostas as suas inquietações.

CONCLUSÃO

No decorrer do estudo buscou-se discutir a comunicação política realizada no espaço público eletrônico, efetivada nas redes sociais interativas, na perspectiva da autoeducação do sujeito, para uma participação política, na pós-modernidade.

A apropriação do espaço público eletrônico, das redes sociais interativas, como estratégias mobilizadoras de movimentos sociais tem contribuído para o fortalecimento das demandas sociais, ao oferecer fórum de articulações entre o cidadão e governantes, que até então não existia. As redes sociais interativas como poder midiático podem proporcionar novos horizontes para o movimento social e para o engajamento dos cidadãos na comunicação política cidadã.

O estudo da relação entre política e tecnologias midiáticas leva à percepção de que o Estado é detentor do poder sobre a mídia como capital cultural e esta tem efeito globalizador nas ações políticas, nem sempre eficaz para o exercício pleno da cidadania.

A compreensão de conceitos como Estado, democracia, globalização e cultura possibilitou entender o papel das tecnologias midiáticas, dando-lhes sentidos específicos para a própria política e para as redes sociais, como espaços públicos eletrônicos.

Ao Estado e governantes competem manter a democracia a partir de um conjunto de ações compartilhadas sob distintas formas e abrangências, levando em conta as questões situacionais para participação, deliberação e representação da sociedade civil.

A sociedade civil brasileira teve oportunidade de mostrar seu potencial mobilizador, na configuração e/ou reconfiguração do cenário político midiático, por meio de uma nova forma de fazer comunicação política na pós-modernidade. O cidadão brasileiro pode exercer o seu papel político na sociedade civil. Expressou seu direito político de não se fazer representar por governos descomprometidos com os direitos sociais, políticos e civis do cidadão. Apesar dos políticos “ficha suja” a população mostrou possuir “ficha limpa” ao reivindicar seus direitos.

Estudar a comunicação política midiática na pós-modernidade não é tarefa simples, principalmente, quando se trata de intervir nas mídias essencialmente tradicionais para legitimar mídias sociais interativas, como instrumentos de enfrentamento da dominação, como produção política compartilhada para a construção de uma sociedade democrática.

Ao falar de comunicação pública pode-se associá-la à opinião pública para apresentar como alternativa, ações práticas no campo da política e no campo da comunicação, a fim de que os sujeitos organizem seu pensamento, produzam seus conhecimentos, em um processo de autoeducação política.

Operacionalizar a comunicação política cidadã mediatizada na sociedade civil é pensar numa democracia participativa. As mídias sociais interativas não são um fim em si mesmo, não irão resolver a questão da violência simbólica na política nem na comunicação. Nem tampouco, poderão hegemonizar as informações com aconteceu no passado com a mídia impressa e televisiva. A comunicação política cidadã poderá se valer das mídias sociais e das redes sociais como forma de interação para sujeitos da sociedade democrática de direito.

As abordagens convergiram para uma dimensão mais ampla da política na sociedade pós-moderna, das suas relações no mundo globalizado, multicultural e as influências na construção da cidadania. As implicações das redes sociais midiáticas trouxeram uma nova visão política, na atual conjuntura do país.

A efetividade da comunicação na sociedade civil e as articulações com as tecnologias midiáticas na política foram discutidas na direção não da inserção das mídias interativas na sociedade civil, mas como aspectos relevantes para a compreensão da construção do pensamento político na sociedade brasileira. Saber como foi difundida a comunicação, como se deu o movimento de mundialização simbólica das tecnologias midiáticas e as implicações na política constituem-se imperativos para o estudo da comunicação política na conjectura da sociedade civil no Brasil.

As perspectivas de interconexões entre o poder da mídia, do poder da política e o poder do cidadão em interferir nos dois primeiros poderes propiciam fazer uma leitura da comunicação política cidadã, uma vez que na sociedade civil pós-moderna, a revolução simbólica das redes sociais interativas pode suscitar movimentos populares com ilações na política.

As mídias sociais, principalmente as redes sociais interativas, vêm sendo usada pelos brasileiros com expressivo acesso, em relação a outros países. Há, no entanto, necessidade de segurança e regulamentação da internet, sem ferir a liberdade de expressão e o livre acesso aos meios de comunicação, no sentido que possa também garantir uma comunicação política que preserve o direito dos cidadãos.

Os processos de interação informacional dos movimentos populares agregados às trocas simbólicas nas redes sociais interativas indicam uma ressignificação de uma nova ordem sociopolítica, no espaço público eletrônico.

Nos tempos pós-modernos é preciso aplicar os fundamentos da ciência política, na vertente social da comunicação política midiaticizada, para a construção de uma democracia participativa, na qual o cidadão autoeducado possa sentir-se preparado para exercer seu papel fundamental na sociedade.

A comunicação política cidadã mediada por redes sociais interativas é um fato político que pode ser estudada por vieses multidisciplinares que se articulam à ciência política, tais como a sociologia, linguagem, arte, informação, ética, comunicação e outras áreas de conhecimento.

Entende-se que comunicação política cidadã pode ser conceituada pela demanda das necessidades da sociedade, mediada por mídias sociais interativas e as redes sociais interativas, como espaço público eletrônico de comunicação e liberdade de expressão, com a finalidade de intervir e provocar mudanças no campo político.

A comunicação política cidadã mediada por redes sociais interativas é um comportamento político, forma de expressão democrática de participação popular para a articulação entre o cidadão e as instituições políticas. As mídias sociais interativas deram início a uma nova página na história da comunicação política da sociedade civil brasileira, na pós-modernidade, que se aplicam aos fatos e fenômenos da ciência política, no sentido de que foram reconhecidas e legitimadas pela sociedade civil, virtualizada em tempo real e pela potencialidade em mobilizar uma população e intervir nos rumos da política no país. Isto marca a inauguração de uma comunicação política cidadã, a ser ainda estudada em suas especificidades pela ciência política.

As mídias sociais interativas imprimem uma nova forma de poder, uma nova perspectiva de construção da democracia representativa. A desterritorialização da informação não suprime o campo político com o campo de lutas e de poder, apenas transfere esse campo para o espaço geográfico das ruas, das praças, colocando frente a frente os atores envolvidos.

A audiência na comunicação não é mais um imperativo para a circulação da informação, mas sim o acesso às redes sociais interativas, associado a outras mídias como televisão, rádio e telefonia móvel, entre várias, que podem contribuir para a promoção da comunicação política.

A ciência política tem como finalidade analisar o pensamento político coletivo da sociedade civil. Na realidade, o caso brasileiro de 17 de junho de 2013 confirmou que é possível construir um pensamento político coletivo, pelas práticas do diálogo, compartilhamento de ideias, debate, discussões potencializadas por redes sociais interativas.

Os movimentos sociais são um exemplo de construção da cidadania na sociedade civil. A participação dos membros singulares nas reivindicações, o corporativismo espontâneo posto à prova sob diferentes perspectivas trazem novas dimensões para uma comunicação política midiaticizada, como canal de atendimento aos direitos sociais civis e políticos do cidadão. A comunicação política cidadã manifestada por movimentos sociais levou à confirmação de que é possível fazer-se ouvir pelos governantes de uma forma mais direta, sem intermediários, que muitas vezes recodificam as mensagens para carregá-las de interesses próprios, ideológicos ou partidários.

O estudo das redes sociais interativas, como mídias de comunicação política, desconstruiu-se o poder hegemônico dos meios de comunicação e da manipulação da informação. Deu-se início à construção de uma comunicação política cidadã em que a interatividade e interação comunicacional têm predominância, a partir do convívio virtual das redes sociais interativas, para apresentar as demandas condizentes com a realidade social da sociedade civil na pós-modernidade.

Não bastam subjetividades coletivas, mas inteligências intersubjetivas consensuais para a construção da realidade política na pós-modernidade. Um novo tempo se inicia na história da comunicação e da política na sociedade civil brasileira, a partir da visibilidade, abrangência, tomada de decisão, resultados reconhecidos e legitimados pela própria sociedade, representada pelos seus cidadãos.

Entende-se que o movimento popular do dia 17 de junho de 2013 mobilizado por redes sociais interativas, foi uma expressão democrática de comunicação política cidadã sem precedentes nem retrocesso. Constata-se que foi um grande avanço para a democracia o fato de os agentes políticos terem percebido o poder da população, mesmo que essa demonstração possa ter sido de certa forma involuntária, uma vez que não se poderiam prever as consequências dessa mobilização ao dar o seu início. Não se deve pensar que o uso das redes sociais interativas na comunicação política irá resolver todos os problemas de uma crise

política, mas pode ser estratégia eficaz para denunciar, propor, rever e intervir nas decisões políticas, em uma democracia representativa.

A comunicação política cidadã nasceu no interior da sociedade civil, no momento em que o poder do cidadão resgatou o verdadeiro significado da democracia no Brasil, quando de forma pacífica mobilizou os governantes, os poderes legislativo, executivo, judiciário e como analisam alguns cientistas políticos, mobilizou o quarto poder, que é a mídia, para dialogar com a população em resposta a sua voz.

As mensagens contidas nos cartazes e faixas exibidas por populares nas passeatas trazem recados importantes para os governantes e mostram a força dessa nova forma de comunicação política cidadã, tornando concreta a participação política, como direito do cidadão na condição fundamental para o exercício pleno da cidadania.

Assim, o poder midiático das redes sociais interativas pode propiciar uma comunicação política, estreitar as práticas de representações populares na política brasileira, e estabelecer uma interlocução entre partidos políticos, governantes e outros segmentos da sociedade civil brasileira.

O caso brasileiro de 17 de junho de 2013 contribuiu para mostrar o poder das redes sociais interativas na política brasileira e mobilizar rapidamente a sociedade civil sem as limitações de espaço e tempo.

Os fatos e fenômenos políticos tipificados nas representações midiáticas das redes sociais interativas foram discutidos pelos sujeitos sociais, políticos, contextualizados na realidade histórica, política, social, cultural brasileira e, veiculados sob uma perspectiva multidimensional da comunicação política, mudando o sentido unilateral da comunicação política para o pluridimensional. A educação política se dá também de forma assistemática, ao longo da vida, nas práticas cotidianas, nas ações de comunicação política, em um fórum inovador, o das redes sociais interativas.

A partir da análise do caso brasileiro foi possível constatar que os cidadãos: (a) possuem competência técnica estratégica para o uso de redes sociais interativas e compromisso político para intervir na realidade; (b) conhecem as múltiplas dimensões da realidade social brasileira; (c) sabem utilizar as diferentes formas de linguagem, arte e mídias comunicacionais, redes sociais interativas, como estratégias, para propor conteúdos que dão sentidos aos seus estilos

de vida, as suas demandas, soluções para as suas situações-problemas e exercícios dos seus direitos civis, políticos e sociais; (d) deram ao movimento popular brasileiro, novos significados quando usaram as redes sociais interativas, como mídia social, para compartilhamento de ideias, que resultou na formação de opinião pública consensual democrática; (e) se tornaram autores de uma comunicação política cidadã que emana de práticas inovadoras e virtuais de comunicação.

Os processos culturais globais da sociedade civil brasileira resultaram nos seguintes legados: (a) a informação que gera conhecimento promove mudança social, aponta caminhos e os modifica; (b) os conflitos de interesse, a dimensões do conhecimento e as relações de poder geram benefícios sociopolíticos; (c) a produção política coletiva, dinâmica, criativa e crítica é construção histórica, resultado das lutas sociopolíticas para superação da opressão e da desigualdade social.

Pode-se resumir ao final desta tese, a partir da análise das mensagens nos cartazes apresentados nas manifestações, os significados e sentido da comunicação política mobilizada pelas redes sociais interativas, que: (a) a circulação da informação independe do tempo e do espaço; (b) a visibilidade das situações e circunstâncias sociopolíticas pode ser entendidas como informação e não simplesmente como notícias; (c) pode-se obter a livre mobilização da população para expressão da opinião pública nas manifestações; (d) a comunicação política pode ser realizada pelo consenso de ideias plurais e posições ideológicas diversas; (e) as redes sociais interativas pode superar a abrangência comunicacional das mídias sociais de até então, por seu potencial mobilizador.

Ao concluir este estudo responde-se à ciência política, que a análise do pensamento político coletivo da sociedade civil, na realidade brasileira dá visibilidade às práticas de liberdade e igualdade. Tais práticas foram mediadas pelo diálogo, compartilhamento de ideias, debate, discussões, potencializados por redes sociais interativas, para uma comunicação política cidadã, que emana da sociedade para os atores institucionais.

Os benefícios políticos que a abordagem desta temática trouxe à ciência política estão relacionados à articulação de forma diferenciada, do exercício isolado do poder das mídias de comunicação, da informação e da política, quando o poder foi exercido de forma peculiar, sem precedentes nos sistemas comunicacionais midiáticos: tipificada por redes sociais interativas, com abrangência multidimensional da política, das redes sociais interativas e a

informação, na sociedade civil brasileira. Os processos políticos convencionais foram desmobilizados, descentralizados e a participação político foi democratizada.

Os benefícios informacionais, em particular para a comunicação política cidadã, foram no sentido de enfatizar que a desterritorialização da informação não anula o imperativo para a circulação da informação, e facilita as interações legitimando o espaço eletrônico das redes sociais interativas, associadas a outras mídias.

Os benefícios comunicacionais da comunicação política cidadã revelaram que esse tipo comunicativo independe de publicidade, monopólio midiático e força política. As mídias sociais interativas imprimiram uma nova forma de poder em uma nova perspectiva de construção da democracia representativa. A comunicação midiática foi promovida pela luta política constituída por cidadãos, comprometidos pelo compartilhamento de mídias sociais interativas, as redes sociais interativas de acesso e interesse popular. Aos meios de comunicação massa convencionais foram agregadas as redes sociais interativas na mediação da comunicação política que interferiu na complexidade do comportamento político entre os indivíduos, como estratégia da comunicabilidade.

Os benefícios culturais que se apontam também como conclusivos dos estudos realizados incidiram sobre o reconhecimento e legitimação pela sociedade civil da mídia social de comunicação de massa, virtualizada em tempo real, pela potencialização de mobilizar uma população, com poder de intervir nos rumos da política no país, bem como a construção simbólica das subjetividades coletivas da sociedade civil por meio do consenso, do poder da linguagem, da arte da informação expressos nas mensagens dos cartazes e faixas.

Os benefícios históricos marcam um novo tempo da história da política da comunicação e da informação na sociedade civil brasileira, a partir da visibilidade, abrangência, tomada de decisão e resultados reconhecidos e legitimados pela própria sociedade, representada pelos seus cidadãos.

Com os cinco benefícios, gerados na conclusão desta tese, sugere-se quatro propostas para estudos futuros e consequente exercício de práticas no campo da ciência política, mas especificamente, da comunicação política cidadã, na perspectiva da educação política do sujeito, para o redimensionamento da política, que podem assim ser sintetizadas:

Proposta 1: usar a mediação das mídias sociais redes sociais interativas de forma articulada nas práticas da comunicação política cidadã, para a autoeducação política do sujeito;

Proposta 2: democratizar as mídias sociais e redes sociais interativas para acesso e potencialização da comunicação política cidadã, como incentivo às ações coletivas na participação da sociedade civil;

Proposta 3: considerar que comunicação política cidadã com o uso de mídias sociais e redes sociais interativas na comunicação política emana da população, com a finalidade de intervir no encaminhamento de propostas importantes ao exercício da democracia nos âmbitos dos poderes legislativo, executivo e judiciário

Considera-se que o poder da comunicação política cidadã veiculada nas redes sociais interativas, pode constituir-se estratégia de autoeducação política do sujeito, para melhor entendimento da participação democrática do cidadão na política. A realidade sociocultural dos sujeitos, que caracteriza a sociedade civil brasileira como um todo e sua interatividade direta ou indireta com as redes sociais interativas demonstram o poder político dos cidadãos.

A comunicação política feita por redes sociais interativas envolve ações coletivas sobre questões de interesse comum e promovem o bem-estar social porque constrói e agrega conhecimentos, democratiza o saber, gera debates, produz tomada de decisões participativas, valoriza a coesão social. Em suma, a diversidade de informações e pluralidade de ideias estreitam as relações sociais na comunicação política cidadã.

Ao finalizar o estudo da tese, espera-se ter contribuído, com o estudo do caso brasileiro, o movimento popular de 17 de junho de 2013, para a abertura de diálogos, para o encaminhamento de outras reflexões e para poder somar às vozes dos que se dedicam ao estudo da ciência política, sob a ótica da comunicação política cidadã, como proposta de educação política do cidadão, potencializada com o uso de redes sociais interativas, iniciando-se uma nova discussão para estudar a comunicação política veiculada pelas tecnologias midiáticas das redes sociais interativas e suas implicações na educação do sujeito, na sociedade pós-moderna, como fenômeno político inovador para a comunicação política e para a ciência política.

BIBLIOGRAFIA

- Alves T.C. (2013). *Média, movimentos sociais e democracia participativa: As mensagens políticas nos cartazes da manifestação de 15 de setembro de 2012*. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), nº 14. Portugal: Universidade do Minho, p. 123-136.
- André, M. E. D. (2005). *Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional*. Brasília: Liber Livro Editora: Série Pesquisa, nº 13.
- Arendt, H. (2009). *O que é política?* (R. Guarani, Trad.). (8ª ed). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Barbosa, J. (2013). *Entrevista coletiva do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça*, concedida ao vivo, aos repórteres, na Sede do Conselho do Supremo Tribunal de Justiça em Brasília, transmitida pela rede de televisão *GloboNews*, em 25/06/2013.
- Bauman, S (2011). *44 cartas do mundo líquido*. (V. Pereira. Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Berger, P. L. & Luckmann, T. (2010). *A construção social da realidade*. (32ª ed). Petrópolis: RJ: Vozes.
- Berlo, D. K. (2003). *O processo da comunicação: introdução à Teoria e à Prática*. (J.A. Fontes, Trad.). 10ª ed). São Paulo: Martins Fontes.
- Bobbio, N. (1992). *A era dos direitos*. (C. N. Coutinho, Trad.). Rio de Janeiro: Campus.
- Bobbio, N. (2007). *Estado, governo e sociedade*. (14ª ed). São Paulo: Paz e Terra pp. 73-86.
- Bobbio, N. (2010) *Dicionário de política*. (Varriale, Mônaco, Ferreira, Cascais & Dini, Trans.). (13ª ed). (Vol. 1). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a televisão: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos*. (M. L. Machado, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Bourdieu, Pierre. 2001. *Contrafogos 2: Por um movimento social europeu*. (A. Telles, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Bourdieu, P. (2010). *O poder simbólico*. (F. Tomaz, Trad.). (14ª ed.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- Brandão, E. P. (2009). *Conceito de comunicação pública*. In Duarte, J. (Org.) Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público. (2ª ed). São Paulo: Atlas, pp. 1-33.
- Briggs, A. & Burke. P. (2006). *Uma história social da mídia: de Gutemberg à internet*. (M.C.P. Dias, trad.). (2ª ed). São Paulo: Zahar.
- Duarte, Jorge (Org.). *Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público*. (2ª ed). São Paulo: Atlas, pp. 47-58.
- Caetano, J., Simões, M. M. & Gravelho, M. C. (2012). *Marketing político: poder e imagem*. Lisboa: Escolar editora.
- Campos, F. R. S. (2011). *As relações entre Portugal e são Tomé e príncipe: do passado colonial à lusofonia*. Lisboa: Edições Colibri.
- Carnoy, M. (1988). *Estado e teoria política*. (PUCCAMP, Trans.) (2ª ed). Campinas: Papyrus.
- Carvalho, J. M. (2010). *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. (13ª ed). Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.
- Carrera, F. (2012). *Comunicar 2.0: a arte de bem comunicar no século XXI*. Lisboa: Edições Silabo.
- Castells, M. (2011). *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra.
- Castells, M. (1999a) [2008]. *A era da informação: economia, sociedade e cultura: sociedade em rede*. (R.V. Majer, Trad.). (Vol. I). São Paulo: Paz e Terra.
- Castells, M. (1999b) [2010]. *A era da informação: economia, sociedade e cultura: O poder da identidade*. (K.B. Gerhardt, Trad.). (Vol.). São Paulo: Paz e Terra.
- Chomsky, Noam. (2000). *A democracia e os mercados na nova ordem mundial*. (M. R. Miranda, Trad.). (1ª ed). Lisboa: Antígona.
- Camargo, A. J. C. de (2006). *Bolívia – A criação de um novo país: a ascensão do poder político autóctone das civilizações pré-colombianas a Evo Morales*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores
- Corvarglia, J. (n.d.). *Globalização*. In Kocher, C. M. (2011). *Globalização: atores, ideias e instituições*. Rio de Janeiro: Mauad X: Contra Capa, pp. 156-157.

- Dahl, R. A. (2001). *Onde surgiu e como se desenvolveu a democracia? Uma breve história*. In. Sobre a democracia. (Beatriz Sidou, Trad.). Brasília: Editora UNB.
- Damásio, M. J. (2007). *Tecnologia e educação: As tecnologias da informação e comunicação e o processo educativo*. Lisboa: Nova Veja.
- Damásio, M. J. (2011). *Média e tecnologia. Tecnologias sociais e educação: os tempos em que aprendemos e ensinamos*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Duverger, M. (1980). *Os partidos políticos*. Os partidos políticos. (C. M. Oiticica, Trad.) (2ª ed.) Rio de Janeiro: Zahar, pp. 357-429.
- Esteves, J.P. (2003). *Espaço Público e Democracia: comunicação, processos de sentido e identidades sociais*. Lisboa: Edições Colibri
- Fernandes, A. J. (2000). Portugal e o sistema de poderes. *Revista de Ciência e Cultura*: Lusíada: Relações Internacionais. (Nº 1), Porto: Universidade Lusíada do Porto, pp. 21-40.
- Fyrd, O. (2000). O jogo da interação: informação e comunicação em estratégia. Caxias do Sul: EDUCS.
- Freyre, G. (2006). *Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regvime da economia patriarcal*. (51ª ed). São Paulo: Global.
- Friede, R. (2002). *Ciência política e teoria geral do estado*. Rio de Janeiro: Forense.
- Giddens, Anthony. (1991) *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp.
- Girardi Jr., L. (2007). Pierre Bourdieu: Questões de sociologia e comunicação. São Paulo: Annablume, FAPESP.
- Gohn, M. G. (1997). *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola.
- Gohn, M. G. (2010). *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola.
- Habermas, J. (1992). *Para a reconstrução do materialismo histórico*. (C. N. Coutinho, Trad.). São Paulo: Brasiliense.
- Habermas, J. (2003). *Mudança estrutural na esfera pública*. (F. R. Kothe, Trad.). Rio de Janeiro: Tempo Brasiliense.

- Hall, Stuart (1992). *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª ed. (T. T. S. & G. L. L. Trad.). Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- Holanda, S. B. (1995) [2010]. *Raízes do Brasil*. (26ª ed). São Paulo: Companhia das Letras.
- Ianni, O. (2010). *Teorias da globalização*. (16ª ed). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Ianni, O. (2011). *A sociologia e o mundo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Jameson, F. (2000). *Pós-modernidade: A lógica cultural do capitalismo tardio*. (V. Dantas, Trad.). São Paulo: Ática.
- Kocher, C. M. (2011). *Globalização: atores, ideias e instituições*. Rio de Janeiro: Mauad X: Contra Capa.
- Kucinski, B. (1998). *A síndrome da antena parabólica: ética do jornalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Lakatos, E. M. & Marconi, M. A. (2011) *Movimentos sociais*. Sociologia Geral. (7ª ed.). São Paulo: Atlas, pp. 308-319.
- Larraia, R. B. (2001). *Cultura: um conceito antropológico*. (14ª ed.). Rio de Janeiro Jorge Zahar Editor.
- Lévy, P. (1993) [2001]. *As tecnologias da inteligência*. (C. I. Costa, Trad.). Rio de Janeiro: Editora 34.
- Lévy, P. (1999) [2003]. *Cibercultura*. (C. I. Costa, Trad.). Rio de Janeiro: Editora 34.
- Lévy, P.(1996) [2005]. *O que é virtual*. (P. Neves, Trad.). Rio de Janeiro: Editora 34.
- Lima, V. A. (2009). *Comunicação e Política*. In Duarte, J. (Org.). *Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público*. (2ª ed). São Paulo, pp. 84-94.
- Loureiro, G. (2002) (2010). *Curso de ciência política*. (A.S. Mota, Trad.). Cascais, Lisboa: Princípia Editora Lda. (2ª ed).
- Machado, J. A. S. (2007). *Ativismo em rede e conexões Ativismo dentitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais*. Sociologias, Porto Alegre, (nº 18), p. 248-285.
- Maigret, E. (2010). *Sociologia da comunicação e das mídias*. (M. Bagno, Trad.). São Paulo: Editora Senac São Paulo.

- Magalhães, J. P. A. et al. (2010). *Os anos Lula: Contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro. Editora Garamond.
- Mair, P. (2003). *Os partidos políticos e a democracia. Análise social*. (L. P. Houanet, Trad.). (Vol. XXXVIII) p.277-293.
- Matos, H. (2009). *Comunicação pública, esfera pública e capital social*. In Duarte, J. (Org.). *Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. (2ª ed.). São Paulo: Atlas.
- McLuhan, M. (2007). *Os meios de comunicação como extensão do homem*. (D. Pignatari, Trad.). São Paulo: Cultrix.
- Mendes, L. M. (2000). *Que desafios estratégicos para Portugal, no virar do milênio?* Revista de Ciência e Cultura: Lusíada: Relações Internacionais. (Nº 1). Porto: Universidade Lusíada do Porto, pp. 135-144.
- Menezes, L. M. (2011). *Movimento Zapatista*. In Kocher, C. M.. *Globalização: atores, idéias e instituições*. Rio de Janeiro: Mauad X: Contra Capa, pp. 210-215.
- Moreira, A. (2007). *A Mudança de paradigma*. Academia de Ciências de Lisboa: Memórias da Academia das Ciências de Lisboa: Classe de Letras. Acedido, agosto, 16, 2013 em <http://archive.is/IUEJ>.
- Moreira, A. (2010). *A crise, a segurança, a mudança*. Academia de Ciência de Lisboa: Classe de Letras. Comunicação publicada no nº 10 da Revista Estudos do Século XX do CEIS20. Acedido, agosto, 15, 2013 em <https://digitalisdsp.sib.uc.pt/bitstream/10316.2/3571/1/6%20%20Adriano%20Moreira%20A%20Crise,%20a%20Seguran%C3%A7a,%20a%20Mudan%C3%A7a.pdf>.
- Morin, E. (2010). *A cabeça Bem-Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. (E. Jacobina, Trad.). (17ª ed.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Normas da American Psychological Association (APA). (2010) (6ª ed.). Acedido 3, abril, 2011 em <http://issuu.com/bibliotecasua/docs/manualestiloapa6ed>.
- Ohmae, K. (1999). (I. Korytowski, Trad.). *O fim do estado-nação*. Rio de Janeiro: Campus: São Paulo: Publifolha.

- Ortiz, R. (2007, jan./abr). *Anotações sobre o universal e a diversidade*. Revista Brasileira de Educação. (Vol. 12, nº 34).
- Pasquino, G. (2002) [2010]. *Curso de Ciência Política*. (2^a ed.). Lisboa: Princípia Editora Lda.
- Rezende, S. M. (2010). *Momento da ciência e tecnologia no Brasil: Uma caminhada de 40 anos pela C&T*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent.
- Rouseff, D. (2011). *Discurso de posse da presente do Brasil*. Acedido janeiro, 13, 2012 em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/853564-leia-integra-do-discurso-de-posse-dilma-rousseff-no-congresso.shtml>.
- Rousseff, D. (2013). Pronunciamento da Presidente do Brasil Dilma Rousseff. Acedido junho, 18, 2013 em <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-etv>.
- Rubim, A. A. C. & Colling, L. (2005). *Mídia, cultura e eleições presidenciais no Brasil contemporâneo*. In Correia, J. C. (org). *Comunicação e Política*. Covilhã: Universidade da Beira Interior pp.11-45.
- Sader, E. & Garcia, M. A. (Orgs.). (2010). *Brasil, entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abram: Bomtempo.
- Santos, J. A. (2012). *Media e poder: o poder midiático e a erosão da democracia representativa*. Lisboa: Nova Vega Ltda:
- Santos, B. S. (1985). *Estado e Sociedade semiperiféricos dos sistemas mundial: o caso português*. *Análise social*. (Vol. XX). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, pp. 87-89.
- Santos, J. L. (2006). *O que é cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Serra, C. A. (2008). *Criminologia e direito penal: Em Roberto Lyra e Nelson Hungria: Uma proposta indisciplinada*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris.
- Seidl, E. (2011). *(Re) pensar os movimentos sociais*. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.26, nº75. São Paulo: ANPOCS, pp.178-181.
- Sousa, Fernando. (2000). *Portugal e o mundo contemporâneo*. *Revista de Ciência e Cultura: Lusíada: Relações Internacionais*. Nº 1. Porto: Universidade Lusíada do Porto, pp. 71-75.

- Souza, J, (Colabs.). André Grillo et al (2009). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Souza, L. da C. (2010). *Democracia: representativa, deliberativa ou participativa? O espaço dos conselhos neste debate*. (K. Reis, Trad.). Revista Multidisciplinar da UNIESP: São Paulo: Saber Acadêmico, nº 10 dez., pp.120-131.
- Souza, M. A. G. de (2000). *Descobrimento e a Colonização portuguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia Editora.
- Stake, R. E. (2011). *Pesquisa qualitativa: Estudando como as coisas funcionam*. Porto Alegre: Penso.
- Stiglitz, J. E. (2002). *A Globalização e seus malefícios: promessa não cumprida e os benéficos globais*. (Bazán Tecnologia e Linguística, Trad.). SP: Editora Futura.
- Telles, A. (2010). *A revolução das mídias sociais: Cases, conceitos, dicas e ferramentas*. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda.
- Viana, N. (2003). *O que são partidos políticos?* Goiânia: Edições Germinal.
- Weber, M. (2003). *A política como vocação*. Brasília: Editora Universidade de Brasília..
- Wolkmer, A. C. (2001). *Do paradigma político: Da representação à democracia participativa*. Revista Sequencia. (nº 42) Santa Catarina: Curso de Pós Graduação em Direito. UFSC, pp.84-97.

Webgrafia

- Agência Brasil ebc: Acedido em julho, 3, 2013 em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-09-29/ha-20-anos-fernando-collor-de-mello-foi-primeiro-presidente-do-brasil-sofrer-processo-de-impeachment>.
- BBC: Acedido agosto, 17, 2013 em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/09/130822_black_block_protestos_mm.shtml.
- Espaço Acadêmico: Acedido agosto, 13, 2011 em http://www.espacoacademico.com.br/031/31tc_kant.htm#_ftn1.
- G1Globo: Acedido outubro, 5, 2013 em <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/02/kirchner-pede-reuniao-extraordinaria-do-fmi-para-examinar-situacao-daargentina.html>.

Google: Acedido junho, 30, 2013 em https://www.google.com.br/search?q=manifesta%C3%A7%C3%B5es+2013+fotos&es_sm=93&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sax=X&ei=xXVP7cBvPisAS42IL4Dg&ved=0CB4QsAQ&biw=1280&bih=699.

Governo português: Acedido em abril, 7, 2014 em www.portugal.gov.pt/documento-oficiais.

G20: Acedido setembro, 16, 2012 em http://www.g20.org/docs/about/about_G20.html.

E-jornais online: Acedido outubro, 12, 2013 em www.ejornais.com.br.

Jornal online: A Folha de S. Paulo. Acedido junho, 24, 2013 em http://www.ejornais.com.br/jornal_folha_online.html.

Jornal do Brasil: Acedido outubro, 12, 2013 em http://www.ejornais.com.br/jornal_do_brasil.html.

Jornal Correio Brasiliense. Acedido junho, 25, 2013 em http://www.ejornais.com.br/jornal_correio_brasiliense.html.

Jornal online: O Globo: Acedido em junho, 24, 2013 em http://www.ejornais.com.br/jornal_o_globo.html.

Petrobrás: Acedido agosto, 13, 2013 em <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/>.

Planalto: Acedido agosto, 5, 2012 em http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficha_Limpa.

Planalto: Acedido junho, 18, 2013 em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112737.htm.